



CURSO ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO PROFISSIONAL
QUESTÃO SOCIAL E FUNDAMENTOS
TEÓRICO-HISTÓRICOS E ÉTICO-POLÍTICOS DO
SERVIÇO SOCIAL

» **LIVRO 2** «

Textos que compõem a Disciplina 2

**FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA:
CAPITALISMO DEPENDENTE E PERIFÉRICO,
SISTEMA HETEROPATRIARCAL-RACISTA
E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL**

Brasília (DF) | 2026



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Formação social brasileira : capitalismo dependente e periférico, sistema heteropatriarcal-racista e projeto ético-político profissional / [edição Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)]. -- 1. ed. -- Brasília : Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2026. -- (Trabalho profissional questão social e fundamentos teórico-históricos e ético-políticos do serviço social ; 2)

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-86322-22-4

1. Capitalismo 2. Direitos humanos 3. Extensão universitária 4. Política social 5. Serviço social - Estudo e ensino I. Conselho Federal de Serviço Social. II. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. III. Série.

26-343684.0

CDD-361.07

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social : Estudo e ensino 361.07

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ORGANIZAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO



Coordenadora Geral

Sâmya Rodrigues Ramos (UERN)

Coordenadora Pedagógica

Ivanete Boschetti

Coordenação pelo CFESS

Kelly Melatti, Mirla Cisne e Marciângela Gonçalves

Representação ABEPSS

Inêz Stampa

Representação UERN

Cláudio Lopes de Vasconcelos e Giann Mendes Ribeiro

Representação Funcitern

Rafael Ramon Fonsêca Rodrigues

Assessoria

Adriane Tomazelli e Natália Faraj

PRODUÇÃO EDITORIAL

Edição: CFESS e ABEPSS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS)

Presidenta Kelly Rodrigues Melatti (SP) | **Vice-presidenta** Marciângela Gonçalves (AL) | **1ª Secretária** Emily Marques (ES) | **2ª Secretária** Alana Barbosa Rodrigues (TO) | **1º Tesoureiro** Agnaldo Engel Knevez (RS) | **2ª Tesoureira** Larissa Gentil Lima (MT) | **Conselho Fiscal** Jussara de Lima Ferreira (RJ), Angelita Rangel Ferreira (MG), Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA) | **Suplentes** Ubiratan de Souza Dias Junior (SP), Mirla Cisne Álvaro (RN), Karen Albin (PR), Tales Willyan Fornazier Moreira (MG), Adriana Soares Dutra (RJ), Iara Vanessa Fraga de Santana (CE), Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS)

Presidenta Joana Valente Santana (UFPA) | **Secretária** Vera Lúcia Batista Gomes (UFPA) | **Tesoureira** Solange Maria Gayoso da Costa (UFPA) | **Coordenação Nacional de Graduação** Zaira Sabry Azar (UFMA) | **Coordenação Nacional de Pós-Graduação** Inez Terezinha Stampa (PUC-RJ) | **Coordenação de Relações Internacionais** Sandra de Faria PUC-GO) | **Suplentes de Diretoria** Débora Rodrigues Santos (UFRB) e Cristiana Costa Lima (UFMA) | **Rep. Nacional Discente de Graduação (Titular)** Katiane de Jesus Souza (UFPA) | **Rep. Nacional Discente de Graduação (Suplente)** Arthur Beserra Moraes (Unirio) | **Rep. Nacional Discente de Pós-Graduação (Titular)** Leonardo Costa Miranda (UFPA) | **Rep. Nacional Discente de Pós-Graduação (Suplente)** Dafne Dias Lages Monteiro (UFPI) | **Conselho Fiscal** Teresa Cristina Moura Costa (UFPI) Rosemeire dos Santos (UFT) e Jeffeson William Pereira (UFAM)

Colaboração: UERN e FUNCITERN

Projeto gráfico, capa e diagramação: Rafael Werkema

Revisão: LCR Serviços Cinematográficos

Ano: 2026

ISBN: 978-65-86322-22-4



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO » CFESS e ABEPSS **7**

AULA 1 | Particularidades da formação social no contexto do capitalismo dependente, heteropatriarcal e racista brasileiro **13**
» Cristiane Luíza Sabino de Souza

AULA 2 | Fundamentos da questão social e suas particulares expressões no sistema capitalista dependente, heteropatriarcal e racista brasileiro » Paulo Wescley Maia Pinheiro **33**

AULA 3 | Autocracia burguesa e interdição democrática: Estado e classes sociais no capitalismo dependente e periférico **57**
» Virginia Fontes

AULA 4 | Particularidades da crise no Brasil, conquistas democráticas e limites da cidadania burguesa **87**
» Juliana Fiuza Cislighi

AULA 5 | O Serviço Social no Brasil: das origens conservadoras aos fundamentos do Projeto Ético-Político Profissional **101**
» Marilda Villela Iamamoto

AULA 6 | Princípios, valores e compromissos do Projeto Ético-político profissional do Serviço Social brasileiro **131**
» Silvana Mara de Moraes dos Santos e Sâmya Rodrigues Ramos

ANEXOS » Ementário do Curso **159**

» Links das aulas em vídeo **171**





APRESENTAÇÃO

Os capítulos ora disponibilizados nesse segundo livro, compõem um conjunto de cinco coletâneas, que agregam os textos inéditos, elaborados exclusivamente para o Curso de Especialização “Trabalho Profissional: questão social e fundamentos teórico-históricos e ético-políticos do Serviço Social”, iniciado em setembro de 2025 e realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, em acordo de cooperação técnica firmado com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte – FUNCITERN.

Em sua dimensão acadêmica, o Curso está vinculado à Faculdade de Serviço Social da UERN (FASSO/UERN), que oferta Curso de Graduação em Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS), em nível de Mestrado.

Essa é a terceira edição do Curso de Especialização, depois das boas avaliações tidas nas edições de 1999 e 2009. Iniciado em 2025, e mediado pelo uso de tecnologia remota, tem sua vigência prevista até fevereiro de 2027. Foi uma deliberação do 50º Encontro Nacional CFESS/CRESS e concretiza uma iniciativa da Política de Educação Permanente, comprometida com a regular e sistemática qualificação do trabalho profissional e das atribuições e competências determinadas na Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993).



O Projeto Pedagógico do Curso atribui centralidade aos fundamentos teórico-históricos e ético-políticos da profissão e as dimensões do trabalho profissional, considerando as transformações societárias, as novas morfologias do trabalho em contexto de crise do capital e as recentes requisições postas às(aos) profissionais nas relações de trabalho, determinadas pela agudização da questão social¹, de suas particulares expressões determinadas pela formação social brasileira e pelo avanço de forças conservadoras e reacionárias que disputam os valores e princípios estruturantes do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro.

Os conteúdos que estruturam o curso e seus componentes curriculares têm como fio condutor a relação entre o trabalho profissional, as expressões da questão social (Iamamoto, 1982; Netto, 2021), que se apresentam como matéria de intervenção profissional, e os compromissos ético-políticos profissionais estabelecidos no Código de Ética Profissional (1993).

O curso está configurado em seis disciplinas, com correspondência em aulas que articulam transversalmente as temáticas abordadas. Os eixos centrais presentes no curso tratam das determinações de exploração das relações sociais de classe, sexo/sexualidade/gênero e raça-etnia, mediadas por opressões geracionais e de deficiências, como unidades indissociáveis da sociabilidade capitalista. Tal como disposto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, reafirmam o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, inerente ao processo de produção e reprodução das relações sociais e das determinações estruturais da questão social e suas expressões históricas, que constituem o objeto do trabalho da(o) assistente social, em seus diversos espaços de inserção profissional. Os conteúdos conectam os fundamentos teórico-históricos e ético-políticos a temas e pautas que reivindicam posturas ético-políticas e intervenções técnico-operativas comprometidas, ao mesmo tempo, com as necessárias mediações para acesso aos direitos e às políticas sociais destinados à satisfação das necessidades sociais da classe trabalhadora, respeito à diversidade humana, competência na realização das atribuições profissionais e compromisso com as lutas da classe trabalhadora pela emancipação humana.

1 A concepção de questão social que orienta o Curso é aquela estabelecida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS



Cada disciplina tem um conjunto variável de aulas², ministradas sincronicamente pelas(os) autoras(es) dos textos, que correspondem ao conteúdo básico das aulas e serão publicados em livros após o encerramento de cada disciplina. Ao todo serão 5 livros³ (um para cada disciplina), tendo textos que foram concluídos pelas(os) autoras(es) em fevereiro de 2025 e revisados em data anterior à publicação. Este segundo livro, assim, reúne os textos elaborados para a Disciplina 2 já concluída pelas(os) assistentes sociais matriculadas(os) no curso.

Intitulada “Formação social brasileira: capitalismo dependente e periférico, sistema heteropatriarcal-racista e Projeto Ético-político Profissional” essa disciplina contou com 06 aulas, dedicadas a debater as particularidades da formação social brasileira e as determinações constitutivas do Projeto Ético Político Profissional no Brasil.

O primeiro, de autoria de Cristiane Luíza Sabino de Souza (UFSC) aborda elementos estruturais que regem a lei geral de acumulação no modo de produção capitalista e as particularidades na constituição do capitalismo dependente brasileiro assentado em elementos determinantes da formação social, como a colonização, dependência, escravização e superexploração da força de trabalho, a qual impõe, dialeticamente, a dominação racial e heteropatriarcal como mecanismos organizadores das relações de produção e reprodução social, de modo a captar os fundamentos das desigualdades estruturais de gênero/sexo, raça e classe no Brasil.

O segundo capítulo, elaborado pelo professor Paulo Wescley Maia Pinheiro (UFMT) discute os fundamentos histórico-estruturais da questão social na relação capital-trabalho e suas particularidades expressões no capitalismo dependente brasileiro, entendendo-as não somente em suas dimensões imediatas, mas desvendando o processo que constitui o aparato produtivo e reprodutivo que objetiva e subjetiva os processos de desigualdades, antagonismos, contradições e resistências ao longo dos últimos séculos. Debate a unidade dialética entre exploração e opressões de classe, sexo-gê-

2 A estrutura curricular completa do Curso está em anexo.

3 Os textos que compõem as disciplinas V e VI serão publicados no mesmo livro.



nero e raça-etnia no sistema capitalista heteropatriarcal e racista brasileiro, de forma a desvendar o papel histórico de questões como preconceitos e discriminação étnica e racial, machismo, lgbtqia+fobia, capacitismo, etarismo, preconceitos regionais e xenofobia.

O terceiro capítulo, de autoria da professora Virginia Fontes (Fiocruz/UFF) parte de categorias centrais do método marxiano, como historicidade, dialética e totalidade, para empreender análise histórica do Estado brasileiro, abordando as relações entre Estado e dominação burguesa nas raízes do autoritarismo no Brasil, bem como as particularidades da decadência ideológica da burguesia brasileira. Os desdobramentos das lutas de classes no Estado é evidenciado na intensa coerção estatal empregada contra as iniciativas organizativas populares, proveniente de formas abertas de violência ou de modalidades que envolvem processos de interdição democrática, repressão às lutas sociais, e restrição aos direitos sociais conquistados democraticamente pelas lutas da classe trabalhadora.

O quarto capítulo, de autoria da professora Juliana Fiuza Cislaghi (UERJ) aprofunda o debate sobre o papel do Estado nas particularidades da crise no capitalismo dependente e periférico brasileiro, apontando suas manifestações e efeitos no contexto do desenvolvimento desigual e combinado e agudização das desigualdades sociais. O texto enfatiza a luta de classes como motor das conquistas sociais na democracia burguesa que se instaura com a Constituição de 1988, e seus limites no contexto da contraofensiva do capital e avanço do neoliberalismo, com ênfase no ajuste fiscal e suas implicações na dinâmica do fundo público e no financiamento das políticas sociais.

O quinto capítulo, da professora Marilda Villela Iamamoto (UERJ) considera as condições histórico-políticas e particularidades da formação social brasileira, para discutir os determinantes histórico-estruturais da emergência do Serviço Social no capitalismo dependente. As bases e fundamentos do Projeto Ético-Político Profissional são debatidos à luz das resistências classistas e condições histórico-políticas e sociais que possibilitaram a construção coletiva do Projeto Ético-Político e o compromisso com as necessidades e aspirações da classe trabalhadora, em sua unidade de diversidade,



com as quais trabalham os(as) assistentes sociais. O texto aborda o Serviço Social no Brasil sob a perspectiva histórico-crítica, cujas raízes remontam ao Movimento de Reconceituação latino-americano nas décadas de 1960-1970.

O sexto e último capítulo da coletânea, de autoria das professoras Silvana Mara de Moraes dos Santos (UFRN) e Sâmia Rodrigues Ramos (UERN) tematiza o sentido, pertinência e relevância dos princípios e valores estabelecidos no Código de Ética Profissional na perspectiva de apreender as mediações necessárias entre a formação, o trabalho profissional e a defesa dos direitos do trabalho, da diversidade humana e da convivência democrática. As autoras sustentam o entendimento de que, nas condições sócio-históricas da sociabilidade capitalista, é fundamental tecer consciência histórica do que está em jogo na arena da emancipação política, única forma possível de emancipação no capitalismo, que congrega os direitos de cidadania, bem como problematizar seus limites, condição necessária para seguir semeando, teórica e politicamente, o horizonte de superação da questão social.

Ao final de cada capítulo apresentamos indicações complementares de livros, artigos, entrevistas, debates e filmes com acesso livre em rede, disponibilizadas como recurso pedagógico na plataforma do curso em cada aula. O repertório que compõe o que chamamos de “Biblioteca Virtual”, foi construído com sugestões das(os) autoras(es), das supervisões pedagógica⁴ e da coordenação pedagógica⁵ do curso.

Desejamos boa leitura e esperamos que a disponibilização ampla desse conteúdo possa constituir mais um componente para o aprimoramento profissional, para a troca entre equipes, nos espaços de formação profissional, de organização política no âmbito dos Cress e possa contribuir para o fortalecimento do nosso Projeto Ético Político Profissional.

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS

4 Supervisoras Pedagógicas do Curso: Ana Cristina Muricy de Abreu; Luciane Amaral e Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho.

5 Professora Ivanete Boschetti.







« DISCIPLINA 2 »

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA:
CAPITALISMO DEPENDENTE E PERIFÉRICO,
SISTEMA HETEROPATRIARCAL-RACISTA E
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

« AULA 1 »

**Particularidades da formação
social no contexto do
capitalismo dependente,
heteropatriarcal e racista
brasileiro**

« Cristiane Sabino »



PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE, HETEROPATRIARCAL E RACISTA BRASILEIRO

Cristiane Luiza Sabino de Souza

1. INTRODUÇÃO

Este texto aborda elementos histórico-estruturais para a análise da formação social brasileira e a constituição de uma sociedade de capitalismo dependente, baseada na superexploração da força de trabalho, a qual impõe, dialeticamente, a dominação racial e heteropatriarcal como mecanismos organizadores das relações de produção e reprodução social. Mecanismos que são indissociáveis entre si, mas também complexos, contraditórios e dinamizados concretamente por múltiplas determinações. Propõe-se, portanto, a trazer elementos que ampliem a percepção da nossa realidade, captando os fundamentos das desigualdades estruturais de gênero/sexo, raça e classe.

Parte-se da compreensão de que o racismo no Brasil tem origem no escravismo colonial, mas é criado e recriado sob a dinâmica do capitalismo dependente, sendo fundamental para a organização da força de trabalho a ser superexplorada. Do mesmo modo, tem como pressuposto que, se a dominação heteropatriarcal, a submissão das mulheres, bem como a imposição do binarismo de gênero e da heteronormatividade são fenômenos anteriores à constituição das relações sociais capitalistas, sob a produção e reprodução das relações baseadas na *valorização do valor* (Marx, 2013) tais mecanismos de dominação se particularizam e são dinamizados, dialeticamente, pela reprodução do capital, em função dela e no bojo das contradições que lhes são próprias.

Embora o enfoque do texto tenha que se delimitar a discutir o modo como tais mecanismos de dominação constituem os pressupostos ideológicos que racionalizam e naturalizam o rebaixamento do valor da força de



trabalho, as condições de precariedade e insegurança a que é submetido o conjunto da classe trabalhadora, os argumentos aqui apresentados se sustentam na compreensão, a partir do materialismo histórico dialético, de que tanto a dominação racista quanto a heteropatriarcal são complexas e se expressam de distintas maneiras nas múltiplas dimensões das relações sociais.

2. O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA ESTEIRA DO ESCRAVISMO COLONIAL: AS DETERMINAÇÕES DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Para apreender as particulares relações sociais estabelecidas neste território e os complexos dilemas do nosso país, é de grande relevância a análise dos processos de transição entre os modos de produção fundados pelas colonizações e a emergência do modo de produção capitalista, ou seja, do comando direto do capital sobre o processo produtivo. Conforme elaborado em Souza (2020), o processo de transição foi assentado numa relação dialética entre rupturas e continuidades, sob a qual a estrutura da sociedade capitalista só pode se efetivar a partir da radicalização das contradições que são próprias desse modo de produção. Em outros termos, essa exacerbação refere-se à chamada *lei geral da acumulação capitalista*, conforme descrita por Marx (2013).

Nisso, destacam-se a crescente pauperização e a miséria em face do aumento da produção e da acumulação de riqueza, bem como a expulsão de parte dos trabalhadores da participação na criação e, sobretudo, na apropriação da riqueza produzida. No capitalismo dependente latino-americano, tal característica assume contornos ainda mais profundos, fazendo emergir contradições suplementares à dinâmica geral da acumulação do capital (Souza, 2023).

Tomando como referência a literatura marxista sobre a dependência na América Latina e no Brasil — guardadas as suas diferentes interlocuções com o tema — a categoria dependência explicita a dialética do desenvolvimento da economia latino-americana, nos marcos da ampliação do mercado mundial na segunda metade do século XIX, cuja dinâmica está arraigada



na histórica relação desigual e combinada fundada pelo colonialismo, agora sob os desmandos das economias dominantes imperialistas.

Na dinâmica do desenvolvimento capitalista dependente, o subdesenvolvimento manifesta-se nos mais diversos níveis da vida econômica, social, política e cultural e significa a reprodução, internamente, de uma dinâmica desigual e combinada entre os diversos países. A condição dependente determina a função da terra e as formas de exploração do trabalho, assim como os mecanismos primordiais à dominação dos/as trabalhadores/as, em conformidade com os interesses dominantes (Souza, 2020).

Para compreendermos como a economia dependente compensa suas desigualdades em nível de inserção no mercado mundial, bem como os desdobramentos da sua subordinação política, cultural e militar face à dominação imperialista, torna-se fundamental questionarmos como se dá concretamente esse processo. Nesse sentido, temos colocado em discussão a necessidade de captarmos a dinâmica da superexploração em vista do seu desenvolvimento na nossa formação social, em vista das relações sociais que possibilitam a naturalização de níveis vis de expropriação da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora e, para tanto, criam e recriam o racismo e a dominação heteropatriarcal como mecanismos fundamentais de dominação.

3. A NATURALIZAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO E SEUS MECANISMOS IDEOLÓGICOS FUNDAMENTAIS: RACISMO E HETEROPATRIARCADO SOB O CAPITALISMO DEPENDENTE

Na sua diversidade, a classe trabalhadora brasileira contemporânea é branca, negra, indígena, amarela; do campo, da cidade; inserida nas mais diversas formas de trabalho: formal, informal, precarizado, acossada pelo desemprego e pelo subemprego. Mas, nessa diversidade de facetas e situações, há uma hierarquização racial e sexual que faz com que pessoas negras e, sobretudo, as mulheres negras, estejam nas piores condições de trabalho, de vida e de morte. Para avançarmos no debate, a compreensão da categoria



superexploração é central para entendermos a sua relação com o racismo e com a dominação heteropatriarcal, bem como suas determinações para a luta de classes no capitalismo dependente.

A sociedade capitalista como um todo é baseada na exploração e dominação de uma classe sobre a outra, mas cada território concreto apresenta particularidades na conformação das relações capitalistas; como vimos, o escravismo colonial antecedeu essa formação no Brasil e estabeleceu as bases para a criação de características próprias no desenvolvimento do capitalismo por aqui. De modo que tanto o Brasil, quanto toda a América Latina, terão a dependência como condição particular do seu desenvolvimento capitalista. E por que *superexploração* e não *exploração*, simplesmente?

Nos termos de Ruy Mauro Marini, a superexploração é a forma própria como os capitalistas dependentes buscam compensar a transferência de riqueza absorvida pelas economias centrais. É uma categoria que pretende explicar os mecanismos de apropriação do mais-valor nas economias dependentes. Mecanismos estes que se dão pela “intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (Marini, 2011, p.149).

Este último mecanismo garante que não só a mais-valia, ou seja, o trabalho excedente, seja roubada do trabalhador, mas que também parte do seu fundo de consumo seja expropriada. Em outros termos, parte daquilo que deveria compor os salários é usurpada pelo capital. Os desdobramentos desse processo para a classe trabalhadora se expressam por meio do desemprego estrutural, dos altos níveis de precarização, da desproteção e da informalidade do trabalho; também na inviabilidade de ampliação da participação da classe trabalhadora no processo de circulação do capital (o que se expressaria, por exemplo, em um padrão de consumo mais elevado, acesso a determinados bens e serviços, políticas sociais etc.) (Luce, 2018).

Mas a superexploração não pode ser vista apenas em seu significado econômico, que, aliás, não está dissociado de todas as outras dimensões da



vida social. A superexploração pressupõe a dominação e a opressão da classe trabalhadora, e é nesse aspecto que ela está vinculada de maneira indissociável à reprodução do racismo e da dominação heteropatriarcal.

Mas, afinal, qual é a relação entre o racismo e a superexploração da força de trabalho no Brasil? Vejamos: o racismo tem suas raízes fincadas na escravidão colonial, mas é recriado e complexificado pelo capitalismo dependente. Por isso, não podemos entender que a atual situação da população negra e indígena seja apenas um resquício da escravidão, ao contrário, a dinâmica capitalista pressupõe a existência de mecanismos de dominação da classe trabalhadora. Assim, o racismo é um dos mecanismos fundamentais para a subordinação, o rebaixamento moral, a naturalização da violação dos direitos, dos territórios, dos corpos e das vidas negras e indígenas no país.

De acordo com Clóvis Moura (2023), na transição do escravismo colonial ao capitalismo dependente, foram criados vários mecanismos de imobilização da população negra, tanto no acesso ao mercado de trabalho quanto em outras dimensões da vida social. Além do não acesso à terra e à educação, da perseguição e violência perpetrada pelo Estado, a estrutura de poder político e econômico buscou restringir sua participação e contribuição no desenvolvimento da sociedade supostamente livre. O preconceito de cor e os estigmas sobre a cultura e as religiões, o apagamento das contribuições de homens e mulheres negras para a própria superação da escravidão, tudo isso foi conformando uma sociedade onde o racismo se complexificou e a hierarquização racial atravessa as relações sociais como um todo.

Aliás, há no Brasil uma ideia de que a imigração europeia no final do século XIX foi para atender às demandas de força de trabalho no país, que então seria escassa. No entanto, na transição da escravidão para o trabalho livre, havia mais desocupados do que empregados como escravizados ou trabalhadores livres (Moura, 2021). Ou seja, havia uma enorme disponibilidade de trabalhadores, entre ex-escravizados, brancos pobres, mestiços, entre outros. Ainda assim, o Estado adotou a imigração como política de formação de excedente de força de trabalho, numa perspectiva eugenista, que buscava,



na verdade, branquear o país e eliminar a “mancha negra”, sob a visão eugênica de que a modernização e o desenvolvimento estavam vinculados às pessoas brancas de origem europeia. E, por trás desses discursos, mostra-se que a intenção era, sobretudo, criar uma oferta de força de trabalho muito acima das necessidades e capacidades do reduzido mercado de trabalho nascente, condição ideal para rebaixar o valor da força de trabalho e impor condições necessárias à superexploração, ou seja, às necessidades do capitalismo dependente (Kowarick, 2019).

A enorme oferta de força de trabalho é a tônica do desenvolvimento dependente e expressa as possibilidades da superexploração. Esta é a condição que demarca o curso da história do trabalho e da classe trabalhadora no pós-abolição. A economia dependente, na sua raiz subdesenvolvida, encontrou os pressupostos para a criação de uma ampla oferta de força de trabalho livre: *sem terras, sem tetos, sem direitos; a criação dos maus-cidadãos, sem emprego formal e submetidos à superexploração da força de trabalho no campo e na cidade*. Diante disso, o racismo, como construção ideológica da inferioridade do negro e do indígena, e da superioridade do branco, foi reelaborado como mediação fundamental das contradições, criadas na base do capitalismo dependente e que consolidarão as distintas nuances da força de trabalho superexplorada (Moura, 2014; 2023; Souza, 2023).

Os imigrantes brancos de fins do século XIX e início do século XX, embora pobres, em sua maioria, e admitidos no Brasil para serem explorados, encontrarão condições sociais, materiais e, principalmente, ideológicas, que os colocarão em situações distintas daquelas em que foram lançados os ex-escravizados quando da abolição em 1888. O acesso à terra foi primordial nessa diferenciação. Muitos a acessam diretamente, como na política de colonização no Sul do país. E outros, à medida que foram inseridos de maneira preferencial no mercado de trabalho, também puderam adquirir tanto terras quanto condições materiais e morais de se estabelecerem, se não como capitalistas, como sujeitos considerados cidadãos (Kowarick, 2019; Martins, 1998; Moura, 2014; 2023; Souza, 2020).



Nesse sentido, cabe notar que o racismo também configura a *brancitude*, a percepção alienada dos brancos de que são naturalmente superiores, mais capazes, mais dignos e, portanto, que são naturais as desigualdades salariais, a seletividade racial no mercado de trabalho, no acesso à educação e às oportunidades. Ao serem alienados pelo privilégio que a hierarquização racial lhes concede, seja ele material ou simbólico, os trabalhadores brancos terão dificuldades para questionar essas desigualdades e para de fato construir uma consciência das reais condições de vida do conjunto da classe trabalhadora na sua diversidade racial, sexual e regional. Assim, contribuem para naturalizar as violências que atingem majoritariamente negros, indígenas e LGBTQIAPN+, e, conseqüentemente, para a limitação da própria capacidade de organização da classe trabalhadora como um todo (Souza, 2020).

No Brasil, o racismo é o mecanismo de dominação ideológica que institui a existência do negro e do indígena como cidadãos repelidos, mas dentro disso cabe frisar que a hierarquização racial é parte da contenção da própria luta de classes, pois institui bloqueios na constituição de uma percepção da classe para si e da sua capacidade organizativa enquanto tal (Souza, 2023). A hierarquização racial, bem como a dominação heteropatriarcal, constituem-se, pois, como mecanismos que assomam para a solidificação do rebaixamento salarial, da precarização das condições de trabalho, bem como para a destruição corrente dos poucos direitos trabalhistas e sociais etc. E, além dos impactos materiais e objetivos — na definição dos mais miseráveis entre os superexplorados, que atinge diretamente a parcela negra e indígena da classe trabalhadora —, o racismo e a dominação heteropatriarcal lançam determinações na constituição da subjetividade social, nas dimensões culturais, simbólicas e psicológicas da nossa sociedade, como destacou Lélia Gonzalez (2020).

Se o racismo e a dominação heteropatriarcal são mecanismos fundamentais à superexploração e à reprodução do capitalismo dependente, como podemos captar tais fenômenos na realidade concreta? Alguns elementos fundamentais dessa relação podem ser captados a partir da análise da distribuição



racial e sexual do trabalho hierarquizado, do trabalho produtivo de mais-valia e do trabalho de reprodução social.

Os piores postos de trabalhos, os mais precarizados e menos geradores de riqueza imediata para o capital, são os atribuídos aos trabalhadores(as) negros(as/es): a limpeza urbana, o trabalho doméstico, os trabalhos de cuidados, entre outros considerados servis e menores. Analisando mais detidamente, explicita-se aí a dinâmica concreta da superexploração, na qual a remuneração da força de trabalho abaixo do valor incide de maneiras distintas sobre o conjunto da classe trabalhadora e lança, sobretudo à parcela negra dessa classe, os custos da sua reprodução em geral. Em outros termos, o rebaixamento salarial efetivado pela superexploração incide de maneira complexa sobre a parcela negra da classe trabalhadora. Destacam-se três aspectos desse processo que ajudam a entender melhor essa complexidade:

1. a reprodução do capital dispensa uma classe trabalhadora amplamente integrada em seu processo de realização e acumulação, dada a cisão no ciclo do capital, uma vez que o capital se realiza majoritariamente no âmbito externo (primário-exportador) e o tipo de produção preponderante ou dispensa grandes níveis de qualificações da força de trabalho, ou, com a cada vez mais intensa inserção de tecnologias de ponta, necessita apenas de poucos trabalhadores altamente qualificados. (Integração dos(as) trabalhadores(as) na sociedade capitalista que se dá exatamente através do consumo, da qualificação de mão de obra e da manutenção de certo padrão de reprodução de força de trabalho, que implica acesso à alimentação adequada, lazer, serviços de saúde, culturais etc.) (Marini, 2011; Luce, 2018);
2. a inibição do acesso massivo aos bens de consumo viabilizados pelo desenvolvimento das forças produtivas, como máquina de lavar, equipamentos de auxílio na limpeza doméstica ou urbana etc.; assim como o não acesso massivo a equipamentos de uso coletivo, como creches públicas, restaurantes populares ou lavanderias. O mais comum aqui é que a classe trabalhadora não acesse bens de



consumo que, nos países centrais, fazem parte da rotina da classe trabalhadora, como veículos próprios, computadores ou outros bens tecnológicos;

3. a estrutura social subordinada aos interesses das classes dominantes internas e externas, que cria um abismo social e mecanismos de coerção e dominação tão poderosos, que sempre minimizou a disputa da classe trabalhadora para que o Estado assumisse parte expressiva da reprodução da força de trabalho e as tarefas de reprodução do capital, como nos países centrais (Paiva *et al.*, 2010; Souza, 2016).

Os três aspectos acima elencados dão a tônica de que a desigualdade que se manifesta no Brasil não é conjuntural; ao contrário, expressa a realidade histórica da nossa sociedade. O que fica evidente é a particular dinâmica de reprodução do capitalismo dependente e, como desdobramento dela, a constituição de uma estrutura sob a qual o Estado dependente não precisa assumir de maneira ampla os ônus da reprodução da força de trabalho para o capital, tampouco constituir qualquer sentido de proteção social universal. A regra no Brasil é a desproteção da maioria: a informalidade do trabalho, o não acesso à previdência, à educação, à saúde, à habitação, à mobilidade urbana, à segurança, à cultura etc.

E o que isso tem a ver com a dominação racista e heteropatriarcal? Se olharmos para a realidade, para o conjunto da classe trabalhadora, veremos, por exemplo, que é a sua parcela negra e indígena a maior dependente da oferta pública de serviços de saúde, educação, previdência, mobilidade urbana etc. À medida que a renda do trabalho é extremamente rebaixada pelos mecanismos da superexploração, restam muito poucas alternativas a esses(as) trabalhadores(as) para garantir condições dignas de existência para além de uma reprodução precária como força de trabalho.

Aqui, evidencia-se a dinâmica das relações de produção comandadas pela superexploração, cuja concretização se dá via hierarquização da classe trabalhadora na divisão social, sexual e racial do trabalho, e esse é um



elemento fundamental para elucidar a dialética da dependência na realidade concreta. Mas, além do não acesso a bens e serviços públicos pela classe trabalhadora, a relação entre a superexploração e o racismo no Brasil é ainda mais profunda, pois expressa a relação entre produção e reprodução social na sua totalidade dialética.

Vejamos bem: há certos níveis da *reprodução social* que são indispensáveis para a recriação da força de trabalho a ser substituída, e parte expressiva dos custos dessa reprodução é, ao longo de nossa história, repassada às mulheres, em particular às mulheres negras, mediante o trabalho doméstico remunerado. Destaca-se aí a alimentação, o cuidado com a casa, com a vestimenta, o cuidado com a infância e a velhice etc.

Conforme destacado por Oliveira (2021), no Brasil, o mais comum é a ausência de creches públicas com disponibilidade e integralidade suficiente à demanda, de restaurantes públicos e acessíveis, de casas de repouso e espaços de acolhimento à velhice, entre outros equipamentos necessários à reprodução social. Tal inexistência encontra, no grande contingente de trabalhadoras negras desempregadas e rebaixadas socialmente pelo racismo, a sua solução: *força de trabalho barata, a ser subordinada a cumprir com as tarefas reprodutivas necessárias* via trabalho doméstico. Além disso, esse também é um setor marcado pela informalidade, precariedade, relações de pessoalidade violentas e subordinadoras (Souza; Santos, 2023; Saraiva, 2021). A associação direta entre a mulher negra e o trabalho doméstico é uma construção da sociedade demarcada pela divisão sexual e racial do trabalho superexplorado e expressa como esse mobiliza a criação e recriação do racismo e do sexismo.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Os argumentos apresentados buscaram evidenciar os sustentáculos do capitalismo dependente e como eles se constituem dialeticamente na formação social brasileira. Destaca-se dessa análise como a hierarquização racial e sexual, manifestações do racismo e da dominação heteropatriarcal, além de se constituírem como mecanismo fundamental à superexploração,



legitimam a violência como prática política continuada, que faz parte da racionalidade e do funcionamento normal da vida cotidiana, organizada e perpetrada pelo Estado e por suas instituições. Essa violência se desdobra com diferentes impactos na vida da população negra e indígena, de modos particulares sobre as mulheres e sobre as distintas vivências sintetizadas como população LGBTQIAPN+.

A violência, manifesta de distintas maneiras, conduz, entretanto, ao controle da classe trabalhadora no seu conjunto e diversidade, pois a dominação de corpos e mentes é fundamental para que o capital continue seu processo de acumulação. Nisso, percebe-se como o racismo e o sexismo atuam na condução de processos políticos sob os quais os miseráveis, os expulsos do processo produtivo, são vistos como ameaça à ordem social. O controle da classe trabalhadora, comandado pelo Estado, criou no Brasil, desde o escravismo, as mais perversas e violentas formas de dominação, garantindo as condições da superexploração e da pilhagem das riquezas. Essas se deram de várias formas ao longo da história, e atualmente encontram-se manifestas, por exemplo, na chamada “guerra às drogas”, que é, na verdade, a guerra aos pretos, pobres e periféricos, e é a outra face do amplo desmonte de qualquer perspectiva de direitos sociais no País. A coerção é a forma substancial da atuação do Estado no capitalismo dependente e se radicaliza quanto mais se aprofunda a sua crise, como bem explicita Osório (2014).

Diante de tal realidade, a capacidade da classe trabalhadora de se organizar e confrontar o sistema de morte que se impõe há mais de cinco séculos passa pela capacidade de *se reconhecer*: de reconhecer os processos que nos hierarquizam como seres humanos reduzidos a força de trabalho e, com isso, nos fragmentam como classe e minam as nossas capacidades de dar respostas coletivas revolucionárias. Como explicitado, o racismo e a dominação heteropatriarcal são elementos estruturantes das nossas relações sociais. Assim, precisamos também reconhecer e adensar os processos históricos de luta e resistência da população negra e indígena, das mulheres e LGBTQIAPN+ contra esse sistema de morte, porque a resistência é constitutiva da nossa formação sócio-histórica. Resistência é movimento, inscrito



na disputa pela vida num tempo/espço onde a existência é forjada pela superexploração e pela violência.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. A partir da abordagem marxista da dependência apresentada no texto, como as contradições entre racismo, heteropatriarcado e acumulação capitalista podem ser enfrentadas no âmbito das políticas públicas e da mobilização social?

2. Tendo em vista as relações complexas entre racismo, heteropatriarcado e superexploração, como aprofundar a discussão acerca do conceito de “questão social”, tão presente no nosso léxico cotidiano do Serviço Social brasileiro?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

González, Lélia. **Por um Feminismo Afro-latino-Americano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2019. (91 – 155).

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias, uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R; STÈ-DILE J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.



MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Clóvis. **A. A sociologia posta em questão**. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo- SP, 1978.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. São Paulo, Edição 34, AGO/SET/OUT, p. 28-38, 1994.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, 14 - 1983. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>>. Acesso em: 15 maio de 2024

MOURA, Clóvis. **O negro de bom escravo a mau cidadão**. São Paulo: Dandara Editora, 2021.

MOURA, Clóvis **Brasil: as raízes do protesto negro**. São Paulo: Dandara Editora, 2023.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva Histórico Crítica**. São Paulo: Dandara Editora, 2021.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. **Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência**. **SER Social**, v. 12, n. 26, p. 147-175, 2010. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702 . Acesso em: 15 de maio de 2024.



SARAIVA, Clara. G. **A relação entre trabalho doméstico, valor e capitalismo dependente: uma crítica à luz da Teoria da Reprodução Social**. 2021. 115 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo e Luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina**. *Revista Fim do Mundo*. nº 4. jan/abr 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/issue/view/635>. Acesso em 15 de maio de 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. “**A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente**”. *Revista Serviço Social & Sociedade*, v. 146, n. 1, jan-abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/?> Acesso em: 16 de maio de 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. SANTOS, Joyce. **Trabalho doméstico remunerado no Brasil: Elementos teórico-metodológicos para um debate crítico**. In: PINHEIRO Manuella Aragão; SOUZA, Reivan Marinho (Org.). *O Trabalho na Encruzilhada do Tempo Presente, Virtualização, Precarização e Controle*. 1 ed. Maceió: Edufal, 2023.

BIBLIOTECA VIRTUAL

Livros

MARINI, R. M. **A Dialética da Dependência**. Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973). Versão digitalizada conforme publicado em “Ruy Mauro Marini: Vida e Obra”, Editora Expressão Popular, 2005. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. Este documento encontra-se em www.cen



trovictormeyer.org.br Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>

MOURA, C. **Escravidismo, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, 14 - 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/%20view/20824>

Artigos e Capítulos de Livros

CARCANHOLO, M. **(Im) Precisoões sobre a categoria Superexploração da Força de Trabalho**. In FILHO, Niemeyer Almeida (org.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013 (p. 71-98). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18337

GÓES, L. Du Bois e Clóvis Moura: A diferença entre o trabalhador e o escravo no marxismo negro. Revista Sociologia & Antropologia. Seção Especial n. 15 (1), 2025. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sant/a/3tzhnC57fZCL-BPmqL5GhPgD/?lang=pt>

LUCE, M. S. **A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil: Evidências da História Recente**. In FILHO, Niemeyer Almeida (org.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013 (p. 145-166). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18337

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. **Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência**. SER Social, v. 12, n. 26, p. 147-175, 2010. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina**. Revista Fim do Mundo. no 4. jan/abr 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index>.



[php/RFM/article/view/11173](http://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/?)

_____. **“A indissociabilidade entre racismo e supe- reexploração da força de trabalho no capitalismo dependente”**. Revista Serviço Social & Sociedade, v. 146, n. 1, jan-abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/?>

Artigos em Páginas Eletrônicas ou Blogs

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. In Litera-fro. O Portal da literatura afro-brasileira. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/24-textos-das-autoras/1445-elia-gonzalez-por-um-feminismo-afro-latino-americano>

ANDERSON, K. **O que Marx entendia sobre escravidão**. Blog da Boitempo. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/18/o-que-marx-entendia-sobre-a-escravidao/>

MAESTRI, M. Gorender, **100: O historiador marxista do escravismo**. Blog Outras Palavras/Outras Mídia. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/gorender-100-o-historiador-marxista-do-escravismo/>

Vídeos/Conferências/Debates/Entrevistas

Curso Livre: **A atualidade da Teoria Marxista da Dependência - Aula 1 - Roberta Traspadini**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oCnsnR93xj8&t=811s>

Minicurso **“Teoria Marxista da Dependência”** – Aula 1 – Rosa Maria Marques. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3naZKk-hNgg>

Minicurso **“Teoria Marxista da Dependência”** – Aula 2 – Marcelo Carca-nholo - Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jhoDDGteAbo>

Minicurso **“Teoria Marxista da Dependência”** – Aula 2 – Marina Gouveia -



Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=m36PKS1bJU8>

Revistas

Revista Fim do Mundo. Tema Capitalismo e Racismo: a práxis negra, n. 4: jan./abr. 2021. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/%20issue/view/635>

Revista Afro-Ásia. Publicação semestral do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, dedicada, sobretudo, a temas afro-diaspóricos, africanos e asiáticos. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/index>

Sites e Páginas Informativas

MARXISMO21. Textos e dossiês sobre marxismo e a questão racial. Disponível em <https://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/>

MARXISMO21. Textos clássicos sobre Formação Social e Economia política brasileira. Disponível em <https://marxismo21.org/economia-politica-brasileira/>

Filmes e Documentários

Documentário: Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ww4_HoY-UYA

Documentário - Luiz Gama: A Luta Pelo Direito no Brasil da Escravidão - Episódio 1. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oOYMa-douAhg>

Documentário – Corumbiara. Dir. Vincent Carelli. Brasil, 2009. YouTube

“Ganga Zumba, rei dos Palmares”. Dir. Cacá Diegues, Brasil, 1964. YouTube



“Pindorama”. Dir. Arnaldo Jabor, Brasil, 1970. YouTube

“Quilombo”. Dir. Cacá Diegues, Brasil, 1984. Prime Video

“1492: a conquista do paraíso”. Dir. Ridley Scott, EUA, 1992. Prime Vídeo

“Mauá: o imperador e o rei”. Dir. Sergio Rezende, 1999. YouTube

“Doutor Gama”. Dir. Jefferson Dee, Brasil, 2021. Globoplay

“Luta de Classes”. Dir. Spike Lee, EUA, 2025. Prime Vídeo





« DISCIPLINA 2 »

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA:
CAPITALISMO DEPENDENTE E PERIFÉRICO,
SISTEMA HETEROPATRIARCAL-RACISTA E
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

« AULA 2 »

**Fundamentos da questão
social e suas particulares
expressões no sistema
capitalista dependente,
heteropatriarcal e racista
brasileiro**

« Paulo Wescley Maia Pinheiro »



FUNDAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL E SUAS PARTICULARES EXPRESSÕES NO SISTEMA CAPITALISTA DEPENDENTE, HETEROPATRIARCAL E RACISTA BRASILEIRO

Paulo Wescley Maia Pinheiro

1. INTRODUÇÃO

Nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, o cotidiano profissional do serviço social mergulha nas formas de realização das expressões da questão social e em toda a sua complexidade no atual tempo histórico. Todos os dias, assistentes sociais lidam com questões diversas que atravessam a vida das pessoas que sobrevivem numa sociedade estruturada na unidade exploração-opressão.

Por isso, é preciso desvendar o papel histórico de questões como preconceitos e discriminação étnica e racial, machismo, lgbtqia+fobia, capacitismo, etarismo, preconceitos regionais e xenofobia, entre tantas outras dimensões, para a constituição da atual forma de estruturação das classes sociais. Observar esse processo é um elemento central para interpretar a essência do capitalismo global, sobretudo para entender o papel do Brasil (e de toda a América Latina e demais territórios marginalizados) no atual estágio de crise estrutural do capital.

Por isso, após décadas de amadurecimento do debate sobre a questão social, o serviço social brasileiro constituiu sínteses que identificam os elementos mais precisos da relação capital-trabalho, entendendo-a não somente em suas dimensões imediatas, mas desvendando todo o processo que constitui o aparato produtivo e reprodutivo que objetiva e subjetiva os processos de desigualdades, antagonismos, contradições e resistências ao longo dos últimos séculos.



Essa é uma leitura sobre a realidade que, especialmente no Brasil, desnuda os motivos das condições precárias de vida do povo trabalhador, assim como sublinham as suas potencialidades e os entraves atuais para o processo de resistência e luta social em tempos de aprofundamento do neoliberalismo e ataques às liberdades democráticas.

O capitalismo, como uma totalidade versátil, exige que aprofundemos sobre suas determinações históricas pautadas no racismo e em sua estrutura (heterocis)patriarcal, ambas constituintes das dimensões originárias e contemporâneas de realização mais complexa das alienações. É preciso observar o capitalismo dependente em seu aparato racista, constituído no colonialismo e na escravização, no genocídio, na marginalização, na coisificação e na descartabilidade de sujeitos e identidades, e em sua unidade dialética com os ditames da opressão (heterocis)patriarcal, com seus elementos de hierarquização, objetificação, dominação, apropriação e expropriação, que naturalizam relações sociais em torno da normatização e normalização dos papéis de gênero-sexo, das identidades de gênero e orientações sexuais.

É por isso que, sublinhando a ênfase da cisgeneridade como um ponto valioso deste complexo, optamos por tratar da categoria “heterocispatriarcado”, aprofundando o entendimento de “heteropatriarcado”, termo comumente utilizado em nossos debates críticos mais atuais e que, inclusive, constitui o título deste texto. Este postulado não é necessariamente uma divergência teórica, mas é, sem dúvida, uma diferença importante em termos de ênfase metodológica para a complexidade desta questão ao esmiuçarmos a questão social e a unidade da alienação do trabalho, da alienação colonial e da alienação sexual.

2. A QUESTÃO SOCIAL, EXPROPRIAÇÃO E A UNIDADE EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO CAPITALISMO

Em “Cinco Notas a Propósito da ‘Questão Social’”, Netto (2001) ratifica a gênese dessa expressão em meio ao processo de maturação da sociedade capitalista no século XIX, com o processo de consolidação da hegemonia burguesa, do acirramento da luta de classes e do inevitável aumento



das contradições e desigualdades sociais.

A análise de conjunto que Marx oferece n' *O Capital* revela, luminosamente, que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho - a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc. Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda a luta contra as suas manifestações sociopolíticas e humanas (precisamente o que se designa por “questão social”) está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos. (NETTO, 2001, p. 45-46).

Essa constatação certa de determinação molecular só atinge sua completude se percebemos a amplitude social da ascensão capitalista e suas particularidades diante da estruturação originária de seus moldes, dando conta das mediações que se articularam com a dimensão das classes sociais, mas que se produziram e se reproduziram numa complexidade repleta de outras determinações. A constituição da unidade exploração-opressão é, nesse sentido, um ponto central para o entendimento da gênese e do desenvolvimento do capitalismo em qualquer território. Nesse sentido, o entendimento da expropriação se caracteriza como um fator incontornável.

Em *O Capital*, quando trata da “assim chamada acumulação primitiva”, Marx descreve processos de constituição da unidade exploração-opressão moderna na apartação dos seres humanos sobreviventes do seu trabalho daquilo que é fundamental para sua realização, como a terra, o território, o espaço produtivo, os saberes e, obviamente, os instrumentos e matérias-primas, em que:



A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior [...] processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. [...] O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista, foi a subjugação do trabalhador (MARX, 2013, p.786- 789).

A subjugação na forma de trabalhador moderno, no entanto, não se deu da mesma forma, no mesmo ritmo e na mesma temporalidade em todos os territórios. A constituição do capitalismo sob o chão do colonialismo expressa nuances de expropriação que denotam a capilaridade do conjunto de expressões de desumanização ao longo da formulação do capitalismo (Fanon, 2008). A expropriação de terras, territórios, identidades, saberes e formas de sociabilidade são processos de objetivação e subjetivação do capital, proporcionando a estruturação material da exploração e a universalização violenta de um ethos alienado como padrão de humanidade (Pinheiro, 2022).

É por isso que as reflexões de Federici (2017) lançam luz sobre a condição da mulher nesse processo, impulsionando uma análise consistente daquilo que é descrito nas reflexões marxianas, destacando o movimento de sucessivas violências de ordem física, material, simbólica e psicológica na construção de uma estrutura de dominação moderna, esta fundamental para o desenvolvimento estrutural do capitalismo, em detrimento de uma subalternização feminina, em uma formatação diferente de qualquer outro momento histórico desde a divisão sexual do trabalho promovida no advento da propriedade privada.

A “acumulação primitiva” que alicerça a possibilidade de consolidação do Estado moderno, da estruturação da futura hegemonia burguesa e



do desenvolvimento das forças produtivas no processo industrial também se arregimenta nas opressões estruturando as possibilidades da exploração da força de trabalho livre.

Esse processo determina as particularidades históricas do capitalismo em cada território, além de fortalecer a tessitura de uma estrutura heterocispatriarcal e racista dentro do modo de produção calcado na luta de classes. O capitalismo é uma totalidade histórica; por isso, é preciso constatar que toda interpretação particular da questão social também pressupõe a sua relação com outras particularidades.

Isto posto, assim como não é possível entender o capitalismo brasileiro sem perpassar o processo de colonização europeia, pelo imperialismo e pela dependência, é igualmente impossível desvendar as condições de maturação da revolução industrial, da formação da classe trabalhadora europeia, da consolidação da burguesia no poder e do estado social, sem entender o papel do colonialismo e do heterocispatriarcado para o entesouramento e processualidade do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção que tradicionalmente estudamos quando pensamos a gênese da questão social naquele continente.

O modelo colonial promovido no Brasil faz parte de um processo mais amplo de estruturação da acumulação originária do capital internacional, que particulariza um movimento fundacional de subsunção ao imperialismo desde seus primórdios. Essa característica é constituída por diferentes elementos que permitem um processo de desenvolvimento dependente, com formas rebaixadas aos interesses europeus e que, entre tantas questões, fortalecem uma estrutura de rebaixamento do valor da força de trabalho quando se hegemoniza uma estrutura de trabalho assalariado.

3. QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E AS RELAÇÕES DE CLASSE, RAÇA-ETNIA E GÊNERO COMO CERNE DA QUESTÃO.

O capitalismo dependente não se perpetua somente com artifícios



políticos e nem como uma interferência externa na lei do valor, mas sim impetrando violências que, quando amadurecidas, se naturalizam numa processualidade no âmbito da reprodução social que faz do cotidiano alienado uma dinâmica de produção de uma mercadoria força de trabalho desvalorizada.

Partindo do entendimento da *questão social* como o conjunto das “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (Iamamoto, 2011, p. 160)”, quando analisada no Brasil, podemos entender como sua trajetória desenvolve uma legalidade particular que não pode ser apenas transmutada mecanicamente a partir dos marcos históricos e das relações vivenciadas na Europa do século XIX (Santos, 2012).

Em “Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil”, Souza e Teles (2021) destacam o acúmulo do debate, que ganha profundidade quando consideramos as categorias “terra, trabalho, Estado, luta de classes, racismo estrutural e sexismo”. Segundo as autoras, o avanço das análises da particularidade da exploração-opressão precisa considerar distintas formas, ritmos, temporalidades e espaços, esmiuçando as questões particulares e sua conexão com o universal.

Compreendemos que buscar as conexões histórico-estruturais das manifestações cotidianas das expressões da questão social é o que possibilita uma compreensão das mesmas para além da aparência e da fragmentação com que se apresentam no seu movimento concreto imediato. As elaborações clássicas sobre a questão social (NETTO, 2001; 2012; IAMAMOTO, 2001; YAZBEK, 2001, dentre outras) dão conta de explicitar a essência desse fenômeno numa dimensão mais generalista. Todavia, a apropriação



da dinâmica particular dos seus elementos constitutivos requer entender o movimento das contradições sociais, a partir de cada território circunscrito nesse processo violento, destrutivo e brutal, que é a acumulação de capital. (SOUZA; TELES, 2021, p. 48).

Nessa perspectiva, vemos como essas características vêm desvendando questões de diferentes planos da sociedade, ao passo que valores e costumes mudam numa relação direta com a realidade objetiva, buscando dar sentido a ela, mas também possibilitando modificá-la.

Absorvendo esse quadro de composições analíticas sobre as opressões e sobre a formação sócio-histórica do país, Ferreira e Fagundes (2021), em “Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça”, realizam uma síntese rigorosa dessa complexidade, ao tratar da expropriação como a retirada dos meios de vida, corpos e saberes para a constituição do capital, analisando o valor histórico e moral da força de trabalho e sua composição de gênero e raça. Os autores trabalham o racismo estrutural e o moderno heterocispatriarcado como estruturantes de uma divisão sexual e racial do trabalho, constituindo elemento estratégico de revestimento do trabalho expropriado, da precarização e de rebaixamento do preço do trabalho abaixo do valor da força de trabalho em escala global. Assim:

Constituem relações de expropriação e alienação que participam da determinação histórica e moral do valor da força de trabalho, estruturando o caráter racista e heteropatriarcal do próprio modo de produção capitalista, portanto, suas relações de reprodução e acumulação, sem eliminar a distinção entre trabalho produtivo (aquele que produz mais valor diretamente) e improdutivo (aquele que não produz mais valor diretamente), mas articulando-os dialeticamente. (FERREIRA; FAGUNDES, 2021, p. 69).



O processo de escravização como marco constitutivo da construção do capitalismo realizou uma dominação que não buscou apenas o trabalho forçado, mas também a construção de uma ideia de desumanização que apartava os sujeitos de sua história, de sua cultura e de sua religiosidade (Moura, 2014). O desenvolvimento alienado de um ser humano universal com determinada cor de pele, origem territorial, crença religiosa apontava diretamente para o sujeito não-humano, na conformação identitária oposta àquela formulação (Pinheiro, 2022).

Dessa forma, não se pode pensar em burguesia e no seu *ethos* sem pensar no desenvolvimento da escravização dos povos africanos e na violência contra os povos originários dos territórios colonizados. Não se pode analisar a classe exploradora sem pensar na sua ideologia madura e no seu processo de desenvolvimento até seu apogeu de dominação. Como o capitalismo é uma relação social, não se pode pensar o dominador fora dessa mediação social complexa de dominação histórica.

Cada especificidade produtiva da violência racista colonial compõe uma mediação que embasou o solo da historicidade da revolução burguesa e seu projeto de modernidade, e esse dado tem determinações decisivas para entender o *ethos* reprodutivo da unidade exploração-opressão.

O racismo e a desigualdade racial são processos historicamente marcados em conjunção das diferentes práxis, para perpetuação de um projeto de dominação e complexificação de sua estrutura de exploração, que se sofisticou sob suas formações sociais também constituídas de alienações históricas pré-capitalistas, expressando uma naturalização em diferentes níveis ideológicos, como no pensamento religioso e científico, apontando para a reprodução social das desigualdades materiais dessas esferas e de sua solidez na estruturação das classes sociais fundamentais ao mundo capitalista.

No Brasil, esse processo se consolida com particular forma, tornando ainda mais complexas essas expressões, desafiando e distanciando inclusive a materialização da própria emancipação política moderna nos



marcos dos valores liberais e/ou do romantismo burguês. As raízes racistas são também patriarcais e, sendo familistas em seus valores, são necessariamente centradas na “heteronormatividade”. A construção dos valores moralistas não é uma obra recente e nem uma empreitada meramente tática, mas resultado da organização social hegemônica na reprodução social da sociedade brasileira.

A chegada dos anos republicanos do século XX afasta-se do protagonismo do conteúdo centrado no patriarcado rural sem perder a construção do moralismo e os ataques às construções sociais fora do escopo das classes dominantes. Há um fio condutor na essência do modelo familiar arcaico para a construção familiar moderna, afinal, por uma lógica urbana, mas também centrada na organização produtiva, no trabalho assalariado, na obediência ao Estado, na reprodução dos valores hegemônicos patriarcais.

A política de embranquecimento, de apagamento da cultura dos “sobrantes”, da coerção diante da questão social, solidifica uma ideia de famílias desajustadas para a imposição dos valores do heterocispatriarcado, em sua versão mais imediata, para políticas do Estado. Os costumes e crenças de outrora vão sincretizando com as estruturas modernas, se embrenhando na ideologia burguesa em uma versão dependente, temperando as políticas para os trabalhadores com suas raízes racistas e heterocispatriarcais, conduzindo um discurso rebuscado para promoção de novas roupagens das desigualdades.

Todo esse emaranhado de reflexões sobre os elementos que foram evidenciando a formação da concepção de família torna incontestável a constituição de um modelo calcado no racismo e no heterocispatriarcado, modelo complexificado e requalificado e que vem atravessando as particularidades de cada lugar e conjuntura, servindo de base para perpetuação de papéis sociais e anacronismos que têm funções sociais nada ingênuas na ratificação de diversas opressões.

O processo de constituição burguesa no Brasil se revela particular,



pois não lança mão de modo rigoroso de ideários idênticos aos que foram estabelecidos na Europa em sua fase revolucionária. A estruturação da burguesia brasileira finca suas bases exatamente num elo de dependência econômica com essa burguesia internacional já madura e consolidada e se ratifica politicamente, sem partir das transformações equivalentes e radicais no advento da modernidade, mas com o que Fernandes (2008) denomina de “revolução pelo alto”.

Esses são fundamentos importantes para desvendar que a situação brasileira não se trata de um mero caráter atrasado no âmbito dos direitos civis e políticos no arco da emancipação política burguesa. Tais determinações constataam que, além de terem sido desnecessárias reformas de base para o estabelecimento do capital no país, a manutenção e metamorfose das opressões foram e são fundacionais e funcionais para a ampliação e apropriação econômica e política das elites brasileiras.

As contradições desse país “ornitorrinco” - alusão do sociólogo Francisco de Oliveira (2003) - comparando as particularidades do trato político, econômico e cultural do Brasil com um animal estranho que é uma mistura de muitas dimensões - refletem a formação e seu estabelecimento da nação na miscelânea entre o velho e o novo, com amortecimento das lutas populares, invisibilidade dos sujeitos e naturalização de opressões, constituindo um processo com mais conciliações que rupturas.

Essas condições estão presentes nos principais episódios e processos históricos do país, marcando a colonização, a fase do Império, a República Velha, o estabelecimento do Estado Novo, a rápida volta da democracia em suas fases desenvolvimentistas, os levantes populares por reformas de base no início dos anos 1960, o duro golpe empresarial-militar e as duas décadas de ditadura a partir de 1964, a luta e ratificação da redemocratização do país nos anos 1980 e o estabelecimento do neoliberalismo em nossa estrutura estatal nos anos 1990, passando pela faceta social-liberal dos anos 2000 e 2010 até o golpe parlamentar-jurídico e midiático para a retomada do neoliberalismo radical em 2016/2018.



A modernização brasileira como um projeto de “unidade de contrários” sufoca as identidades diversas do ser social para aquém de sua condição de explorado e oprimido. No Brasil, a eugenia, a “higiene social”, o moralismo judaico-cristão e o autoritarismo caminharam por décadas buscando a “europeização”, em um processo à brasileira, sem a realização de reformas estruturais do liberalismo romântico, mas adequando a manutenção das raízes coloniais para a economia de mercado, mantendo o patrimonialismo, o racismo e o machismo sempre no centro das possibilidades de manutenção e ampliação da exploração.

O *ethos* do povo trabalhador, do povo preto, das mulheres, da população LGBTQIA+ e da classe trabalhadora foi patologizado, moralizado e criminalizado, existindo um processo de higienização discriminatória por décadas, que se traduziu nas periferias, nos manicômios, nas penitenciárias e na vida cotidiana.

No capitalismo maduro, essas camadas de desumanização se realizam como nexos internos da unidade exploração-opressão, produzindo a mercadoria força de trabalho com valores rebaixados, aprofundando a alienação e mergulhando os sujeitos oprimidos e os territórios do capitalismo dependente em fábricas de trabalhadoras e trabalhadores mais baratos/os, produtos descartáveis, com uma reprodução social constituída por menor investimento social e, portanto, constituídos de um potencial de produtividade mais eficiente para a ordem capitalista.

A realidade histórica demonstra que as margens que oprimem e marginalizam sujeitos colocam seus corpos e a sua força de trabalho no centro das possibilidades de exploração. Se estes sujeitos não se inserem nas condições clássicas da classe trabalhadora europeia do capitalismo do século XIX, é mais pela vivacidade e complexidade daquela estrutura do que pela superação dela, pois sua essência atualmente assume um caráter transmutado, com formas diversas de promover a exploração mundializada.

A alienação e suas diferentes formas de realização, o reforçamento



e potencialização dos valores desumanizados e a materialização de condições marginais para determinados tipos humanos não retiraram esses sujeitos do processo produtivo do capital. Ao contrário, os colocaram como peças centrais de condições de exploração intensificada pelo rebaixamento de suas identidades e, além disso, cumpriram também um papel no campo restrito da reprodução social, assumindo em seus corpos, em suas culturas e seus espaços o espectro de oposição ao *ethos* burguês, o arquétipo mobilizador das políticas do Estado para a mistificação normatizadora e para a violenta frente à questão social, envolta de processos de criminalização, patologização, moralização enquanto encobria a essência capital-trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que denominamos de questão social não é um termo esvaziado de sentido, mas sim uma síntese de uma dimensão concreta que reúne expressões historicamente construídas, socialmente existentes e estruturalmente relevantes para a existência da sociedade capitalista.

Portanto, debatê-la e refletir sobre sua realização na particularidade brasileira é organizar no campo das ideias aquilo que se vivencia cotidianamente nas condições de vida e trabalho de nossa população. A unidade exploração-opressão constitui um complexo alienado e obscurecido que está presente na substância do valor da força de trabalho, pois, a partir de sua realização junto ao caráter continuado de expropriação, atinge diretamente a redução das possibilidades de existência de determinados sujeitos, principalmente em territórios colonizados.

Quando culturas são criminalizadas, quando prisões, manicômios e ruas são ocupadas por determinados sujeitos com tipos de corpos e determinadas identidades, quando os postos de trabalho mais degradantes são direcionados para determinadas pessoas e grupos sem nenhuma condição de contratação e direitos, fica impossível tratar os processos de conjunção capital-trabalho sem perceber que a marginalização é uma estratégia de inclusão precarizada para fins de ampliação do processo de exploração e



que tais condições só são possíveis pela sedimentação autorizada devido à naturalização das opressões.

Os dados da atualidade dialogam com o racismo e o heterocis-patriarcado moderno e suas formas de se realizar na sociedade de classes. Os valores e costumes dominantes, constituídos no ethos burguês e particularizados ao longo da história no Brasil, apresentam-se como derivações que são determinadas pelo modelo heterocispatriarcal, naturalizando a heterossexualidade como única forma de orientação sexual socialmente aceita, a branquitude como ideal ético e estético e a família nuclear como possibilidade exclusiva de arranjo afetivo e organizativo da vida privada. Tais dimensões são determinantes para o entendimento dos desafios impostos com o avanço reacionário e a imposição alienada do tratamento da questão social no capitalismo brasileiro. Afinal, o Estado e as forças hegemônicas têm lançado mão da defesa dessas raízes históricas para perpetuar a sua essência.

Conjuntura e estrutura, produção e reprodução social, objetividade e subjetividade, passado, presente e perspectiva de futuro fazem parte da processualidade histórica. Por isso, falar de questão social é tratar da relação capital x trabalho, mas com todas as suas mediações e determinações. É por essas constatações que é preciso também sublinhar o seu caráter de resistência, observando as possibilidades de lutas sociais e da busca por direitos. O combate indissociável do racismo, do machismo, da misoginia e da lgbtfo-bia ganha profundidade quando assume um projeto articulado que atinge a materialidade dos processos de alienação essenciais para a manutenção dos lucros e do poder estabelecido.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Como articular o debate do avanço do pensamento reacionário e das políticas vinculadas ao ataque às liberdades democráticas na atual conjuntura com as reflexões teóricas sobre a questão social no Brasil?



2. Observando as questões de classe, raça-etnia e gênero no cotidiano de trabalho é possível pensar nas opressões como expressões da questão social?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Carla Cecília Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. DIALÉTICA DA QUESTÃO SOCIAL E A UNIDADE CLASSE, GÊNERO E RAÇA. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 21, n. 42, p. 62-76, jul./dez. 2021. ISSN 2238-1856

FONTES, Virgínia. O **BRASIL E O CAPITAL-IMPERIALISMO**: Teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

IAMAMOTO, Maria Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

NETTO, José P. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, ABEPSS, Brasília, n.3, p.41-49, 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.



PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. Entre os rios que tudo arrastam e as margens que os oprimem: as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão. 2022. 408 f., il. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 6. São Paulo: Cortez, 2012

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, Vitória, v. 21, n. 42, p. 44-61, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842#:~:text=Sem%20o%20intento%20de%20trazer,classes%2C%20racismo%20estrutural%20e%20sexismo>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BIBLIOTECA VIRTUAL

Livros

BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (org.). **Os direitos não cabem no Estado**: trabalho e política social no capitalismo. [S.l.]: Usina Editorial, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://blogdausinaeditorial.wordpress.com/2025/10/10/os-direitos-nao-cabem-no-estado-ebook-gratuito/>

CORREA, André Henrique Mello. **“A história não avança pedindo permissão”**: a agenda antirracista do Serviço Social brasileiro e as construções coletivas na afirmação do Projeto Ético-Político. São Carlos: Pedro e João Editores, 2025. *E-book*. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/a-historia-nao-avanca-pedindo-permissao-a-agenda-antirracista-do-servico-social-brasileiro-e-as-construcoes-coletivas-na-afirmacao-do-projeto-etico-politico/>

GONÇALVES, André Menezes; FRANÇA JÚNIOR, Reginaldo Pereira; SOUSA, Tatiana Raulino de (org.). **Serviço Social e questão regional**. Campi-



na Grande: EDUEFG, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/bitstream/riufcg/29580/1/SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20E%20QUEST%C3%83O%20REGIONAL%20-%20E-BOOK%20EDUEFG%202022.pdf>

KONDER, Leandro. Sofrimentos Do “**homem Burguês**”. Coleção: Livre Pensar; 2. Editora: SENAC NACIONAL. Ano: 2000 (indicado pelo docente na aula; não está disponível online)

MOURA, Clóvis. **Racismo e luta de classes no Brasil**: textos escolhidos de Clóvis Moura. [S.l.]: Terra Sem Amos, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/ano/mes/40.pdf>

PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. Entre os rios que tudo arrastam e as margens que os oprimem: as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão. 2022. 408 f., il. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/bitstream/10482/45222/1/2022_PauloWescleyMaiaPinheiro.pdf

Artigos e Capítulos de Livros

BORJA, Bruno. Cultura popular no capitalismo dependente: entre resistências e incorporações. **Temporalis**, Brasília, v. 23, n. 45, p. 32-48, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n45p32-48>

DUBOC, Jéssica Ribeiro; SILVA, Anderson Martins. A determinação social da consciência: classe, raça e gênero na formação social brasileira. **Temporalis**, Brasília, v. 25, n. 49, p. 207-221, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2025v25n49p207-221>

FERREIRA, Carla Cecilia Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 62-76, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>



NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/50RJ5W-8gL6gH4A2o122W.pdf>

_____. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf

PAIVA, Beatriz Augusto de; CARRARO, Dilceane; LUZ, Davi Antunes da. Classes trabalhadoras latino-americanas: um debate sobre seus fundamentos no capitalismo dependente. **Temporalis**, Brasília, v. 22, n. 43, p. 123-140, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2022v22n43p123-140>

PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. A expropriação como nexo da unidade exploração-opressão: alienação, reprodução social e a subjetivação do ethos burguês. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17., 2024, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: ABEPSS, 2024. p. 2965-2499. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/04127.pdf>

_____. Além de uma cortina de fumaça: a unidade exploração-opressão e o moralismo da extrema direita na crise estrutural do capital. **Propuestas Críticas en Trabajo Social**, Santiago, v. 4, n. 8, p. 1-19, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://revistapropuestascriticas.uchile.cl/index.php/RPCTS/article/view/74508/77616>

_____. “Não aceitei o que é de hábito como coisa natural”: desvendando a ontologia da unidade exploração-opressão”. In BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). **Os direitos não cabem no Estado**: trabalho e política social no capitalismo. [S.l.]: Usina Editorial, 2023. E-book. Disponível em: https://fundacionsol.cl/cl_luzit_herramientas/static/adjuntos/7643/Direitos%20n%C3%A3o%20Cabem%20no%20Estado.pdf



SOARES, Marcela. Escravização, irracionalismo e contrainsurgência. **Temporalis**, Brasília, v. 23, n. 45, p. 117-134, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n45p117-134>

SANTOS, Josiane Soares. Questão social e desafios para uma formação antirracista no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, v. 25, n. 49, p. 30-43, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10274340.pdf>

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 44-61, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>

Artigos em Páginas Eletrônicas ou Blogs

FONTES, Virginia. '**Marx continua mais vivo do que nunca**'. [Entrevista cedida à] André Antunes. **EPSJV/Fiocruz**, Rio de Janeiro, 11 maio 2018. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/marx-continua-mais-vivo-do-que-nunca>

SANTOS, Silvana Mara dos. Marxismo e diversidade sexual. **Casa Marx**, 11 maio 2025. Disponível em: <https://www.casamarx.com.br/revisita/11-05-2025/casa-marx-entrevista-marxismo-e-diversidade-sexual-com-silvana-mara-dos-santos/>

MARQUES, Brenda. Pensando com(o) Lélia Gonzalez: o genocídio da população negra. **Esquerda Online**, 20 nov. 2025. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2025/11/20/pensando-como-lelia-gonzalez-o-genocidio-da-populacao-negra/>

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. Nordeste, o povo que virou suco: ensaio sobre o nordeste e o preconceito regional como expressão do ódio de classe no Brasil. **LavraPalavra**, 17 maio 2021. Disponível em: <https://lavrpalavra.com.br/2021/05/17/nordeste-o-povo-que-virou-suco-ensaio-sobre-o-nordeste-e-o-preconceito-regional-como-expressao-do-odio-de-classe-no-brasil/>



com/2021/05/17/nordestino-o-povo-que-virou-suco-ensaio-sobre-o-nordes-te-e-o-preconceito-regional-como-expressao-do-odio-de-classe-no-brasil/

FURTADO, Vanessa. Nó na Garganta. Mad in Brasil: Ciência, Psiquiatria e Justiça Social.

2021. Disponível em: <https://madinbrasil.org/2021/04/no-na-garganta/>

Vídeos/Conferências/Debates/Entrevistas

AULA 2: Classe e o significado do gênero e raça nos fundamentos do Serviço Social. [Locução de]: Ana Paula Procópio, Mirla Cisne e César Henrique Maranhão. Publicado pelo canal TV ABEPSS. 4 nov. 2020. 1 vídeo (148 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rK17FwPRBmY>

CLASSE e Raça na Formação Social Brasileira. [Locução de]: Marcelo Badaró e Silvana Mara de Moraes dos Santos. Publicado pelo canal PPGSS ESS UFRJ. 13 maio 2021. 1 vídeo (145 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RjmPlbKrRvc>

II EDIÇÃO: Introdução ao Método de Marx para atuação em Saúde. Publicado pelo canal Fórum de Residências em Saúde - UERJ. 10 mar. 2022. 1 vídeo (156 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fov3R7oN-rPU>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SERVIÇO Social e o debate da unidade exploração-opressão. Publicado pelo canal TV ABEPSS. 11 maio 2021. 1 vídeo (116 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_2oYAk52Ouw. Acesso em: 27 nov. 2025.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Método de Marx. Parte 1. Aula proferida no PPGPS/UnB, 19/04/2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8&t=8s>



NETTO, José Paulo. Introdução ao Método de Marx. Parte 2. Aula proferida no PPG/PS/UnB, 19/04/2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Dl3Yocu-1oI&t=2s>

Revistas

TEMPORALIS. **Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, v. 21, n. 42, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1410>

Sites e Páginas Informativas

MARXISMO21. Textos e dossiês sobre marxismo e a questão racial. Disponível em <https://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/>

MARXISMO21. Textos clássicos sobre Formação Social e Economia política brasileira. Disponível em <https://marxismo21.org/economia-politica-brasileira/>

Filmes e Documentários

Alice Júnior. Direção: Gil Baroni. Produção: Beija Flor Filmes. Brasil, 2019. (87 min), [Netflix](#)

Bacurau. Direção: Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Produção: CinemaScópio. Brasil, 2019. (131 min). [Globoplay](#)

Batismo de Sangue. Direção: Helvécio Ratton. Produção: Quimera Filmes. Brasil, 2006. (110 min). [Globoplay](#)

Corumbiara. Direção: Vincent Carelli. Produção: Vídeo nas Aldeias. Brasil, 2009. (117 min). [YouTube](#)



Eles não Usam Black-Tie. Direção: Leon Hirszman. Produção: Embrafilme. Brasil, 1981. (134 min). [YouTube](#)

Enredos da Liberdade: O Grito do Samba pela Democracia. Direção: [Equipe Globoplay]. Brasil, 2023. Globoplay

Estou me Guardando para Quando o Carnaval Chegar. Direção: Marcelo Gomes. Produção: Carnaval Filmes. Brasil, 2019. (85 min). [Netflix](#)

Holocausto Brasileiro. Direção: Armando Mendz e Daniela Arbex. Produção: HBO Brasil. Brasil, 2016. (90 min). [Netflix](#)

Ilha das Flores. Direção: Jorge Furtado. Produção: Casa de Cinema de Porto Alegre. Brasil, 1989. (13 min). [YouTube](#)

Luiz Gama: A Luta Pelo Direito no Brasil da Escravidão. Brasil: TV Senado, 2017. Documentário. [YouTube](#)

Menino 23: Infâncias Perdidas no Brasil. Direção: Belisario Franca. Produção: Giros. Brasil, 2016. (79 min). [Globoplay](#)

O ABC da Greve. Direção: Leon Hirszman. Produção: Cinematográfica. Brasil, 1990. (89 min). [YouTube](#)

Que Horas Ela Volta?. Direção: Anna Muylaert. Produção: Gullane. Brasil, 2015. (112 min). [Netflix](#)

Querô. Direção: Carlos Cortez. Produção: Gullane. Brasil, 2007. (90 min). [Netflix](#)

Terra para Rose. Direção: Tetê Moraes. Brasil, 1987. (84 min). [YouTube](#)







« DISCIPLINA 2 »

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA:
CAPITALISMO DEPENDENTE E PERIFÉRICO,
SISTEMA HETEROPATRIARCAL-RACISTA E
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

« AULA 3 »

**Autocracia burguesa e
interdição democrática:
Estado e classes sociais no
capitalismo dependente e
periférico**

« Virgínia Fontes »



AUTOCRACIA BURGUESA E INTERDIÇÃO DEMOCRÁTICA: ESTADO E CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO DEPENDENTE E PERIFÉRICO

Virgínia Fontes

Há três desafios cruciais na análise da história do Estado brasileiro, e eles envolvem categorias como historicidade, dialética e totalidade. O primeiro é realizar a crítica de tendências liberais que se remodelam desde a independência brasileira e que abominam tais categorias. Uma historiografia liberal de tons variados, embora assuma posições francamente contraditórias, se reproduz nas interpretações desde os finais do século XIX até nossos dias. Alguns desses analistas, por vezes, reclamam da escassa existência entre nós de práticas liberais, porém solicitam ora mais Estado para impor a Ordem (“segurança”), ora menos Estado, ou seja, menos direitos para as grandes massas, em nome de uma “Economia ou Segurança Nacional”. Claro, apesar dos reclamos recorrentes de escassez do liberalismo, a maioria desses analistas utiliza os princípios do próprio liberalismo na análise, separando drasticamente Estado e Sociedade no Brasil, como se fossem entidades alheias uma à outra. Nesse viés, ora o Estado aparece como avassalador, esmagando uma sociedade desprotegida e sem classes, ora, ao contrário, como Estado inexistente e frágil, incapaz de defender o que tais liberais apresentam como “verdadeiros” interesses nacionais.

A tendência liberal reifica também a concepção de democracia, apresentada imaginariamente como o espaço institucional atribuído oficialmente às divergências e negociações. Costumam argumentar em termos institucionais ou jurídicos, relegando a democracia aos pleitos eleitorais e a alguns direitos difusos e desigualmente assegurados, quando não usurpados em nome do próprio... liberalismo. Nos desdobramentos mais contemporâ-



neos dessa linhagem, a cesura dual se desdobra, contrapondo Estado, Mercado e Sociedade Civil, como se fossem três bolhas isoladas na vida social. É, portanto, uma interpretação em que a existência de capitalismo não se traduz em transformações na totalidade da vida social, não envolve lutas de classes e, muito menos, a sua superação. A ordem jurídica abstrata e desigual tende a ser naturalizada.

O segundo desafio já parte de análises mais complexas que consideram as classes sociais. Trata-se de incorporar os processos de formação das classes sociais e de suas lutas, cujas tensões constituem o próprio Estado. A base teórica fundamental é o materialismo histórico e dialético, admitindo diálogo crítico e franco entre as diversas declinações e contribuições pós-marxianas, como as de Lenin, Trotsky, Gramsci, Rosa Luxemburgo, G. Lukács, N. Poulantzas, E. Mandel, E. P. Thompson, dentre inúmeros outros.

A crítica de Marx e Engels é dirigida tanto ao pensamento conservador quanto ao liberal, e, em suas análises, mostra que o Estado capitalista é uma *criatura da sociedade burguesa*, isto é, ele expressa as contradições nas quais o conjunto da vida social se debate. Precisa, entretanto, aparentar estar acima e separado dela, de maneira a garantir que a produção capitalista se reproduza e se amplie, apesar de todas as tensões que promove (Marx, 2010; Engels, 2019). Para eles, é necessário partir da sociedade civil burguesa para analisar o Estado, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista da sociabilidade. O âmbito das lutas políticas é mais extenso do que o encapsulamento num espaço político institucional (estatal) e envolve todo o conjunto da vida social. Sem alteração substantiva das relações de comando dos processos produtivos e do próprio Estado, das formas de ser e de sentir da vida social, o Estado capitalista atua no sentido de assegurar a unidade dos dominantes e a fragmentação dos dominados.

Antonio Gramsci, no século XX, voltaria ao tema, aprofundando a crítica ao pensamento liberal. Ao apontar as formas de ampliação do Estado que resultavam das lutas de classes então em curso na sociedade civil, reafirmava que não há separação real entre sociedade civil (ou burguesa) e



Estado (Gramsci, 2000). Apenas metodologicamente essas categorias podem ser pensadas de maneira isolada.

As lutas de classes ocorrem em todo o espaço da sociabilidade e, para além das empresas, fábricas e partidos oficiais, abrangem inúmeras modalidades associativas e organizativas, como sindicatos, jornais, associações, igrejas, escolas, etc. Trata-se de embates de classes, de formação de consciências, travados através de modalidades associativas que se expandem e se modificam, e tendem a abranger o conjunto da vida social. Gramsci assinalava o papel que assumiam os aparelhos hegemônicos (ou aparelhos privados de hegemonia) e sua constante conexão com o Estado, através de conquistas dos subalternos ou da incorporação de diretrizes emanadas de aparelhos hegemônicos no interior de governos, convertendo o proselitismo localizado em política estatal.

Gramsci, como Marx e Engels, percebia que conquistas sindicais e procedimentos de emancipação política (redução de opressões e democratização) *são reais e importantes*, mas arriscam converter-se em seu contrário, caso os trabalhadores não enfrentem as determinações fundamentais da reprodução do capital. Marx mostrou como aumentos de salários são ganhos reais, inclusive organizativos, mas sem superar a dinâmica do capital podem ser superados por mudanças na composição orgânica do capital (mais-valor relativo). Gramsci, por seu turno, analisa como conquistas de trabalhadores exigem aprofundamento e ampliação de sua capacidade organizativa e intelectual (formação), pois, sem elas, os movimentos das classes dominantes podem “capturar” as lideranças populares (transformismo), ou amesquinhar as conquistas legais.

É preciso recusar qualquer idealização da sociedade civil, pois assim se apaga o terreno de luta crucial no qual ela se constitui, lutas de classes no plano econômico, social, cultural, intelectual, etc. A sociedade civil (e suas entidades organizativas), tanto no sentido marxiano quanto no gramsciano é exatamente o local das mais importantes lutas de classes. Não é por outra razão que as classes dominantes e seus intelectuais precisam apresentá-la



como se estivesse fora do Estado, espaço ameno distante dos embates econômicos e das disputas de poder.

A democracia, para Marx e Gramsci, é um resultado do processo de lutas populares e não deriva de nenhum impulso burguês. Se as conquistas democráticas fossem reduzidas a um espaço político institucional rotinizado, este poderia converter-se em forma de dominação burguesa. As lutas sociais e políticas podem resultar em avanços democratizantes, mas enquanto subsistem como vitória *sob a dominação* do capital, estarão constantemente sob o tácio de seu amesquinhamento, em função das modificações derivadas da expansão do capitalismo e das correlações de força sociais nacionais e internacionais (Marx, 2006). Nossos autores, regularmente, convocaram para as lutas democráticas – sindicais, políticas, sociais, civis – e defenderam suas conquistas. Mantinham, entretanto, a lucidez de que o encapsulamento de conquistas no Estado burguês arriscava seu apodrecimento e, portanto, insistiram no tema central da superação do capital (ou da revolução) como condição para a emancipação da humanidade. Coerentes, sabiam que não se elimina o Estado de maneira imediata e, como também insistiram Lênin, Trotsky e Luxemburgo, formas de transição precisariam ser construídas, nas quais *a democracia poderia dar um salto de qualidade e de classe, desvencilhando-se de suas limitações burguesas e avançando para uma verdadeira invenção histórica na relação entre seres sociais e natureza, da qual fazem parte*. A política é maior que a dimensão estatal, ela é meio de luta, organização e consciência (Gramsci, 2000, p. 40-46). Ressaltam o objetivo da superação do capital em todos os âmbitos da sociabilidade, como expresso na frase genial atribuída a Luxemburgo: “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.” Assim, a política e a democracia, como conquista e como limite, integram as reflexões e as práticas dos autores clássicos do marxismo.

No caso brasileiro, acompanhar os desdobramentos no Estado das lutas de classes, em diferentes níveis – rurais, urbanas, sindicais, movimentos populares diversos e suas estratégias organizativas – evidencia algumas características: uma intensa coerção empregada contra as iniciativas organi-



zativas populares, coerção proveniente de formas abertas de violência ou de modalidades discretas. No primeiro caso, há a generalização do uso privado de seguranças ou a coligação entre forças policiais e paramilitares (milícias), impondo constantes bloqueios à movimentação das populações das periferias e à criminalização da juventude pobre e negra, supostamente para o ‘combate à criminalidade’ e o direcionamento das Forças Armadas contra a própria população, abordada como “inimigo interno”, oficializada desde 1949, na criação da Escola Superior de Guerra (ESG). Para além da coerção física brutal, há intenso uso de coerções diversas, vigentes estrutural e institucionalmente, como racismos, sexismos, desqualificações, disseminados por um forte aparato empresarial de imprensa (rádios, TVs, imprensa, internet) extremamente agressivo contra qualquer iniciativa organizativa popular efetivamente democratizante.

Finalmente, o terceiro desafio é articular a formação das classes sociais no país no entramado que as subalterniza desigual e peculiarmente ao exterior. A subalternidade – à metrópole e ao imperialismo – que marca e constitui a formação histórica do país, por vezes, é apresentada como definindo o processo histórico desde fora diminuindo o papel das lutas internas. Outras vezes, a dimensão da dependência é secundarizada, magnificando-se o espaço institucional nacional e suas querelas. Importa reter que o capitalismo é uma totalidade expansiva, desigual, combinada, tensa e contraditória. Sua expansão atinge desigualmente os espaços nacionais e seus territórios, alterando bruscamente o conjunto da vida social – expropriações diversas, formação de massas disponíveis para a venda da força de trabalho, concentração da riqueza entre grandes proprietários locais. A dependência envolve a transferência de parcela considerável da riqueza aqui produzida para a grande propriedade do capital localizada no exterior.

Com relação à democracia, esse terceiro desafio envolve a crítica constante à miragem implementada pelas grandes potências capital-imperialistas acerca de seu próprio comportamento supostamente “democrático” – ocultando que invadem outros países, financiam e apoiam ditaduras, usam e abusam de propaganda, além de desestabilizarem governos que contavam



com apoio popular, como foi o caso do Brasil em 1964 (golpe e ditadura empresarial-militar) e 2014 (Operação Lava-Jato). Democratização é sempre um processo e sua paralisação a partir de uma dada institucionalização voltada para assegurar a reprodução do capital tende a esterilizá-la.

A construção histórica do Estado brasileiro no século XIX se encontra multiplamente enredada nos laços coloniais, no escravismo e nas malhas da grande propriedade, já analisada por inúmeros autores clássicos (Prado Jr, 2014; Martins, 2019; Fernandes, 1975; Novais, 2016, etc.).

Em pesquisa notável sobre o século XIX, Ilmar Rohloff de Mattos (2004) incorpora as lutas sociais e contesta explicações duais, de cunho liberal, que ocupam parcela da historiografia. Estas contrapõem o Estado à Sociedade, enquanto Mattos analisou a consolidação do Estado imperial no século XIX como processo dialético de formação de frações das classes dominantes brasileiras, escravistas e proprietárias, em meio às tensões internas entre dominantes e as lutas contra os subalternos. A continuidade não era das classes dominantes, mas da estrutura social.

Florestan Fernandes (2017) também critica dualismos, e traz outra contribuição. Ao abordar a questão do implacável racismo no Brasil, apresenta formulação muito instigante – a independência transferiu a direção do processo *colonizador* de uma classe dominante externa – portuguesa – para uma classe dominante nativa. O sustentáculo dessa independência seria a generalização e a intensificação da escravidão.

O regime capitalista lança, aqui, suas raízes no passado colonial, na produção escravista e no apogeu que esta alcançou *depois da Independência*. A escravidão atingiu o seu ponto alto, como fator de acumulação interna de capital, não antes, mas depois que se constituiu um Estado nacional. Isso pode parecer um paradoxo. Mas não é. As estruturas coloniais de organização da economia, da sociedade e do poder só



conheceram sua plenitude quando os senhores de escravos organizaram sua própria forma de hegemonia (Fernandes, 2017, p. 37).

Este texto parte dessas contribuições para apresentar uma espécie de painel amplo, com um dos elementos da atuação das classes dominantes no Brasil, que entremeia Estado, lutas de classes e subalternidade burguesa voluntária às classes e países dominantes no capital-imperialismo. Faremos uma rápida apresentação da evolução da truculenta ampliação *seletiva* do Estado, que aconchegava as expressões associativas empresariais, enquanto duramente reprimia as formas de organização populares, ao longo de todo o século XX. Na sequência, apresentamos elementos para lembrar que as burguesias brasileiras em nenhum momento enfrentaram as burguesias externas ou seus governos. Ao contrário, ao assumirem a posição econômica e social dos colonizadores, o fizeram modernizando-se com apoio estrangeiro e convidando-os a coparticipar da gestão dos negócios e da política, aceitando e mesmo solicitando apoio, sendo *educadas* por suas congêneres estrangeiras. Foram, portanto, ativas em sua truculência no trato com as massas populares, agentes de sua própria sujeição ao capital imperialista de origem estrangeira.

Começemos por lembrar que não apresentaremos uma história linear, feita apenas de continuidades, mas da ocorrência de profundas transformações sociais, inclusive conquistas sociopolíticas inscritas no Estado, com enorme quantidade de lutas sociais e populares, muitas silenciadas e hoje desconhecidas. As conquistas extraídas por tais lutas não impediram, entretanto, que as classes dominantes conservassem e atualizassem os traços de truculência colonizadora e subserviência de sua atuação. Ao longo do século XX, há uma íntima convivência entre o “atraso” ou o “arcaico” e o “moderno”, como magistralmente analisou Francisco de Oliveira (2003), que perdura no século XXI, agora sob processo de financeirização. A associação tensa entre as burguesias industrializantes e aquelas voltadas para a exploração agrícola implementada durante a ditadura Vargas foi renovada no período posterior e resultou na manutenção da estrutura agrária no país,



jamais alvo sequer de uma Reforma Agrária. Esse complexo amálgama de lutas sociais e controle burguês resultou em algumas conquistas legais, e na implementação de regras de funcionamento do Estado, que se ampliava para atender a novas funções exigidas pela complexificação capitalista. A República pós-1930, sobretudo após a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), envolveu uma nova composição de funcionários com maior parcela ingressada através de concursos públicos. Respondendo a necessidades da ampliação da reprodução do capitalismo no país, ambas as reformas – Agrária e do Estado – poderiam impactar o conjunto dos subalternos urbanos e rurais, tendencialmente revertendo a tendência *colonizadora interna* das classes dominantes brasileiras e, quiçá, abrindo a possibilidade de processos democratizantes de maior alcance. A estrutura da terra permaneceu intacta, mas foram instauradas as bases para uma *autonomia relativa peculiar* do Estado brasileiro, ao agasalhar em seu interior as tensões entre as classes dominantes e bloquear (ou filtrar) o acesso aos setores populares.

Como fartamente demonstraram as pesquisas de Mendonça (1997, 1998, 2006, 2010a e 2010b), desde a passagem para o século XX, as classes dominantes agrárias consideradas *atrasadas* implantaram uma moderna malha de organizações na sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia *empresariais* [APHEs]): a Sociedade Nacional de Agricultura – (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira – SRB, depois multiplicadas em diversas outras, a grande maioria das quais segue atuante em 2025. Disputavam entre elas a representação do agrarismo junto ao Estado, mas unificavam-se na luta contra o proletariado rural (e urbano). Publicaram revistas e jornais voltados para o aprimoramento técnico e político de seus quadros, implementaram educação pública e privada sob seu controle direto, prepararam intelectuais orgânicos para atuação na direção da gestão pública, em defesa de seus interesses, criando e empolgando o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras capitais, diversos setores das burguesias passavam a delinear a estrutura educativa para a formação de trabalhadores para o mercado (através do Sistema S) e para a gestão do Estado, através sobretudo de novos métodos, como o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Este, encerrado na virada da



década de 1960 para 1970, teve influência na criação do DASP, no Sistema S e na Fundação Getúlio Vargas (1944), no governo de São Paulo e em inúmeras organizações empresariais e educativas. Algumas instituições se destacariam na formação de lideranças técnicas e políticas, como as primeiras faculdades de Direito (Olinda e São Paulo), Engenharia e Medicina (Salvador e Rio de Janeiro), seguidas por uma tímida expansão de universidades na primeira metade do século XX.

Formavam dirigentes proprietários, gestores políticos e quadros destinados aos concursos públicos. O trânsito entre empresas, sindicatos empresariais (atrelados à legislação corporativa) e APHEs no Estado (nas três esferas, municipal, estadual e federal) se tornava cada vez mais corriqueiro. A lentidão da expansão da educação pública filtrava os setores sociais médios que deveriam cumprir funções subalternas no serviço público.

Não obstante os limites impostos a este acesso, inclusive por uma forte diferenciação interna entre funções mais ou menos subalternas, o funcionalismo público seria um foco permanente de tensões. Vivenciava a contradição entre a lei e o mundo real, e se organizava para reivindicar direitos e exigir que sua atividade correspondesse à norma instaurada e não apenas à satisfação de alguns poderosos. Experimentavam a contradição entre serem alçados a uma espécie de “elite” num país de trabalhadores “marginalizados”, como se dizia até os anos 1980, ou precarizados, como os designamos na atualidade, e incorporavam pautas democratizantes. Enquanto alguns se politizavam no meio de tais tensões, outros se acomodavam a seus papéis e outros, ainda, procuravam escalar posições no Estado, mimetizando a atuação dos setores dominantes.

O aprofundamento da industrialização no período Juscelino Kubitschek (1956-61) expandiu a economia capitalista e as relações sociais próprias a este modo de produção, intensificando as expropriações de trabalhadores do campo e a ocupação de suas terras, em nome de ocupar “vazios demográficos”. Aceleravam-se os processos de colonização interna que já ocorriam em direção ao norte do país e ao oeste (em especial Santa Catarina e Paraná, mas também



Mato Grosso, desde a década de 1940): camponeses expropriados no sul deslocavam-se para as “novas” terras, assim como oportunistas de todos os calibres, pilotados por empresas colonizadoras com apoio governamental. A construção de Brasília rasgaria o planalto central para a exploração do capital e para a multiplicação do latifúndio capitalista em diversos quadrantes do território.

Entre 1946 e 1964, o Brasil se encontrava em período de vigência de Estado de direito e eleições, ainda que com inúmeras restrições, dada sua seletividade. A crise econômica, com a intensificação das reivindicações operárias, populares e a aproximação entre trabalhadores urbanos e rurais, intensificaram a sanha antidemocrática das classes dominantes, com apoio da maioria da alta hierarquia católica, inaugurando longo período de 25 anos ditatoriais, simultaneamente modernizador para o capital e repressivo para as classes trabalhadoras. Houve um verdadeiro assalto ao Estado, remodelado segundo os interesses empresariais (Dreifuss, 1987; Bortone, 2013) e implementado por sua ação conjunta com os militares.

A ditadura empresarial militar implantou uma política unificada de colonização, derrotando as lutas pela Reforma Agrária que, entretanto, persistiriam e chegariam ao século XXI. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA conserva as cicatrizes das lutas no nome. Foi um instrumento criado para responder às reivindicações, desviando-as para a promessa da ocupação de terras “sem homens”. A colonização interna se expandia para o oeste e o norte, especialmente na região amazônica, então alvo central do avanço capitalista no país, para a exploração de madeiras, minerais e, na derrubada da floresta, criação de gado e posteriormente exploração agrária (Kopenawa; Albert, 2015). Mas a ditadura não se limitou a essa colonização, e a intensa participação empresarial no Estado garantiu farto apoio público à monopolização do capital (formando o famoso tripé, Estado, capital brasileiro e estrangeiro), sustentou os primórdios da chamada Revolução Verde com financiamentos e infraestrutura. Ademais, mais uma vez o Estado apoiou a expansão de entidades associativas sem fins lucrativos empresariais (Campos, 2014), enquanto perseguiu resolutamente as bases organizativas populares (CAAF-Univesp, 2025).



O pós-ditadura, com uma incipiente democratização, resultado de intensa pressão popular, implantou uma Constituição cujas conquistas eram insatisfatórias para os setores populares, mas excessivas para as classes dominantes, apesar destas últimas terem mantido uma não discreta tutela militar. As classes dominantes agiram na Assembleia Nacional Constituinte através de suas entidades organizativas (Dreifuss, 1989) e, após sua promulgação, promoveram sucessivas reformas constitucionais. Dentre as mais relevantes, a que quebrava a espinha dorsal das conquistas dos trabalhadores, tanto para o setor público quanto para o setor privado, foi a Reforma Bresser (Ministério da Administração e Reforma do Estado), que espalhou as funções de Estado e abriu a porta para a legalização da precarização do mercado de trabalho e para o mercado de “serviços públicos”. Também dramáticas foram as sucessivas modificações da legislação sobre previdência social, iniciadas sob os governos do Partido dos Trabalhadores e continuadas por Temer e Bolsonaro.

A partir da década de 1990 ocorreu um “choque de mercado e de capitalismo”, como propôs Mario Covas no Senado, em 1989, então candidato à presidência pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Esse choque neoliberal acarretou um aumento brutal na escala das desigualdades e também na escala da violência estatal contra os setores populares: policial, militar, paramilitar (milícias) e judicial (encarceramentos massivos), além de diversas formas de violência proprietária direta. Também para os trabalhadores do campo, a contraparte da expansão capitalista foi a expropriação e a violência direta dos proprietários, exercida pela UDR (1985) desde Ronaldo Caiado, um dos fundadores, até Nabhan Garcia (atual dirigente), chegando ao extremo do recente movimento “Invasão Zero”, entidade associativa criada em 2023, agremiando latifundiários e parlamentares em “Frente Parlamentar Invasão Zero”. Sua atuação reúne proprietários, políticos, grileiros e policiais em atuação violenta contra camponeses, indígenas e quilombolas (Justiça Global, 2024).

Vejamos também como agiram internamente as classes dominantes com objetivos múltiplos: defenderam seus interesses setoriais específicos, in-



tersetoriais, forjaram seus próprios intelectuais para a gestão direta de negócios e para a gestão política (pública e privada), construíram sua unidade fundamental para formar/educar as classes trabalhadoras e, mais tardiamente, para o controle mercantil-filantrópico das lutas sociais emergentes. Trata-se da expansão da sociedade civil no Brasil, que se iniciou pelo aumento de lutas e de reivindicações dos setores populares (Mattos, 2003, 2008).

As classes dominantes se organizaram para enfrentar os trabalhadores, partindo, porém, de uma atitude de negação da validade de tais reivindicações e de suas organizações. Muitas associações populares durante praticamente todo o século XX e XXI foram ilegalizadas, desqualificadas ou criminalizadas.

Dados os limites de espaço deste texto, apresentaremos esse processo organizativo já em sua imbricação com burguesias estrangeiras, aprofundando a característica colonizadora das burguesias brasileiras e construindo uma *identidade* comum antipopular. Com o apoio dos governos – nacional e estrangeiro – ocorreram trocas oficiais, cursos no exterior para militares, funcionários públicos e empresários, e missões estrangeiras no país, além de uma espécie de pedagogia prática de burguesias estrangeiras, especialmente estadunidenses, mas não apenas: visavam reduzir as tensões entre elas para facilitar o ingresso de capitais forâneos no país. Temiam os movimentos populares, todos apresentados como “nacionalismos”, que figuravam como constante preocupação, e agiam para prevenir ou coagir tais iniciativas (Silva, 2020). No mesmo compasso, ensinavam práticas organizativas e abriam brechas para contornar a legislação do país, ao firmarem acordos de exploração econômica conjunta, avidamente aceitos por parcela da burguesia brasileira, assim alçada a novos patamares de acumulação de capital.

A ata de criação de um dos primeiros aparelhos privados de hegemonia empresariais – A Associação Comercial (Rio de Janeiro e, em seguida, SP), estava aberta à participação de estrangeiros. Hoje agrupadas na Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), seu site informa em 2025 que a CACB “é um coletivo empresarial que busca contribuir para o desenvolvimento econômico do país, representando 27



Federações, 2300 Associações Comerciais e Empresariais e 2 milhões de empresas em todo o território nacional”. Não há informações sobre aceitação de estrangeiros ou de exigências de nacionalidade brasileira.

A Câmara Americana de Comércio-Brasil (AMCHAM Brasil) foi criada em 1919. Em 2025, abrange, segundo sua página na internet, “mais de 3.500 empresas, aproximadamente 33% do PIB, 3 milhões de empregos diretos e 16 escritórios em 13 diferentes estados.” Congrega desde o início empresários estadunidenses com investimentos ou interesses no Brasil, e abrange empresários brasileiros e dirigentes de empresas de diversas nacionalidades. Nossos “vizinhos do Norte” se inquietavam com a modernização do Estado brasileiro e vinham dar aulas de capitalismo, a partir do contato constante de funcionários de Estado brasileiros e técnicos norte-americanos. As missões Cook (1942-1943) e Abbink (1948), além da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) fizeram significativos relatórios e proposições. Além disso, vale notar a presença direta de empresários como Nelson Rockefeller com forte papel educativo entre as décadas de 1950 e 1960 (Ribeiro, 2017; Oliveira, 2017). O Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) (1957) foi criado com importante contribuição financeira da recém criada Petrobrás, mas incorporava, além de diversas empresas brasileiras, as principais companhias estrangeiras, como “a Esso (Standard Oil), a Texaco (Texas Company), a Atlantic, a Gulf Oil e a Shell [...] [além de] Bakol, Union Carbide, Petroclor, Alba, Rhodia [...]” (Siqueira, 2021, p. 94-97). Em 2025, segundo informações de seu site, a entidade continua a afiliar as maiores empresas estrangeiras e brasileiras do ramo.

A característica fundamental da dependência no Brasil não ocorre apenas como imposição externa, mas através da própria autoconstrução das classes dominantes locais como *colonizadoras internas*, redundando em sua adesão explícita às injunções e às práticas das classes dominantes externas, assim como em atento aprendizado das formas mais “modernas” de dominação, adaptadas às necessidades locais.

A atuação burguesa é organizada, simultaneamente, de forma econômica, social, política e ideológica, nacional e internacional, acolhida e am-



pliada pela atuação do Estado. Ao menos no caso brasileiro, essa atuação de uma sociedade civil empresarial está profundamente imbricada na própria institucionalidade estatal (Guiot, 2015). Isso se tornou mais explícito a partir da década de 1990, quando, para fazer frente ao impulso democratizante derivado das lutas contra a ditadura, que persistia em enfrentamentos populares diversos, uma outra frente empresarial se aprofunda, a de entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, criadas e dirigidas pelas classes dominantes, mas voltadas para as reivindicações dos setores populares.

Essas “novas” entidades se somam às anteriores, mas não as substituem. Vejamos apenas um exemplo, o do Movimento Todos pela Educação (TPE), criado em 2006, agremiando entidades, movimentos empresariais e empresas brasileiras e estrangeiras, que já atuavam anteriormente na educação pública (Neves, 2005; Stauffer, 2018). Ainda no terreno da sociedade civil, ele se desdobrou ulteriormente, abrangendo o conjunto da educação pública, com o Todos pela Base Nacional Curricular Comum, de 2013, também dirigido pelo empresariado. Em 2007, sua plataforma foi convertida em política pública educativa, através do “Compromisso Todos pela Educação”, firmado em decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007, transformando uma peça de propaganda burguesa que ameaça destruir as conquistas populares na educação pública em política de Estado.

O sobrevoo realizado por este texto sobre a forma histórica da autocracia burguesa, sua permanente inserção no Estado brasileiro, suas características colonizadoras e subalternas, e o constante bloqueio que impõe à democracia estaria incompleto se não mencionarmos três últimos elementos. Em primeiro lugar, a transformação ocorrida no Partido dos Trabalhadores, que se deslocou de posições combativas para um perfil conciliador e próximo dos grandes proprietários e de seus APHEs, aderindo às suas pautas políticas e econômicas (Iasi, 2003; Oliveira, 2007; Coelho, 2013). Frente aos ataques aos direitos de trabalhadores e setores populares, houve um recuo no enfrentamento e uma acomodação na instauração de programas focalizados, que remetem aos padrões internacionais do capital e às práticas filantrópicas empresariais. Dessa forma, as eventuais conquistas populares reduzem seu alcance enquanto políticas de Estado,



limitando-se a programas governamentais, em contraposição aos avanços empresariais. Não obstante, trata-se de um governo e de um partido de origens populares, visto com desconfiança pelas classes dominantes, ainda que cumpra a pauta burguesa proposta.

Em segundo lugar, esse tipo de prática mercantil-filantrópica, conjugada à intensa atuação dos demais APHEs empresariais na destruição das conquistas de políticas públicas, com o avanço sobre os fundos públicos e com o deslizamento do maior partido popular para uma atuação complacente, gerou uma verdadeira devastação do panorama político. A profunda transformação das classes trabalhadoras nas três últimas décadas, com seu aumento numérico, com a generalização da precarização das relações de trabalho, redundou na sua fragmentação nos ambientes laborais e de suas organizações (especialmente sindicais). Em contraparte, há também uma reconfiguração das classes dominantes, em direção a práticas rentistas e financeiras, acumulando a propriedade de terras, bens, empresas industriais e outras, títulos variados, em comunhão estreita com capitais e empresas estrangeiros. A desigualdade social ampliou-se, com a enorme centralização e concentração da propriedade do capital. Esse redesenho merece mais estudos, mas é inquietante observar a continuidade da relação colonizadora frente à população, agora majoritariamente urbana, e de sua tendência antidemocrática.

Em terceiro lugar, a devastação da política oficial (partidos oficiais), através de sua crescente indiferenciação para os setores populares (mas não para as burguesias), abriu espaço para o crescimento de uma extrema direita com conexões estrangeiras explícitas, como ficou evidente na operação Lava-Jato e no surgimento de organizações, como o Movimento Brasil Livre (com financiamento da Atlas, estadunidense). As investidas empresariais na política – institucional e na sociedade civil – promoveu um verdadeiro alijamento da participação popular *organizada*. Havia muitas lutas, mas enorme dificuldade de conexão entre elas: movimentos populares, estudantis e, finalmente, o Movimento Passe Livre, que desembocou em enormes manifestações populares em 2013. Com escassas opções organizativas de âmbito nacional, enfrentaram im-



pactante repressão policial e midiática.

Nem os APHEs filantrópicos nem o PT demonstraram apetite para liderar tais lutas. Nesse espaço as entidades empresariais delegaram à extrema direita, com apoio da mídia e do Judiciário na operação Lava-Jato, a tarefa de enfrentar a resistência popular e acelerar a destruição de direitos. Esse processo violento resultou num golpe de Estado, em 2016, depondo a presidenta eleita e na entronização de seu vice-presidente Michel Temer (talvez o mais impopular da história do país). Seu governo realizou constante e severa retirada de direitos e foi rechaçado por lutas populares intensas, também fortemente reprimidas.

As megaempresas brasileiras e estrangeiras se beneficiaram dos cortes infligidos aos trabalhadores, enquanto os APHEs silenciaram frente ao *lawfare* contra Lula da Silva, encarcerado, bem como perante a própria eleição de Jair Bolsonaro. Em outros termos, o antidemocratismo permanentemente renovado das classes dominantes brasileiras desaguardaria num governo proto-fascista, que destruiria não apenas conquistas dos trabalhadores, mas também aquelas de proteção ao conjunto da relação sociometabólica no Brasil. Somente ao final do desgoverno Bolsonaro, após a catástrofe da gestão da pandemia de covid 19, assistimos a um recuo de parcela da burguesia brasileira, passando a defender o retorno a uma normalidade institucional, mas sob seu controle e vigilância.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

- 1. Identifique e comente os três desafios mencionados no texto para a análise histórica do Estado brasileiro.**
- 2. Comente a passagem abaixo, e mencione as formas atuais desse processo apresentadas no texto:**

A característica fundamental da dependência no Brasil não ocorre apenas como imposição externa, mas através da própria autoconstrução das



classes dominantes locais como *colonizadoras internas*, redundando em sua adesão explícita às injunções e às práticas das classes dominantes externas, assim como em atento aprendizado das formas mais “modernas” de dominação, adaptadas às necessidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTONE, Elaine de A. **A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da Reforma Administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CAMPOS, Pedro H. P. **Estranhas Catedrais**: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Rio de Janeiro: Faperj/UFF, 2014.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã. Feira de Santana: UEFS, 2013.

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 5. ed., 1987.

DREIFUSS, R. **A O jogo da direita**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3: Maquiavel - notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



GUIOT, André P. **Dominação burguesa no Brasil: Estado e Sociedade Civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003-2010.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe:** o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JUSTIÇA GLOBAL. **Ofício à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** [S. l.]: Justiça Global, 2024. Disponível em: <https://www.global.org.br/wp/wp-content/uploads/2024/03/Informe-invasaofinalpdf.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARTINS, José de S. **O cativo da terra.** 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. Salário, preço e Lucro. In: MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** SP, Boitempo, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema:** a formação do Estado imperial. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres:** experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca.** Rio de Janeiro: APERJ; FAPERJ, 2003.

MENDONÇA, Sonia R. de. **A Classe Dominante Agrária:** Natureza e Com-



portamento (1964-1990). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENDONÇA, Sonia R. de. **Agronomia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MENDONÇA, Sonia R. de. **Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana no Brasil (1930-1961)**. Niterói: Editora da UFF, 2010 a.

MENDONÇA, Sonia R. de. **O Patronato Rural no Brasil Recente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010 b.

MENDONÇA, Sonia R. de. **O Ruralismo Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997.

NEVES, L. M. W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias burguesas para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 10. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. **Piauí**, São Paulo, n. 4, jan. 2007. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/hegemonia-as-avessas/>. Acesso em: 15 maio 2025.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Crítica da Razão Dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Pedro C. **Semeando consenso com adubo e dedal: dominação e luta de classes na Extensão Rural no Brasil (1974-1990)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RIBEIRO, Thiago. **O Export-Import Bank of Washington e o desenvolvi-**



mento do capitalismo brasileiro: finanças, industrialização, Estado e sociedade. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SILVA, Vicente G. **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964).** 2020. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SIQUEIRA, Thiago V. **Petróleo e Poder:** as estratégias pedagógicas do partido do Ouro Negro no Brasil (1957-1997). 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

STAUFFER, Anakeila *et al.* (org.). **Hegemonia burguesa na educação pública.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. **Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura.** São Paulo: UNIFESP, 2022. Disponível em: https://unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

BIBLIOTECA VIRTUAL

Livros

FERNADES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. 5ª ed. São Paulo, Globo, 2006. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1aF_cCP8P3_03RL7Vwdh6iij1CLTKgrij/view

_____. A Ditadura em Questão. São Paulo. T.A. Queiroz Editora, 1982. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1ci-IRjGFw6dVvdkqpJOGS-LHcqo4AoFxa/view>



_____. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Vol. 1, 1ª. ed 1964 pela USP. 5ª. ed. São Paulo, Editora Globo, 2008. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1XjMhg7imSUO1uvJErQupAnnQ5Y6MErK/view>

_____. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Vol. 2, São Paulo, Editora Globo, 2008. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1X-jMhg7imSUO1uvJErQupAnnQ5Y6MErK/view>

IANNI, Octávio. A Ditadura do Grande Capital, São Paulo, Ed. Expressão popular, 2019. Disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/1Cc-vbbVyFgiRSP86bjyVzg4mD9nYpM5ZO>

_____. A Formação do Estado Populista na América Latina. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1991. Disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/1CcvbbVyFgiRSP86bjyVzg4mD9nYpM5ZO>

Artigos e Capítulos de Livros

CARVALHO, Keila. **Autocracia burguesa e a práxis revolucionária de Florestan Fernandes**. Katálysis n. 24 (1), Jan-Apr 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/c95gcNByGWwWTFmH8nQRtnc/?format=html&lang=pt>

MACHADO, Eliel. **Os limites da democracia burguesa e a prática política elitista**. Lutas Sociais, (3), 2004, Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18984>

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro. Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. Um Retrato do Brasil de Bolsonaro**. Relações Internacionais n. 73, Lisboa, mar. 2022 Disponível em https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992022000100025

_____. **Memórias e histórias da ditadura em tempos de neofascismo bolsonarista**. Revista Marx e o Marxismo. Niterói, v. 12 n. 22 (2024).



Disponível em <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/615>

OLIVEIRA, Gabrielle & MACHADO, Giovanny. Autocracia burguesa, racismo e encarceramento à luz do pensamento social brasileiro. *Katálysis*, Florianópolis, v.27, 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/tbknK3b-V65SdVCDkq8SKV6S/?format=pdf&lang=pt>

Artigos em Páginas Eletrônicas ou Blogs

IASI, Mauro. **O ovo do pato: notas sobre ideologia no capitalismo decadente**. Blog da Boitempo. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2025/04/15/o-ovo-do-pato-notas-sobre-ideologia-no-capitalismo-decadente/>

MAZZEO, Antonio Carlos. **60 Anos do golpe de Estado de 1964: legado, continuidades e possibilidades de ruptura**. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2024/04/01/60-anos-do-golpe-de-estado-de-1964-legado-continuidades-e-possibilidades-de-ruptura/>

Vídeos/Conferências/Debates/Entrevistas

É Impossível Negar os Fatos. Entrevista com Bóris Fausto sobre o Golpe de 1964. 29/03/2019 <https://apublica.org/2019/03/boris-fausto-sobre-o-golpe-de-64-e-impossivel-negar-os-fatos/>

A Falácia da Democracia Burguesa. Entrevista com José Saramago. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gdd1zNWF-QY>

O que é democracia? Café Bolchevique #39, com Mauro Iasi. <https://www.youtube.com/watch?v=6rcADQkCztE>

A burguesia chegou à conclusão de que a democracia ficou cara demais. Entrevista com Valério Arcary. TV 247. Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=6rcADQkCztE>



[com/watch?v=B971jGRLftY](https://www.youtube.com/watch?v=B971jGRLftY)

Democracia dos trabalhadores & democracia burguesa. Entrevista com Mauro Iasi e Valério Arcary. Rádio Censura Livre. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uZKG-6JvEPY>

Sites e Páginas Informativas

MARXISMO21. E-book Trajetória, Memórias e Dilemas no Brasil. Disponível em <https://marxismo21.org/florestan-fernandes-trajetoria-memorias-e-dilemas-no-brasil/>

MARXISMO21. Diversas obras de Octávio Ianni. Disponível em <https://marxismo21.org/octavio-ianni/>

FAROFILOSÓFICA. 10 livros de Florestan Fernandes para download. Disponível em <https://farofilosofica.blog/2018/01/28/florestan-fernandes-10-livros-para-download/>

Filmes e Documentários

O Agente Secreto. Dir. Kleber Mendonça Filho, Brasil, 2025. Nos Cinemas

Ainda Estou Aqui. Dir. Walter Salles, Brasil, 2024, Globoplay

Democracia em vertigem. Documentário. Dir. Petra Costa, Brasil, 2019. Netflix

Espero tua (re)volta. Dir. Eliza Kapai, Brasil, 2019. Prime Vídeo

Marighella. Dir. Wagner Moura, Brasil, 2019, Globoplay

Dedo na Ferida. Documentário. Dir. Silvio Tandler, Brasil, 2017. Youtube

Cidadão Boilesen. Documentário. Dir. [Chaim Litewski](#), Brasil, 2009, Youtube



Batismo de Sangue. Dir. [Helvécio Ratton](#), Brasil, 2007, Prime Vídeo

O Ano em que meus pais saíram de férias. Dir. [Cao Hamburger](#), Brasil, 2006, Netflix

Zuzu Angel. Dir. Sergio Resende, Brasil, 2006, Prime Vídeo

O Que é Isso Companheiro? Dir. [Bruno Barreto](#), Brasil 1997, Bandplay

Que bom te ver viva. Documentário. Dir. [Lúcia Murat](#), Brasil, 1989, Prime Vídeo

Cabra Marcado para Morrer. Dir. [Eduardo Coutinho](#), Brasil, 1984, Prime Vídeo





« DISCIPLINA 2 »

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA:
CAPITALISMO DEPENDENTE E PERIFÉRICO,
SISTEMA HETEROPATRIARCAL-RACISTA E
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

« AULA 4 »

**Particularidades da crise no
Brasil, conquistas
democráticas e limites da
cidadania burguesa**

« Juliana Fiuza Cislacchi »



PARTICULARIDADES DA CRISE NO BRASIL, CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS E LIMITES DA CIDADANIA BURGUESA

Juliana Fiuza Cislaghi

1. INTRODUÇÃO

É da natureza do capitalismo a ocorrência de crises cíclicas. Mandel (1982) caracterizou esses ciclos como ondas longas de crescimento seguidas por ondas de estagnação. Para o autor, o desenvolvimento do capitalismo pode ser explicado pela ação de 6 variáveis, parcialmente independentes, que se expressam por meio da alteração das taxas de lucro. Essas variáveis são: a composição orgânica do capital, a distribuição do capital constante entre capital fixo (máquinas) e capital circulante (matérias-primas), o desenvolvimento da taxa de mais-valia, o desenvolvimento da taxa de acumulação (diferença entre mais-valia consumida produtiva e improdutivamente), o desenvolvimento da rotação do capital e as relações de troca entre os dois departamentos: o produtor de meios de produção e o produtor de meios de consumo. Todas essas variáveis sofrem o efeito da luta de classes sobre suas tendências gerais (Mandel, 1982, p.26).

Sob o efeito pluricausal dessas variáveis, nas suas fases ascendentes, a aceleração da acumulação gera um aumento da taxa de lucro que, com o passar do tempo, tornará mais difícil a valorização do capital total. Surge a crise de superacumulação, isto é, o capital existe relativamente em demasia e não consegue atingir a taxa média social de lucro esperada. A superacumulação de capitais está associada a uma superprodução relativa de mercadorias, ou seja, “não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse a seus proprietários o lucro médio esperado” (Mandel, 1982, p. 212), o que decorre do subconsumo das massas, consequência da sua pauperização. As crises capitalistas, por-



tanto, não se relacionam à escassez absoluta da produção de valores de uso, mas à incapacidade de realização da mais-valia: “a crise é uma manifestação da queda da taxa de lucros ao mesmo tempo em que revela a superprodução de mercadorias” (Mandel, 1982, p. 213).

Nessa fase de crise, o capital é desvalorizado, parcialmente destruído e subinvestido. “Assim, a totalidade do ciclo econômico capitalista aparece como o encadeamento da acumulação acelerada do capital, da superacumulação, da acumulação desacelerada de capital e do subinvestimento” (Mandel, 1982, p. 76).

Ao final da década de 1960, no entanto, a derrota histórica da classe trabalhadora, com a burocratização e o desmonte dos Estados socialistas e o ascenso das políticas neoliberais levaram a crise da sociedade capitalista a outro patamar. Mézsáros (2011) caracteriza esse momento como de crise estrutural do capitalismo, com características multifacéticas: política, econômica, social, sanitária, educacional e ambiental, com potencial destrutivo da humanidade, seja por meio militar, seja por meio das mudanças climáticas.

No marco da crise estrutural, eclodem crises agudas, em sua maior parte com detonadores oriundos do sistema financeiro, que passa a comandar o capital, como foram a crise da dívida externa da década de 1980, as crises na Argentina, no México, no Brasil, no Leste Asiático e na Rússia, no final do século XX. Entretanto, a crise de 2008, a mais recente grande crise do capital iniciada no seu centro, os EUA e a Europa, atingiu todos os países, ainda que em tempos, proporções e de maneiras distintas.

Neste capítulo, abordaremos os efeitos da crise estrutural e de sua expressão aguda mais recente no Brasil, com a compreensão de que, no capitalismo mundial, o país se caracteriza por uma inserção periférica e dependente. Abordaremos, na primeira seção, os efeitos da crise e, na segunda seção, os efeitos da crise para os direitos e as políticas sociais.



2. A CRISE NO BRASIL: LUTAS SOCIAIS, GOLPE E RETIRADA DE DIREITOS

A crise de 2008, caracterizada por Lula como uma “marolinha”, só atingiu com força o Brasil no governo Dilma, em 2013. O impacto imediato da crise foi uma queda brusca do crescimento econômico em 2009, mas houve uma rápida recuperação, graças ao fluxo comercial com a China (Mattos, 2020, p. 147). A partir de 2013, os marcos econômicos foram “a instabilidade cambial, a redução do estoque de reservas internacionais, a redução do preço das commodities e a desaceleração do volume importado” (Santos, 2025, p. 19).

A desaceleração econômica afetou a acumulação de capital no Brasil. As 500 maiores empresas não bancárias passaram de uma média de lucro de 10,1% no segundo governo Lula para 5,3% no mandato de Dilma (Santos, 2025). Em 2014, último ano do primeiro mandato de Dilma, o crescimento econômico foi de apenas 0,1% e, no primeiro ano de seu segundo mandato, em 2015, houve uma queda de 3,8% do PIB e um aumento do desemprego (Paulani, 2016 p. 73).

Assim como nos demais países, a crise econômica foi atribuída, mais uma vez, a uma suposta crise fiscal do Estado e seus gastos excessivos. A partir daí, deu-se um aprofundamento da crítica aos programas e políticas sociais, estimulando mais políticas de austeridade. Foi nesse período que o Brasil viveu as jornadas de junho e as manifestações de 2014.

Em junho de 2013, a partir de protestos contra a elevação dos preços das passagens de transporte urbano, no contexto da Copa das Confederações (evento da FIFA preparatório para a Copa do Mundo de Futebol, que aconteceria no ano seguinte), milhões de brasileiros foram às ruas, numa onda de manifestações com pauta fragmentada e sem direção unificada (Mattos, 2020, p. 148).

Para Mattos (2020, p. 149), a perda de apoio político do governo petista já havia se iniciado antes dos efeitos da crise se agravarem no Brasil. As



“jornadas de junho”, em 2013, fizeram emergir, por um lado, demandas populares por direitos universais, como a saúde e a educação e, ao mesmo tempo, um ensaio da ocupação pública pela direita, com pautas anticorrupção, que seriam o tom das ruas em 2015 e 2016, como base social do golpe contra Dilma Rousseff (Mattos, 2020, p. 148).

O ciclo petista de governos que sucedeu o governo Cardoso, a que chamamos de neoliberalismo de cooptação (Cislighi, 2020), ainda que com forte discurso pelo social, não reverteu a financeirização da economia ou outras medidas que caracterizam o neoliberalismo. Ao contrário, seguiu com as contrarreformas da Previdência Social, com a implementação da privatização da gestão e o desmonte do RJU, como no exemplo da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Ainda assim, a burguesia do país, por meio da imprensa, do judiciário e do legislativo, impingiu um golpe contra o governo eleito de Dilma Rousseff, rompendo com os princípios da frágil democracia liberal brasileira, expressa na Constituição de 1988.

Após o golpe de 2016, semelhante a outros na América Latina no mesmo período, como os golpes parlamentares no Paraguai e em Honduras, rompeu-se o “consenso discursivo” em torno da democracia eleitoral e da justiça social como balizadores da política (Miguel, 2019, p. 26). É, portanto, um desmonte da Nova República, firmada pela transição democrática e pela Constituição de 1988, em seus fundamentos mais básicos. Lowy (2016, p. 64) afirma que “a prática dos golpes de Estado legal parece ser a nova estratégia das oligarquias latino-americanas”.

Miguel (2019, p. 150) identifica quatro movimentos que levam à ruptura da democracia: algumas mudanças introduzidas por Rousseff na conciliação petista no primeiro mandato, que promoveram um “ensaio desenvolvimentista”; a fissão do governo com a base social do Partido dos Trabalhadores (PT) nas jornadas de junho; a apertada derrota eleitoral da direita em 2014; a capitulação de Dilma no início de seu segundo mandato, com um ajuste fiscal recessivo e impopular. contraditório com o discurso de campanha, que foi caracterizado como um “estelionato eleitoral”, minando mais ainda suas bases de apoio.



Ainda assim, a burguesia brasileira não se contentou com concessões; “ela quer o poder todo. Não quer mais negociar, mas sim governar diretamente com seus homens de confiança, e anular as poucas conquistas sociais dos últimos anos” (Lowy, 2016, p. 64). O avanço da crise econômica, as jornadas de junho e o efeito posterior de impulso a movimentos sociais, como foi a ocupação de escolas, lutas por moradia e o aumento de greves nos anos posteriores, levou a burguesia a desacreditar no PT como garantia de paz social e capacidade de implementar os cortes nos gastos públicos e direitos, na realização das contrarreformas “no ritmo e profundidade que o grande capital passava a exigir” (Mattos, 2020, p. 159).

Com o golpe assumiu a presidência Michel Temer, do MDB, vice na chapa de Dilma, extremamente impopular, que implementou entre outras medidas, uma contrarreforma trabalhista e um draconiano teto de gastos que constitucionalizou o ajuste fiscal, congelando por 20 anos os gastos primários do governo, favorecendo o grande capital. “Operou sob um aparente paradoxo, por tratar-se de um governo sem votos (e, por isso, sem compromissos de prestar contas aos eleitores) e sem preocupação com os indicadores de popularidade” (Mattos, 2020, p 163).

Com Lula preso e impedido de se candidatar às eleições de 2018, foi que o Brasil, também conectado à tendência internacional, elegeu o neofascista Jair Bolsonaro, ingressando nas experiências de direção da ultradireita que, ao mesmo tempo, avança violentamente com a agenda neoliberal, reduzindo políticas públicas e direitos sociais, e constitui um neoliberalismo autoritário a que chamamos de ultraneoliberalismo (Cislaghi, 2020). Assim como em outros países, o Brasil elege, por meios legais e com eleições mais ou menos limpas, um representante do neofascismo autoritário, como ocorreu na Argentina, no Chile, nos EUA, nas Filipinas, na Hungria, na Itália, na Polônia, no Reino Unido, ou por abuso de prerrogativas institucionais, apoiados pelas forças de segurança como na Índia, na Rússia e na Turquia, e golpes militares, como no Egito e na Tailândia (Saad Filho, 2023 p. 83).

Para Mattos (2020, p. 164) a eleição de Bolsonaro foi fruto da crise de



legitimidade aberta pelo golpe de 2016. Para o autor, as crises são condições necessárias, mas não suficientes para ascensão de fascismos e neofascismos. O bolsonarismo precisou de uma ideologia e organização para operar como expressão máxima do “neofascismo à brasileira”.

Seu governo foi composto por três núcleos: o militar – o governo teve o maior número de militares em todos os escalões desde a ditadura; o ideológico fortemente influenciado por Olavo de Carvalho e pelo fundamentalismo evangélico; e os economistas ultraneoliberais (Mattos, 2020, p. 204). Contou com figuras como Paulo Guedes, Ministro da Economia, um “Chicago Boy”, que participou da experiência do neoliberalismo chileno durante a ditadura, e Sergio Moro, ex-juiz que havia conduzido a Operação Lava Jato e, a título de combater a corrupção, colocou Lula na cadeia, processo posteriormente questionado pelo Superior Tribunal de Justiça (STF).

Lula, em 2023, foi eleito pela terceira vez, o que possibilitou um respiro no avanço neofascista no Brasil. Isso não impediu, no entanto, uma tentativa frustrada de golpe, cujas investigações apontam para organização de Bolsonaro e do braço militar de seu governo. Esse respiro, no entanto, não tem interrompido o processo de avanço do neoliberalismo, com retirada de direitos e políticas de austeridade associadas a juros altos na economia e uma possível reforma tributária em andamento, que desconsidera uma ampliação da taxação de super ricos.

3. NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E APROPRIAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO PELO CAPITAL

O neoliberalismo é um programa político, econômico e moral que, embora tenha sua elaboração iniciada na década de 1930, ganhou hegemonia desde a derrota histórica vivida pelos trabalhadores com o fim dos regimes socialistas, ainda que com todas as suas contradições, e para responder à crise do capital que reduziu suas taxas de lucro. Com o terreno aberto para afirmar que não há alternativa ao capitalismo desde o fim da década de 1970, o neoliberalismo se espalhou por todos os países do globo.



Ainda que tenha ganho esse nome por seus elaboradores, nada tem a ver com o liberalismo tradicional do início do século XX. O neoliberalismo, apesar de seu discurso de crítica à interferência dos Estados na economia, nunca prescindiu do Estado para criar, legislar, financiar e operar a regressividade nas políticas sociais, benesses para a burguesia e repressão aos trabalhadores.

O que orienta a economia neoliberal é a intensa financeirização da economia, alcançada com políticas de desoneração e liberalização dos mercados financeiros. Por financeirização, entende-se o comando da economia pelos capitais portadores de juros, que se expressam em títulos, ações e outras e novas mercadorias financeiras. Os juros são uma das formas em que se distribui a mais-valia, seja remunerando empréstimos anteriores à produção, seja especulando sobre ganhos futuros, na forma de capitais fictícios (que não existem ainda, portanto meramente especulativos ou que não funcionam como capital, como é o caso da dívida pública).

O capital portador de juros, apesar de parecer um dinheiro que gera mais dinheiro, não produz valor, necessitando, assim, da mais-valia que só se produz por meio do trabalho produtivo. Para remunerar os acionistas, o capital financeiro exige da economia mais do que ela pode dar, o que levou a uma imensa ampliação da exploração do trabalho por meio da reestruturação produtiva e técnicas de gestão, com retirada de direitos, ampliação de jornada, precarização dos vínculos de emprego, intensificação do trabalho e redução dos salários e de seu poder de compra.

No Brasil, o ascenso neoliberal se dá na sequência da promulgação da Constituição de 1988, uma carta híbrida, com avanços em algumas pautas, mais ainda marcada pelos privilégios às classes dominantes. Desde então, o país passa por um “ajuste fiscal permanente” (Behring *et al.*, 2020) por meio de políticas de austeridade, como o teto de gastos no governo Temer, implementado pela Emenda Constitucional (EC) 95/2016, e seu substituto, o Novo Arcabouço Fiscal no terceiro governo Lula, implementado pela Lei Complementar 200/2023, entre outras, que reduzem todas as políticas voltadas para



os trabalhadores ao bloquear o fundo público. Seu objetivo é a apropriação do fundo público pelo grande capital por meio de desonerações e isenções tributárias, especialmente para o capital portador de juros e, ao mesmo tempo, a ampliação de gastos com o pagamento de juros exorbitantes da dívida pública e a transferência de recursos e patrimônio por meio de organizações sociais, empresas públicas e similares.

O documento mais importante desse período é o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), de Bresser Pereira, durante o governo Cardoso, que permitiu, desde então, a destruição dos serviços públicos, um processo de privatização que autonomiza a gestão e a prestação de serviços sociais do âmbito dos mecanismos de controle democrático e possibilitando a contratação temporária, a inexistência de concursos públicos, a inexistência de licitações públicas, o controle social democrático sobre gastos e recursos e a garantia da continuidade dos serviços, entre outras coisas. Além disso, o governo Cardoso privatizou diversas empresas públicas, além da abertura financeira da economia, internacionalizando os títulos públicos brasileiros. Essa foi a primeira fase de adequação do país ao neoliberalismo.

A consequência é um desmonte gradativo de serviços públicos e uma perseguição aos trabalhadores do Estado, que veem suas condições de trabalho degradadas, suas carreiras paulatinamente desmontadas e seus salários com poder de compra cada vez mais reduzido. Além disso, políticas de ajuste fiscal que limitam os gastos com políticas sociais levaram a um desfinanciamento permanente, como a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que tira 30% do Orçamento da Seguridade para o pagamento da dívida pública, impostas para garantir a austeridade fiscal.

Assim como em outros países latino-americanos, a resistência dos trabalhadores ao neoliberalismo levou à eleição de Lula que, apesar de avançar em programas sociais de mitigação da pobreza, como o Programa Bolsa Família, não rompeu com os princípios neoliberais, com contrarreformas como a da Previdência Social, a financeirização da economia e o benefício à grande burguesia rentista por meio de altos juros e do pagamento da dívida pública.



As contradições do programa de conciliação petista se sustentaram pelo aumento do preço das commodities e das exportações, como já citado neste capítulo. O golpe sofrido por Dilma abriu espaço para o aprofundamento dessa agenda neoliberal no governo ilegítimo de Temer, por meio do programa “Uma ponte para o futuro”. O programa faz um resgate pleno, “puro-sangue” do programa neoliberal: retomada dos programas de privatização, maior abertura comercial, aumento da participação privada em todas as áreas, desregulamentação geral dos direitos trabalhistas e maior independência (leia-se entrega ao rentismo) do Banco Central (Paulani, 2016, p. 75). Para Paulani (2016, p. 74), “ele busca principalmente destruir a Constituição de 1988 e os direitos sociais que ela garante”.

Para Miguel (2019, p. 182), “a Constituição não foi revogada, mas opera de maneira deturpada e irregular, mesmo no que se refere às garantias mais fundamentais”, vigorando, ou não, a depender de interpretações de ocasião. Apesar de continuarmos a ter eleições, medidas como a prisão e a inelegibilidade de Lula em 2018 foram decisivas para a vitória de Bolsonaro: “embora o golpe não projetasse o triunfo de Bolsonaro, este triunfo seria impensável sem o golpe” (Miguel, 2019, p. 181).

Seu governo, no primeiro ano, aprovou mais uma contrarreforma da Previdência, que aumentou o tempo mínimo de contribuição, entre outras medidas que dificultam a aposentadoria e o acesso aos benefícios em sua integralidade. Mas seu governo foi marcado principalmente pela pandemia de Covid-19, quando um verdadeiro genocídio foi empreendido por políticas negacionistas, falta de recursos, atraso na aquisição de vacinas, fraudes e corrupção investigadas pela CPI da Covid, em 2021 (Cislaghi, 2022).

A combinação entre crise econômica e crise sanitária foi um catalisador para o desastre social que foi seu governo. O “austericídio” iniciado por Dilma, aprofundado por Temer e impulsionado a patamares ainda mais elevados, teve como resultado o aumento do desemprego e da pobreza, a ampliação da violência e da destruição ambiental (Mattos, 2020).



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como Angela Davis afirma que a liberdade é uma luta constante, também é a defesa de todos os direitos. Na sociedade capitalista, a luta por emancipação política, isto é, por direitos limitados à ordem da divisão por classes e ao monopólio da burguesia dos meios de produção, não é contínua nem linear.

Segundo Behring (2021, p. 258), a luta de classes permitiu, durante um determinado período histórico, certa ampliação das mediações entre as necessidades da classe trabalhadora e sua reprodução por meio de políticas sociais, o que alargou o horizonte da emancipação política. Porém, nas condições de um capitalismo decadente e em crise, os tempos são de contrarreformas e destruição de direitos sociais.

No caso brasileiro, como país dependente, a Constituição de 1988 sequer significou a construção de um Estado de bem-estar-social, mas um patamar de civilidade que a correlação de forças permitia, associado a uma progressista expectativa de direitos. Com o avanço mundial do neoliberalismo, a Constituição nunca foi efetivamente implementada e, desde sua origem, foi atacada com inúmeros retrocessos com emendas, como no caso da Reforma da Previdência de 1998, que desmontou a lógica universalizante da aposentadoria por tempo de trabalho e não de contribuição, entre muitas outras que têm garantido ajuste fiscal e contrarreformas permanentes até o momento. Ainda mais preocupante é o emergente neofascismo representado no Brasil pelo bolsonarismo, que governou o país entre 2019 e 2022.

É assim que hoje a Constituição, mesmo limitada, vem sendo defendida pelos setores progressistas da esquerda contra seu desmonte, na medida em que a luta por direitos é mediação fundamental, um programa de transição para fortalecimento dos trabalhadores e de suas organizações no horizonte de uma emancipação humana verdadeira, como expressa em Marx. Para não sermos viúvas de um Estado de bem-estar-social que sequer existiu no Brasil, é necessário lutarmos por avanços para além da emancipa-



ção política, avanços anticapitalistas, que fomentem transformações radicais na lógica do sistema.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

- 1. Qual é a relação entre a crise e a retirada de direitos?**
- 2. Quais foram as políticas sociais mais atacadas desde a Constituição de 1988?**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021

BEHRING, Elaine R.; CISLAGHI, Juliana F.; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, Maria Inês *et al.* (orgs) **Ultraneoliberalismo e Política Social**. Uberlândia: Navegando, 2020. [LIVRO POLÍTICAS SOCIAIS E ULTRANEOLIBERALISMO | editoranavegando](#)

CISLAGHI, Juliana F. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital às crises. In: REBUÁ, Eduardo *et al.* (orgs) **(Neo) Fascismos e educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. [\(Neo\)fascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil - Mórula](#)

CISLAGHI, Juliana F. Capitalismo Pandêmico ultraneoliberalismo e neofascismo no Brasil: governo Bolsonaro e a covid-19. **Anais de XVII Encontro e Pesquisadores em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [mesa_0755_0005.pdf](#).



LOWY, Michel. Da tragédia a farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana et al. (orgs). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril, 1982.

MATTOS, Marcelo B. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Editora Usina, 2020.

MÉSZAROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Luis F. **O colapso da democracia no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. In: JINKINGS, Ivana et al. (orgs). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

SAAD FILHO, Alfredo. **A era das crises**: neoliberalismo, o colapso da democracia e a pandemia. São Paulo: Contracorrente, 2023.

SANTOS, Nivalter A. dos. Crise orgânica no Brasil: entre o “ultraneoliberalismo” e o descenso democrático. In: SILVA, Fabrício Rodrigues et al. (orgs) **Crise, ultraneoliberalismo e implicações para a política social**. Campina Grande: UEPB, 2024.

BIBLIOTECA VIRTUAL

Livros

BRAVO, Maria Inês et al. (orgs) **Ultraneoliberalismo e Política Social**. Uberlândia, Ed. Navegando, 2020. Disponível em https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_2da984d26e504f26bffa6b82e138a90ac.pdf



SILVA, Fabrício Rodrigues et al. (orgs) **Crise, ultraneoliberalismo e implicações para a política social**. Campina Grande: UEPB, 2024. Disponível em [file:///Users/ivaneteboschetti/Downloads/Crise-ultraneoliberalismo-e-implicacoes-para-a-Politica-Social-LIVRO%20\(2\).pdf](file:///Users/ivaneteboschetti/Downloads/Crise-ultraneoliberalismo-e-implicacoes-para-a-Politica-Social-LIVRO%20(2).pdf)

MACÁRIO, Epitácio et al. (org.) **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. Fortaleza, EdUECE, 2018. Disponível em https://www.uece.br/mass/wp-content/uploads/sites/50/2022/09/e-Book_Dimensoes-da-crise-brasileira.pdf

Artigos e Capítulos de Livros

JÚNIOR, Osmar Gomes de Alencar. Novo Arcabouço Fiscal: regime fiscal sustentável para o capital e destrutivo para o trabalho. (2024). Argumentum, 16(1), 20-29. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/44445>

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. Crise, queda da taxa de lucro e a política social no capitalismo. Rev. Katálysis 26 (2) • May-Aug 2023./ Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/g3mmwvSvFnmv5PK3cpYVtXG/?lang=pt>

SALVADOR, Evilásio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. (2024). Argumentum, 16(1), 6-19. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/44218>

Artigos em Páginas Eletrônicas ou Blogs

ARCARY, Valério. Junho de 2013 nos angustia. Por quê?. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2023/06/06/junho-de-2013-nos-angustia-por-que/>

CARCANHOLLO, Marcelo. Neoliberalismo, Ortodoxia e Ajuste Econômico: crítica da economia política brasileira. Disponível em <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Marcelo-Carcanholo.pdf>



IASI, Mauro. Quatro Crises e um Programa. Blog da Boitempo. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2024/07/05/quatro-crises-e-um-programa/>

Vídeos/Conferências/Debates/Entrevistas

A crise brasileira e a dinâmica do capital | Café Bolchevique #22, com Mauro Iasi. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=yIOgR-Dp_uBQ

O Brasil na crise estrutural capitalista - Abepss, Cetros e Centelha entrevistam Marcelo Carcanholo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=htfVKDS3aZM>

Corporações, Estado e Políticas Sociais - Minicurso do Politiza/UnB, Aula 5 com Ivanete Boschetti. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IdKi3v7dB4o&list=PLEVI7aUAMxeJlbt7JNDdohA-WMaYIsZpm&index=1>

Sites e Páginas Informativas

MARXISMO21. **Dossiê Do golpe de 2016 à eleição do governo Bolsonaro.** Disponível em <https://marxismo21.org/octavio-ianni/>

MARXISMO21. **Dossiê A Crise Política no Brasil:2016.** Disponível em <https://marxismo21.org/crise-politica-no-brasil/>

OXFAM Brasil. **Relatório: Um retrato das desigualdades brasileiras - 10 anos de desafios e perspectivas.** Disponível em <https://www.oxfam.org.br/10-anos-de-desafios-e-perspectivas/>

OUTRAS PALAVRAS. **Justiça Fiscal: A bizarra desigualdade no Brasil.** Disponível em <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/justica-fiscal-a-bizarra-desigualdade-no-brasil/>



Filmes e Documentários

Apocalipse nos Trópicos. Dir. Petra Costa, Brasil, 2024, Netflix

Democracia em vertigem. Dir. Petra Costa, Brasil, 2019. Netflix

Espero tua (re)volta. Dir. Eliza Kapaí, Brasil, 2019. Prime Vídeo

Dedo na Ferida. Dir. Silvio Tendler, Brasil, 2017. Youtube

Junho. O mês que abalou o Brasil. Dir. João Wainer, Brasil, 2014. Prime Vídeo

Trabalho interno. Dir. Charles Ferguson, EUA, 2010. Prime Vídeo







« DISCIPLINA 2 »

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA:
CAPITALISMO DEPENDENTE E PERIFÉRICO,
SISTEMA HETEROPATRIARCAL-RACISTA E
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

« AULA 5 »

**O Serviço Social no Brasil: das
origens conservadoras aos
fundamentos do Projeto Ético-
Político Profissional**

« Marilda Villela Iamamoto »



O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DAS ORIGENS CONSERVADORAS AOS FUNDAMENTOS DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL

Marilda Villela Iamamoto

1. INTRODUÇÃO

O ângulo central dessa abordagem é tratar o Serviço Social no Brasil sob a perspectiva histórico-crítica, cujas raízes remontam ao Movimento de Reconceituação latino-americano nas décadas de 1960-1970, período que convive com a ditadura empresarial militar no país (1964-1985). Esse movimento é um marco fundante no enfrentamento das origens conservadoras que sustentam a história pregressa do Serviço Social no Brasil e em *Nuestra América*. O processo de construção da perspectiva histórico-crítica no Serviço Social – no trabalho, na formação e na organização profissional e estudantil – é também o processo de construção coletiva do projeto ético-político na luta pela hegemonia frente às forças conservadoras na sociedade e na profissão.

Em um século do Serviço Social latino-americano, comemorado em 2025, o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro expressa o compromisso com as necessidades e aspirações da classe trabalhadora, em sua unidade de diversidade, com as quais trabalham os(as) assistentes sociais. Construído nas últimas seis décadas, sob o ânimo da crítica teórica e da resistência política coletiva, esse projeto vem norteando o Serviço Social no Brasil, transversal à atuação desses profissionais no mercado de trabalho: nas políticas públicas, nas empresas e nas organizações privadas não lucrativas, além de movimentos sociais. Nesses espaços ocupacionais, a relação direta com os sujeitos sociais tem sido orientada no apoio às suas necessidades, interesses e reivindicações coletivas, suas formas de organização e de luta, tensionadas pelas determinações do trabalho assalariado e seus empregadores.

O projeto ético-político se constrói no enfrentamento cotidiano tanto



das forças políticas que articulam o bloco de poder – que também se expressam no controle de organismos empregadores – quanto apoiado na crítica às elaborações teórico-políticas que as sustentam, de cariz liberal e/ou conservador, que vêm presidindo, de forma prevalecente, o Serviço Social em suas origens e em seu desenvolvimento até as décadas de 1960-70, submetendo-o ao seu domínio. O árduo esforço coletivo da crítica teórica tem em vista banir as brumas que encobrem a processualidade contraditória da ordem burguesa e subjazem às suas aparências. O desafio é decifrar e caracterizar tanto as relações e forças sociopolíticas em disputa na arena histórica que se refratam no Serviço Social quanto os subsídios teóricos – econômicos, político-culturais – e éticos necessários à análise da historicidade contraditória da sociedade do capital – enquanto relação social determinante – uma “contradição em processo” (Marx, 2017, p. 588).

Na atualidade, a crise mundial, sob a égide das finanças, vem gerando tensões econômicas na disputa pela hegemonia e pelo mercado mundial entre os EUA e a China por um lado, com a Europa, por outro. Os conflitos bélicos – como a guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia, com participação direta da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a guerra de extermínio na Faixa de Gaza, entre Israel e o governo de Hamas, são indissociáveis da expansão da indústria bélica e da busca de matérias primas estratégicas para nutrir a expansão tecnológica de ponta. Conflitos bélicos que intensificam a enorme crise humanitária, a imigração massiva de refugiados que fogem da guerra, da fome e da pobreza. Esse quadro se complexifica com o avanço – não sem oposição – da extrema direita na Europa (Lowy, 2015). A vitória de Donald Trump para a presidência dos EUA reforça esse cenário. Na América Latina, convivem panoramas políticos polarizados, com particularidades nas sociedades nacionais, impulsionados pela crise capitalista cíclica e crônica. Governos “progressistas” são majoritários, ainda que densos de contradições internas (Katz, 2024), comprometidos com a institucionalidade democrática, a soberania nacional, a paz e a legitimidade popular. Aqui, a organização da extrema-direita, com financiamento do empresariado, afirma-se na disputa pelo poder de Estado e seu orçamento público.



Na outra margem do rio, a pauta presente nas manifestações públicas das classes subalternas inclui múltiplas reivindicações por políticas públicas universais de qualidade e lutas por direitos: pelo acesso à terra para trabalho, contra a grilagem de terras e defesa do licenciamento ambiental; dos assalariados, por condições de trabalho e melhorias salariais, contra o desemprego e a precarização do trabalho; da majoritária população negra, contra o racismo e todas as formas de exploração e opressão vividas no cotidiano; dos quilombolas, por seu território, cultura e apoio à sua produção; de comunidades ribeirinhas e povos indígenas, em defesa de seu patrimônio cultural, demarcação e titularização de suas terras assegurados constitucionalmente; das comunidades periféricas aos grandes centros urbanos, contra a violência do Estado e de milícias, que assola tais territórios; juventude – em especial da majoritária juventude negra – na defesa do ensino público de qualidade e das crianças, pelo direito à educação e à infância; pelo respeito aos direitos dos idosos e pessoas com deficiências; pela segurança alimentar e contra a fome; de mulheres contra o patriarcalismo, o machismo e o feminicídio; da população LGBTQIA+ contra a homofobia nas políticas públicas, no convívio social e nas manifestações coletivas contra as formas de violência, exploração e opressão. O Serviço Social brasileiro está comprometido com essa pauta de reivindicações no trabalho cotidiano em todos os seus espaços ocupacionais.

2. O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA¹

Nesses tempos revoltos, ao inscrever o Serviço Social na história, optou-se pela margem da resistência: soldar “uma aproximação teórica e política com as lutas, organizações e movimentos sociais, que portam a defesa de direitos e projetos societários das classes subalternas” (Iamamoto; Santos, 2021, p. 26). Aqui assume-se a História como ciência magna. Para Hobsbawm (2006, p. 83), “a história é o banco de memória da experiência”. Ela contribui para elucidar a força irruptiva da novidade do presente perante a experiência

1 Recupero aqui eixos centrais de minha produção sobre o Serviço Social presente em diferentes trabalhos publicados: Iamamoto e Carvalho (1982); Iamamoto (2016); Iamamoto e Santos (2021); Iamamoto e Yazbek (2019); Iamamoto, Matos, Lemos, Batistoni e Raicheli, 2025 (no prelo).



do passado. O esforço é apreender o Serviço Social no movimento da história, sempre aberta ao vir-a-ser no processo da vida em sociedade em estreito vínculo com as forças comprometidas com as lutas emancipatórias (Fernandes, 1983, p. 36). O Serviço Social transforma-se e nega-se no movimento da história para renascer novo e superior, ainda que permanecendo o mesmo. Os assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da questão social e racial a matéria de sua atuação, permeadas por particularidades presentes na “questão nacional” no circuito latino-americano e suas relações com os centros de poder mundial. Essa perspectiva na análise representa um desafio intelectual permanente: requer o acompanhamento das conjunturas, da correlação de forças nelas presentes e as formas de exploração, opressão e a construção de resistências na vida dos indivíduos sociais. Ela permite identificar tendências inscritas na realidade de modo que, capturadas pela razão crítica, possam ser eleitas e acionadas por meio da práxis social em defesa da vida no planeta, da liberdade, do trabalho e da democracia para todos, da justiça e dos direitos humanos e sociais.

O Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho enquanto profissão (Iamamoto; Carvalho, 1982) e enquanto área de conhecimento e/ou disciplina científica (Mota, 2016). O “significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social” inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das ‘sequelas’ da questão social” (Abepss/Ce-depss, 1996). O Serviço Social se inscreve na sociabilidade capitalista contemporânea no âmbito das relações entre sujeitos sociais de classe (indivíduos, grupos, famílias e coletividades- negros, brancos, e povos indígenas) e destes com o Estado, por meio das políticas públicas e de reivindicações coletivas no enfrentamento das desigualdades sociais (via associações, movimentos e lutas conjuntas), condensadas nas múltiplas expressões da questão social, em suas dimensões de classe, raça-etnia e sexo/gênero.

O Serviço Social na expansão capitalista tem sido analisado sob a ótica do processo de (re)produção das relações sociais capitalistas, englobando não apenas a reprodução da vida material, mas a reprodução ampliada das



classes e seus conflitos; e a reprodução espiritual, isto é, das formas de consciência social – jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, entre outras – através das quais se toma consciência da vida social. O processo de (re)produção esse que contém a possibilidade do novo, pois se trata de uma totalidade histórica em constante movimento, resultante da ação dos sujeitos sociais. Nesse mesmo processo são (re)criadas as condições para a reprodução contraditória da sociedade de classes, os conflitos resultantes das relações sociais e as possibilidades de sua superação (Marx, 1974, 1978; Iamamoto; Carvalho, 1982; Yazbek, 2000). O trabalho de assistentes sociais é necessariamente polarizado pelas tensões dessa trama de relações e interesses de classes, sendo atravessado por distintos projetos sociais para a sociedade. Esse é um terreno histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis de projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria de assistentes sociais estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar os interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais.

O Serviço Social é uma profissão legalmente regulamentada (Lei n.º 8.662, de sete de junho de 1993) e reconhecido como área de conhecimento, inscrito no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 1980, com a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* – cursos de mestrado e doutorado, que adensa o mercado editorial.

O atual projeto de formação acadêmico-profissional é condensado nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social (ABESS, 1996, 1999). Elas preconizam rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, orientando-se por uma teoria social crítica e um método que permita a apreensão do singular como expressão da totalidade social. As diretrizes rompem com a tricotomia na abordagem de teoria, história e método no Serviço Social, vigente no currículo de 1982, integrando essas dimensões na abordagem dos fundamentos do Serviço Social em relação à vida social, às particularidades da formação histórica brasileira e ao trabalho de assistentes sociais. Esse é um desafio permanente:



pensar o Serviço Social na história e, simultaneamente, o pensamento que pensa a História, submetendo-o ao crivo da crítica teórica e política.

Essa orientação é inspirada nas elaborações de K. Marx em *O Capital* (2017), sua obra maior, fundada na pesquisa histórica e na crítica do conhecimento, que requer permanente atualização histórica. Tal perspectiva abre-se ao amplo diálogo com o acervo de conhecimento acumulado, mediante o rigor da crítica teórica, que permita identificar linhas de pensamento, interesses sociais que veiculam, mistificações que reproduzem e implicações sócio-históricas das propostas programáticas.

As diretrizes salientam a historicidade da profissão em sua processualidade (ABEPSS, 1996, p. 153) inscrita na sociedade brasileira, na década de 1990, marcada pela reestruturação produtiva, pela contrarreforma do Estado, pelas formas de enfrentamento da questão social, que alteram a dinâmica das relações entre público e privado. Elas afirmam a particularidade do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo – reconhecendo a centralidade do trabalho na constituição do ser social –, inscrito na divisão social e técnica do trabalho em suas dimensões de classe, gênero, raça e etnia, geração e território, – organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da questão social e seus determinantes raciais; as formas históricas de seu enfrentamento que são permeadas pela ação das classes em suas refrações no Estado. As tensões entre as classes sociais e seus segmentos – de suas relações com o Estado – se refratam na dimensão contraditória do Serviço Social e na tensão entre as demandas que lhe são apresentadas pelos organismos empregadores e pelos sujeitos que são alvo do trabalho de assistentes sociais. É a presença de forças sociais em disputa que possibilita a reorientação do trabalho profissional impulsionada pela intencionalidade de seus agentes.

Pesquisa recente sobre o perfil profissional de assistentes sociais no Brasil (CFESS, 2022, p. 52-53) atesta ser essa categoria majoritariamente formada por pessoas negras – pretas ou pardas, o que corresponde a mais de 50% da categoria, do sexo feminino (92%), com progressivo aumento do



sexo masculino e outras expressões de sexo, e heterossexual. A categoria majoritariamente professa a religião católica. O seu nível salarial é baixo, sendo 52% com rendimentos até R\$ 3000 em 2019 (710 dólares aproximadamente). Tem-se a prevalência de um único vínculo de trabalho (71%), e o índice de desocupação constatado é superior à média nacional: 15% sem vínculo e sem rendimento. Majoritariamente oriunda do ensino privado lucrativo (52%), a categoria de assistentes sociais mantém expressiva busca por aprimoramento teórico: 80% dispõem de titulação pós-graduada, com predomínio do nível de especialização.

O exercício da profissão de Serviço Social é considerado um trabalho assalariado especializado, com jornada regulamentar de 30 horas semanais (Lei n.º 12.317, de 26/08/2010), ainda que ela seja regulamentada como “profissão liberal”. Trata-se de um trabalho que requer domínio teórico-metodológico, técnico-operativo, postura ética e habilidades necessárias ao desenvolvimento de competências e atribuições privativas atinentes à profissão, legalmente resguardadas.

3. BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA

A emergência e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil ocorre no marco do capitalismo dependente, a partir da década de 1930, quando a oligarquia agroexportadora perde o controle exclusivo do poder político para segmentos urbanos emergentes – empresários industriais, classes médias, militares e o operariado industrial. Abre-se um período de transição que resulta na hegemonia de interesses da burguesia industrial, o que se consolida após a II Guerra Mundial. A burguesia brasileira tem suas raízes profundamente imbricadas às bases do poder oligárquico e à sua renovação diante da expansão dos interesses comerciais, financeiros e industriais. Para Fernandes (1975, p. 105), aqui se estabelece uma estranha articulação entre o forte conservantismo no plano político – do qual o mandonismo oligárquico é expressão –, e a incorporação do ideário liberal e sua defesa na esfera das relações econômicas, o que passa pelo caráter particular do liberalismo no Brasil, com amplas repercussões na questão democrática. No país, o ideário



liberal, incorporado na Constituição de 1824, chega de braços dados com a escravidão e com a prática geral do “favor” – contrapostos que se unem na história política brasileira.

Segundo Costa (1977), enquanto na Europa os princípios liberais se fundam na luta da burguesia contra a aristocracia e a realeza, na formação histórica brasileira o liberalismo, em suas origens, tem como limites a escravidão, a sobrevivência das estruturas arcaicas de produção e a dependência colonial nos quadros do sistema capitalista internacional. Assim, no país, o liberalismo não se constrói sobre a universalidade da figura de cidadão/cidadã, generalizando a prática do “favor” e retardando a conquista e o usufruto de direitos.

De outra parte, a transição do capitalismo competitivo ao capitalismo monopolista, segundo Fernandes (1975) ocorre, no Brasil, mantendo por um lado a dominação externa imperialista e, por outro lado, a desigualdade interna do desenvolvimento. Aprofunda desigualdades econômicas, sociais e regionais à medida que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder. Engendra uma forma típica de dominação política de cunho contrarrevolucionário, em que o Estado assume o papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações de classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade. O Estado é capturado historicamente pelo bloco de poder por meio da violência ou cooptação de interesses, perfilando-se um divórcio crescente entre Estado e as classes subalternas.

O Serviço Social, em São Paulo e no Rio de Janeiro, centros econômicos e políticos avançados na industrialização e urbanização, que têm no seu verso o aprofundamento da questão social. A formação do operariado no Brasil inclui negros e negras remanescentes do escravismo colonial, legalmente abolido com a Lei Áurea em 1888, e imigrantes europeus e migrantes internos de diversas regiões do país. O Serviço Social é fruto de iniciativas da Igreja Católica em aliança com o Estado, sendo parte de estratégias de qualificação do laicato, oriundo de segmentos dominantes e extratos médios,



especialmente sua parcela feminina presente em movimentos da ação social e ação católica voltada ao apostolado junto à família operária, como contraponto às ameaças anarquistas e comunistas. Sob a influência acadêmica franco-belga e da União Internacional de Escolas Católicas de Serviço Social (UCISS), o Serviço Social no Brasil tem como antecedente direto a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em plena revolução paulista, em 1932, na defesa da oligarquia cafeeira agroexportadora mobilizando damas da sociedade e a Igreja. O CEAS coordena a criação da escola pioneira nessa área, a Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)².

No Estado Novo (1937-1945), com o golpe de Estado deflagrado por Getúlio Vargas, tem-se o aprofundamento do corporativismo acompanhado de política econômica a serviço da industrialização. O Estado incorpora parte da pauta de reivindicações de trabalhadores(as) e, simultaneamente, reprime os movimentos reivindicatórios autônomos do proletariado, fruto de influências anarquistas e comunistas. O processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político passa a exigir seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado na luta por uma regulamentação jurídica das relações de trabalho e pelo atendimento aos direitos sociais no campo da seguridade social. O Estado passa a gerir a organização da prestação de serviços sociais, meio de enfrentamento da questão social e da “ameaça comunista”. Tais iniciativas encontram-se na base da constituição de um mercado de trabalho para assistentes sociais (Iamamoto; Carvalho, 1982).

A centralização de políticas públicas, especialmente nas áreas de assistência social e saúde, reverbera no Serviço Social no Rio de Janeiro, então capital da República. Em 1937, é criado o Centro de Serviço Social da Escola de Enfermagem Ana Nery (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), pioneira no movimento sanitarista brasileiro no início do século XX, abrindo caminho a uma ação essencialmente educativa, individual e coletiva

2 Cf. também o oportuno livro, que vem cobrir lacunas na reconstrução histórica do Serviço Social no país de MOTA, A. E.; AMARAL, A.; VIEIRA, A. (Org.) Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação. São Paulo: Cortez, 2022.



no âmbito da Saúde Pública. A Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (hoje Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), surgiu em 1944, subordinada à Secretaria Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura. Alheia ao controle da Igreja, ela incorpora princípios proclamados no *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, lançado em 1932, em defesa da escola pública, laica, obrigatória e gratuita (Iamamoto, 2019).

No pós-guerra, a hegemonia norte-americana incide fortemente no Serviço Social latino-americano sob a égide do panamericanismo, consubstanciado na “Aliança para o Progresso”. Em sua pretensa neutralidade, a orientação volta-se à conciliação entre capital e trabalho, à ação educativa e à valorização integral do homem na acepção aristotélico-tomista. Difunde-se a influência do *Social Work*: a incorporação do Serviço Social de Casos Individuais, do Serviço Social de Grupo e a Organização e/ou Desenvolvimento de Comunidade em áreas urbanas e rurais, tendo em vista o tratamento de “desajustamentos psicossociais”, com apoio na higiene, na psicologia e na psiquiatria.

Nos anos 1960, ainda no contexto da guerra fria, a difusão da ideologia desenvolvimentista – ou a necessidade de adesão à reprodução ampliada do grande capital por parte de países dependentes dos centros mundiais de poder –, impulsiona a expansão do trabalho com grupos e com comunidades, tendo em vista a integração de “massas marginalizadas” ao “progresso”, isto é, ao processo de acumulação/exploração por meio de “programas de desenvolvimento”. Nesse período, parcela de profissionais ligados ao “Desenvolvimento de Comunidade” se lançam na busca de alternativas críticas à proposta oficial (Ammann, 1979). Um das experiências inspiradoras dessa busca é a do Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à esquerda católica e a educação de adultos, incorporando a proposta de “educação como prática de liberdade”, “extensão e comunicação” e da “pedagogia do oprimido” de Paulo Freire (1967, 1971, 1973), que foi interrompida com o golpe de 1964. Nesse período há um crescimento e expansão regional do ensino do Serviço Social.



4. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O processo de construção da perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro tem suas raízes no debate profissional latino-americano, condensado no Movimento de Reconceituação (1965-1975). O ambiente político-cultural é marcado pela vitória dos revolucionários da *Sierra Maestra* sobre Havana (1959), pelas lutas estudantis de 1968, pela abertura da Igreja Católica a partir do Concílio Ecumênico convocado pelo Papa João XXIII (1962) e da Teologia da Libertação.

A intensificação das lutas sociais se reflete na Universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, na organização de vários segmentos profissionais. As unidades de ensino são o *locus* privilegiado -, ainda que não exclusivo - daquele movimento, movido por preocupações tais como: 1) a busca por compreender os rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países capitalistas centrais; 2) os esforços para a criação de um projeto profissional abrangente, atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo; 3) a busca de atribuir estatuto científico ao Serviço Social lançando-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias; 4) explícita politização da ação profissional, solidária com a “libertação dos oprimidos”, na linguagem freireana, e comprometida com a “transformação social”; 5) a reestruturação da formação profissional, que articule ensino, pesquisa e prática profissional (Iamamoto; Raichelis; Bravo, 2021).

Na ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985) – a “ditadura do grande capital”, nos termos de Ianni (1981) – o debate no Serviço Social é predominantemente tributário da modernização conservadora e tecnocrática (Netto, 1992), em sintonia com a política de “Segurança e Desenvolvimento”, que destitui o debate político contestatório da arena pública com a força da repressão. O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) lidera o debate, do qual são exemplares os Documentos de Araxá (1967), em seus fundamentos positivistas encobertos com elementos



do neotomismo e o Documento de Teresópolis (1970), com acento tecnocrático e instrumental.

Segmentos de assistentes sociais são capturados pelo artilho de transformar ciência em “técnica social”, subordinando-se à razão instrumental seja pelo silêncio, seja pela convivência ativa com os poderes da ditadura empresarial militar, na busca de implementação de um conjunto de programas sociais compensatórios da repressão, do arrocho salarial e da desmobilização política de classes e segmentos sociais. Registram-se também lutas e resistências de parte de assistentes sociais, muitas(os) vitimadas(os) pela repressão de Estado, ao exílio, à prisão arbitrária, à tortura e condenadas/os por tribunais militares guiados pela Lei de Segurança Nacional, expressão do terrorismo estatal.

O projeto da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais - nos inícios dos anos 1970 e logo interrompida - é inspirado no debate da reconceitualização nos países de língua hispânica (Batistoni, 2021) na perspectiva de ruptura com o passado conservador (Netto, 1991), à época nacionalmente minoritária. Todavia seus desdobramentos têm forte incidência na disputa dos rumos do debate.

No decurso da história, com a ascensão dos movimentos políticos das classes trabalhadoras e das lutas em torno da defesa do Estado de Direito, da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, assistentes sociais passam a ser socialmente questionados pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e mostram-se sensíveis aos clamores da história.

A expressão mais simbólica e significativa dessa resistência é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), conhecido como Congresso da Virada, primeira manifestação pública coletiva dessa categoria contra a ditadura empresarial militar, em aliança com movimentos sociais organizados da sociedade civil. Na resistência à ditadura e em defesa do Estado de Direito e do processo de construção da democracia, diversos agentes exer-



cem um papel importante (Alves, 1984): a) A igreja católica é forte aliada na defesa dos direitos humanos, na denúncia da violência de Estado e na defesa dos presos políticos; b) As associações de moradores de favelas ou associações comunitárias alimentam o fortalecimento do movimento popular no período de 1978 a 1984; c) O movimento sindical urbano e rural, que reage ao controle do Ministério do Trabalho e defende a revogação da política de controle salarial e o reconhecimento do direito às negociações coletivas, à greve e à autonomia sindical; d) a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), destacada porta-voz da oposição no questionamento da legitimidade da estrutura legal do Estado de Segurança Nacional e na defesa do Estado de Direito; e) Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no combate a censura à imprensa; f) a União Nacional dos Estudantes (UNE), a partir de 1977, realizando grandes manifestações e passeatas. A Lei da Anistia em 1979 e a reforma política no mesmo ano fazem emergir novos partidos políticos, entre os quais o Partido dos Trabalhadores, em 1980, que passa a canalizar as reivindicações de diferentes movimentos populares com um novo tipo de organização.

5. CONCLUSÃO

5.1 Desafios ao serviço social na atualidade

1. A lógica financeira do regime de acumulação tende a provocar crises que se projetam no mundo gerando recessão, como já sustentava Salama (1999). O caráter volátil do crescimento redundava em maior concentração de renda, aumento da pobreza, desigualdades distribuídas territorialmente, nas distâncias entre as rendas de trabalho e do capital e entre os rendimentos dos trabalhadores qualificados e não qualificados e a destruição da natureza. O processo de financeirização, que alicerça o neoliberalismo, indica um modo de estruturação da economia mundial (Husson, 1999, p. 99). A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito.

Nessa esfera, o capital-dinheiro aparece como se tivesse o poder de



gerar dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção. O fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido. O capital dinheiro aparece como coisa autocriadora de juros, dinheiro que gera dinheiro ($D - D'$) obscurecendo as cicatrizes de sua origem. O dinheiro tem agora “amor no corpo”, como cita o Fausto, de Goethe (Marx, 2017, p. 443, Livro III). Nessa forma mais fetichizada do capital, o juro aparece como se brotasse da mera propriedade do capital, independente da produção e da expropriação do trabalho não pago dos trabalhadores.

É preciso ressaltar o seguinte: os dois braços em que se apoiam as finanças – as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas – só sobrevivem com a decisão política dos Estados e o suporte das políticas fiscais e monetárias. Eles encontram-se na raiz de uma dupla via de redução do padrão de vida do conjunto dos trabalhadores, com o efetivo impulso dos Estados nacionais: a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas e a mercantilização capitalista dos serviços, bem como a chamada flexibilização da legislação protetora do trabalho. Ela combina-se com a desigual distribuição de renda e a menor tributação de rendas altas, fazendo com que a carga de impostos recaia sobre a maioria dos trabalhadores.

Os investimentos em ações de empresas no mercado financeiro apostam em expectativas de lucratividade futura das empresas, interferindo silenciosamente: nas políticas de gestão e de enxugamento da mão de obra; na intensificação do trabalho e no aumento da jornada; no estímulo à competição entre os trabalhadores, em um contexto recessivo, dificultando a organização sindical; na elevação da produtividade do trabalho com tecnologias poupadoras de mão de obra; nos chamamentos à participação e consentimento dos trabalhadores às metas empresariais, além de uma ampla regressão dos direitos, o que se encontra na raiz das metamorfoses do mercado de trabalho (Antunes, 1999; Santana; Ramalho, 2003). A sugestão é que a mundialização financeira unifica, dentro de um mesmo movimento, processos que tendem a ser tratados pelos intelectuais de forma independente:



a “razão neoliberal”, a “reforma” do Estado, a “reestruturação produtiva” e a “questão social” (Iamamoto, 2007).

2. No universo do trabalho, a contrarreforma trabalhista, as novas formas assumidas pelas relações de trabalho – a “nova morfologia do trabalho”, o “novo proletariado de serviços na era digital” vêm demonstrando a “devastação do trabalho”, nos termos de Antunes (2020). Ela se expressa por meio de sua desregulamentação, a informalidade, a expansão da terceirização, e as amplas repercussões na crise do sindicalismo. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm permitido experiências do “teletrabalho” operado em plataformas digitais e do “home office” ou “trabalho remoto” e o ensino remoto emergencial (ERE), obliterando a separação entre tempo de trabalho e tempo de vida.

A disseminação de tais experiências em plataformas digitais, difundidas em corporações globais (empresas como Amazon, Uber, Google, Facebook, Ifood etc.), viabiliza-se ante a imensa força de trabalho sobrando e desempregada. Reforça-se, assim, na periferia dos centros econômicos mundiais, a reiterada convivência entre alta tecnologia e relações de trabalho regressivas, marcadas com o selo da superexploração, alimentando lucros de capitais mundializados.

Em tempos de recessão, os assistentes sociais sofrem com a redução do emprego formal, do acesso aos direitos trabalhistas e ao salário indireto, por afetar o conjunto dos trabalhadores (Raichelis; Vicente; Albuquerque, 2018). Cresce o trabalho precário, temporário, a contratação por projetos, gerando insegurança na vida, que atinge a sobrevivência material e social do assistente social, que, como qualquer assalariado, depende da venda de sua força de trabalho para a obtenção de meios de vida. A informalidade atinge também o mercado de trabalho do assistente social: além do baixo nível salarial, situações de insalubridade e de assédio moral são frequentes (CFESS, 2021).

As condições de trabalho repercutem na qualidade dos serviços



prestados e na relação do assistente social com a população: os projetos são abruptamente interrompidos quando termina o seu financiamento temporário, expectativas da população envolvida nas atividades são frustradas e a legitimidade obtida para a realização do trabalho do assistente social é truncada, além das implicações éticas aí envolvidas.

3. As políticas públicas neoliberais têm como referências o risco social, a vulnerabilidade e a exclusão social. A gestão de políticas passa a ser vista como “administração ou gestão do risco social” perante segmentos populacionais em “situação de vulnerabilidade”, linguagem que foi absorvida pelos assistentes sociais em decorrência das políticas públicas. Esta foi uma inflexão operada nas políticas de proteção social do Banco Mundial, a partir de 2000, com suporte acadêmico em teóricos de amplo reconhecimento na sociologia europeia, como Ulrich Beck e Anthony Giddens, municidores intelectuais da “terceira via” ante a “morte do socialismo” e da “luta de classes”.

A hipótese sustentada é que a chamada teoria do risco é o anverso da teoria da crise do capital, fetichizada e apresentada ao reverso: meros riscos acidentais, inerentes ao sucesso do capital, passíveis de serem administrados. Emerge uma nova maneira de encarar a política de proteção social como: estratégia de manejo ou administração de risco. A partir de um conjunto de categorizações de clara inspiração liberal – riscos, ativos, vulnerabilidades, igualdade de oportunidades – a pobreza passa a ser vista como um fracasso individual no ingresso aos mecanismos de mercado. Caberia ao Estado compensar as “falhas do mercado” e fornecer “redes de proteção social aos pobres vulneráveis” para lidar com o risco, ante o fatalismo da ordem do capital naturalizada. Atribui-se aos indivíduos atomizados e suas famílias a “culpa de sua pobreza” e a “responsabilidade” de se protegerem contra os riscos (naturais e artificiais). Ao mesmo tempo, tem-se a focalização das políticas e programas sociais de caráter massivo e de baixo custo nos segmentos pobres mais vulneráveis: indivíduos, famílias e coletividades.

4. Os holofotes do mundo miram a Amazônia, um dos pilares de salvação do planeta, parte de nossa unidade latino-americana. A expansão



do extrativismo mineral para a indústria de ponta e o esgotamento de terras agrícolas para a expansão do agronegócio impulsionam a invasão de áreas de preservação ambiental, comprometem a biodiversidade e destroem a fauna e a flora. A expropriação de populações originárias, de posseiros e produtores agrícolas de seus meios de vida tem sido alvo de violência extrema, com procedimentos similares aos da chamada “acumulação primitiva” na formação do capital na Europa, nos séculos XV e XVI (Marx, 2017, Livro I). Nesses tempos de radicalização neoliberal, as riquezas naturais – das florestas, dos minérios, da água e do ar – tornam-se “ativos financeiros”, sob a órbita do capital na contrapartida a atividades poluentes. Supõe-se que essas possam ser compensadas por meio de pagamento em capital dinheiro – como os créditos de carbono –, transferido às áreas sob proteção reivindicadas pelos povos da região Amazônia. A mágica do pagamento em dinheiro teria a pretensa função de compensar os efeitos destrutivos de poluentes realizados pelos países centrais e, simultaneamente, legitimar a continuidade da emissão desses mesmos gases, em defesa das taxas de lucro de empresas. Os bens da natureza – a terra, o ar, o clima, os rios e as florestas – não são valor, mas tornam-se equivalentes de capital, sujeitos à mercantilização, mediante a compra e venda de ativos no mercado financeiro. E, nesse cenário, as lutas das populações originárias adensam a pauta política. “*A Carta dos Povos da la Tierra por la Amazonía*”, ao apresentar sua pauta programática, sustenta: “*Nada sobre nosotros sin nosotros*”.

Na crise, a defesa do projeto profissional só pode apoiar-se na solidariedade de classe em seus múltiplos matizes de raça, etnia, sexo, gênero e território, no enfrentamento do bloco do poder e suas expressões no aparato de Estado. E, nesse universo, urge analisar a degradação da natureza e as expressões da “questão social”, bem como formas de opressão à população negra e aos povos indígenas, por eles vividas como unidade contraditória de desigualdades e rebeldias, tendo em vista uma dupla perspectiva: identificar como os conflitos de classes incidem nas respostas do Estado, nas políticas públicas e no Serviço Social, de modo a construir alianças com os sujeitos sociais que são alvo das ações profissionais; e desenvolver ações de assessoria, formação e apoio técnico aos grupos organizados e movimentos sociais com



os quais nos relacionamos profissionalmente.

E assim, avançar no combate às forças do retrocesso de feição neofascista, que não podem ser subestimadas, o que requer uma frente ampla progressista no Serviço Social latino-americano e mundial. Esses são alguns dos desafios ao adensamento do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, em sintonia com o tempo presente, preservando sua força e atualidade no horizonte do desenvolvimento humano de todos e de cada um dos indivíduos sociais. Concluo com extrato da canção “Nos bailes da vida”, de Fernando Brant e Milton Nascimento:

Cantar era buscar o caminho que vai dar no sol[...]. Com a roupa encharcada e a alma repleta de chão. Todo artista tem de ir aonde o povo está. Se foi assim, assim será. Cantando me desfaço e não me canso de viver, nem de cantar (BRANT; NASCIMENTO, 1981, faixa 8).

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

- 1. O projeto de Serviço Social no Brasil é uma construção coletiva, com participação de distintas gerações de assistentes sociais, inscrita no processo histórico do país. Como você analisa as principais diferenças do projeto profissional atualmente hegemônico em relação às marcas de origem do Serviço Social no Brasil?**
- 2. Como as transformações societárias recentes, acentuadas no texto, afetam o trabalho de assistentes sociais na atualidade na perspectiva do projeto ético-político da profissão?**



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 143-171, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes curriculares**. [S.l.]: ABEPSS, 1999. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

AMMANN, S. B. **Ideologia e desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. [S.l.]: Cortez, 1979.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. (Org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1997.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2020.

BATISTONI, M. R. Aproximações à tradição marxista no projeto da escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M. V. e SANTOS, C. M. (org.) **A história pelo avesso**: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez Ed/UERJ/CNPQ/, 2021. p.71-94.

BECK, U. Autodissolução do risco da sociedade industrial: o que isso significa? In: **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997º.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização re-



flexiva. In: **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997b.

BECK, U. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidade. Barcelona: Paidós, 1998.

BECK, U. **La sociedad del riesgo mundial**: en busca de la seguridad perdida. Espanha: Barcelona: Paidós Ibérica, 2008.

FERNANDES, Florestan. Introdução. In: FERNANDES, Florestan (org.). **K. Marx e F. Engels**: história. São Paulo: Ática, 1983. p. 9-145. (Grandes Cientistas Sociais).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética e Lei n.º 8.662/1993** de regulamentação da profissão: trilingue. Brasília: CFESS, 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2019CfessCEP-Tri-lingue-Site.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil profissional de assistentes sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos Decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FERNANDES, F. Introdução. In: FERNANDES, F. (org.) **Marx e Engels**: História. São Paulo: Ática, 1983. p. 9-145. (Grandes Cientistas Sociais).

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.



FREIRE, P. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Extensão e Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, P. **Pedagogia del Oprimido**. Mexico: Siglo XXI - Terra Nueva, 1973.

GIDDENS, A.; PIERSON, C. **Conversa com Anthony Giddens**: o sentido da modernidade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

GIDDENS, B.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

HOBSBAWM, E. **Sobre História**. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

HUSSON, Miséria do capital. **Uma crítica ao neoliberalismo**. Lisboa: Terramar, 1999.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez ed. 2019, p. 34-61.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

IAMAMOTO, M. V.; RAICHELIS, R.; BRAVO, M. I. S. A pesquisa científica no Serviço Social: gênese e atualidade. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (coord.) **A história pelo avesso**: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: EURJ/CNPQ/ Cortez ed., 2021, p. 219-244.



IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (coord.) **A história pelo avesso**: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: EURJ/CNPQ/Cortez ed., 2021, p. 219-244.

IAMAMOTO, M.V; LEMOS, E. L. S; BATISTONI, M. R.; MATOS, M. C; RAICHELIS, R. D. Social Work in Brazil. In: **International handbook of social work**. [S.l.: s.n.], 2025. No prelo.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KATZ, C. **América Latina na encruzilhada global**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

LOWY, M. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

MARX, K. Introdução à crítica da economia política. In: MARX, K. **Coleção Os Pensadores**. Abril Cultural, 1974. p. 107-138.

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**. 7ª ed. México: Siglo XXI, 1978. v. 2.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, M. L. de O. (Org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.



MOTA, A. E., AMARAL, A. VIEIRA, A. (Orgs) Serviço Social no Nordeste. Das origens à renovação. São Paulo: Cortez, 2022.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Ed., 1992.

PERTILLO, J. P. Superar, aniquilar e conservar: a filosofia da história de Hegel. **IHU Revista do Instituto de Filosofia da UNISINOS**, ed. 430, 21 out. 2013.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais à luz da “nova” morfologia do trabalho. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2020. v. 2, p. 11-42.

SALAMA, P. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 1999.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, R. (Org.) **Além da Fábrica**: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. São Paulo: Boitempo, 2003.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: CEAD-UNB (org.). **Curso Programa de capacitação continuada para assistentes sociais**, v. 4. CEAD-UnB, 2000, p. 19-34.



BIBLIOTECA VIRTUAL

Livros

CFESS. **30 Anos do Congresso da Virada**. Vários autores/as. Disponível em <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3924/2idRHVtGRSxqqKop-9MO1-Bw9gttWFa3t.pdf>

EIRAS, Alexandra A. L. T. S.; MOJO, Carina Berta; DURIGUETO, Maria Lúcia. (orgs). **Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social : América Latina, Europa e EUA**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022. Disponível em https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2022/03/PERSPECTIVAS-HISTORICO-CRITICAS_BA04.pdf

IAMAMOTO, Marilda Villela et al (org). **Serviço social, desigualdades e lutas sociais: América Latina e Europa**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024. 364 p. (Ebook). Disponível em https://morula.com.br/wp-content/uploads/2025/03/ServicoSocialDesigualdadesLutasSociais_EBOOK_13MAR2025.pdf

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**, Tese de doutorado PPGSS/UFPE, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18011> (Publicada em livro impresso pela Editora Dialética, 2024)

Artigos e Capítulos de Livros

AQUINO, Isaura Gomes de Carvalho; BATISTONI, Maria Rosângela; SCHEFFER, Graziela. Expressões da Reconceituação do Serviço Social no Brasil: Projetos Profissionais em Disputa. In EIRAS, Alexandra A. L. T. S.; MOJO, Carina Berta; DURIGUETO, Maria Lúcia. (orgs). **Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social : América Latina, Europa e EUA**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022. Disponível em https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2022/03/PERSPECTIVAS-HISTORICO-CRITICAS_BA04.pdf



BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 124, São Paulo, Cortez Editora, out-dez 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/xv3Lm3vQmxL-mWNTmbpmBzNt/?lang=pt>

_____. O Serviço Social na História: 40 anos de lutas e desafios. Revista Libertas, v. 20 n. 1, jan/jun 2020. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30270>

DURIGUETTO, Maria Lucia; ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; BATISTONI, Maria Rosângela; MAIA, Susana Maria; SCHEFFER, Graziela; ADRIANO, Ana Lúvia; GUAZZE, Amanda. Serviço Social, lutas sociais e a questão democrática propostas de análise da emergência e desenvolvimento do projeto profissional no Brasil nas décadas de 1970 a 1990. In IAMAMOTO, Marilda Villela et al (org). **Serviço social, desigualdades e lutas sociais: América Latina e Europa**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024. 364 p. (Ebook). Disponível em Disponível em https://morula.com.br/wp-content/uploads/2025/03/ServiçoSocialDesigualdadesLutasSociais_EBOOK_13MAR2025.pdf

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na História: resistência às desigualdades sociais e respeito à Diversidade. Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea, n. 56, 2024. Disponível em <https://doi.org/10.12957/rep.2024.86520>

_____. Nas trilhas coletivas da resistência: serviço social e lutas sociais na América Latina. Revista Temporalis, n. 44, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.22422/temporalis.2022v22n44p18-42>

_____. 40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios. Revista Libertas, v. 20 n. 1, jan/jun 2020. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30303>

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. Revista Katálysis, n. 23, maio/



ago. 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHP8JbZ9hqfc-3q3YY8GP/?lang=pt>

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Disponível em <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social-20160806041147630190.pdf>

RAICHELIS, R. A virada do Serviço Social brasileiro contra o conservadorismo: 40 anos depois [online]. SciELO em Perspectiva: Humanas, 2019 [viewed 16 January 2026]. Disponível em <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2019/10/24/a-virada-do-servico-social-brasileiro-contr-o-conservadorismo-40-anos-depois/>

SANTOS, Gabriela Alves dos. A eugenia no trato das expressões da questão social e no Serviço Social brasileiro. Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade contemporânea, n. 56, 2024. Disponível em <https://doi.org/10.12957/rep.2024.86528>

YAZBEK, Maria Carmelita; BRAVO, Maria Inês; RAICHELLIS, Raquel. 40 anos da “Virada” do Serviço Social: história, significados. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 136, set./dez. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dmcrvRtQxS5qCpDKWsJ6y5b/?format=html&lang=pt>

Publicações do CFESS

CFESS. Sou Assistente Social e aqui estão minhas bandeiras de luta. Disponível em

https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3961/DfhIDr_8Do5ffCLSR8HX-QNX9QfdZC-6n.pdf

CFESS. Agenda de 2026 (Conteúdo Digital). Disponível em <https://www.cfess.org.br/noticia/view/2276/conteudo-digital-da-agenda-2026>



Vídeos/Conferências/Debates/Entrevistas

XVIII CBAS (2025). Mesa de Abertura “**50 anos do CBAS: histórias de resistência e luta por liberdade**” Palestrantes: Marilda Villela Iamamoto, Josiane Soares, Ivanete Boschetti. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yoSvPT1khW8>

VII SIMPOSIO INTERNACIONAL: MESA II - LUTAS SOCIAIS, ANTICAPITALISMO E SERVIÇO SOCIAL (2024). Palestrantes Carolina Mamblona, Simone Nascimento, Mauro Iasi, Maria Beatriz de Costa Abramides. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xbQeBrGRYY>

TV ABEPSS - Oficina Nacional: Crise do Capital, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2021). Palestrantes: Maria Rosângela Batistoni, Rodrigo Castelo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uR62u18bQjw>

José Paulo Netto. **Marxismo e Serviço Social. Webinar UFSC.** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=geQkvovGY8o>

José Paulo Netto. A leitura de Marx não é um luxo! TV Boitempo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=r1WM6ncklbM&t=14s>

Textos e entrevistas em Blogs

Mauro Iasi. De Onde vem o Conservadorismo? Blog da Boitempo. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>

Magali Cunha. Entrevistada. Como o conservadorismo e o fundamentalismo operam no Brasil? Blog Nós Mulheres da Periferia. Disponível em <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/como-o-conservadorismo-e-o-fundamentalismo-operam-no-brasil/>



Sites e Páginas Informativas

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). <https://www.cfess.org.br/>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). <https://abepss.org.br/>

ESQUERDA ONLINE. Diversos textos que abordam o Conservadorismo. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/tag/conservadorismo/>

CONGRESSO EM FOCO. O avanço conservador e o novo mapa eleitoral do país. <https://www.congressoemfoco.com.br/artigo/5833/o-avanco-conservador-e-o-novo-mapa-eleitoral-do-pais>

Filmes e Documentários

O Agente Secreto. Dir. Kléber Mendonça Filho, 2025 (nos cinemas)

O Filho de Mil Homens. Dir. [Daniel Rezende](#), Brasil, 2025, Netflix

O Último Azul. Dir. Gabriel Mascaro, Brasil, 2025 (nos cinemas)

Conservadorismo em Foco: um filme sobre a ideologia burguesa. Dir. Arthur Moura e Felipe Xavier, Brasil, 2018 (Disponível em <https://libreflix.org/assistir/conservadorismo-em-foco>)

Aquarius. Dir. Kléber Mendonça Filho, Brasil, 2016, Prime Vídeo





« DISCIPLINA 2 »

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA:
CAPITALISMO DEPENDENTE E PERIFÉRICO,
SISTEMA HETEROPATRIARCAL-RACISTA E
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

« Aula 6 »

Princípios, Valores E Compromissos Do Projeto Ético-Político Profissional Do Serviço Social Brasileiro

« Silvana Mara de Moraes dos Santos »

« Sâmya Rodrigues Ramos »



PRINCÍPIOS, VALORES E COMPROMISSOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Silvana Mara de Moraes dos Santos

Sâmya Rodrigues Ramos

1. INTRODUÇÃO

Tem sido cada vez mais frequente o questionamento sobre em que medida o Código de Ética das/os assistentes sociais, com seus princípios e valores, pode se constituir em uma referência concreta no cotidiano profissional. Quanto mais o caráter destrutivo da sociabilidade capitalista avança, aumenta, entre segmentos expressivos da população, a tendência ideológica à naturalização da dura realidade vivenciada com a superexploração da força de trabalho, com a reprodução de um *ethos* burguês conservador, por vezes, reacionário e com as implicações da crise estrutural do capital, gerando desemprego, violência, destruição socioambiental, precariedade nas condições e relações de trabalho, negação e/ou violação da diversidade humana e decadência ideológica na subjetividade dos indivíduos.

Não necessariamente a resposta para este quadro de barbárie capitalista tem que ser a naturalização. Acontece que a barbárie material, por um conjunto de mediações, determina a decadência ideológica, processo que, segundo Lukács (1968, p. 99), “surge quando as tendências da dinâmica objetiva da vida cessam de ser reconhecidas, ou são inclusive mais ou menos ignoradas, ao passo que se introduzem em seu lugar desejos subjetivos, vistos como a força motriz da realidade”. Sob as condições da decadência ideológica, os indivíduos tendem aos processos de naturalização e de reprodução do *ethos* burguês.



Nosso objetivo é analisar a pertinência dos princípios, valores e compromissos estabelecidos no Código de Ética Profissional do/a assistente social, na perspectiva de apreender as mediações necessárias entre a formação, o trabalho profissional e a defesa dos direitos do trabalho, da diversidade humana e da convivência democrática. Trata-se, portanto, do entendimento de que, nas condições sócio-históricas da sociabilidade capitalista, é fundamental tecermos consciência histórica do que está em jogo na arena da emancipação política, única forma possível de emancipação no capitalismo, que congrega os direitos de cidadania. Identificar quais causas devemos lutar e apoiar é uma tarefa coletiva, que demanda reconhecimento, crítica dos limites da emancipação política e definição teórico-política de horizonte de superação da questão social.

Apesar de não ser possível estabelecer, aqui, as mediações bastante complexas, para o entendimento entre trabalho, individualidade, ética, diversidade humana e valores, o que poderá ser consultado, dentre outros em Netto & Braz (2006); Cisne & Santos (2018) e Barroco & Brites (2022), faremos uma reflexão sobre as razões históricas que fazem dos valores, princípios e compromissos do Código de Ética das/os assistentes sociais, aprovado em 1993, não apenas um conteúdo que permanece atual, mas um caminho estratégico para orientar as escolhas profissionais cotidianas. A apropriação individual por assistentes sociais do conteúdo do Código de Ética é, neste sentido, imprescindível, se a lógica for pensar a formação e o trabalho profissional de forma concreta e não abstraída da materialidade da vida social e, especialmente, se o compromisso ético-político for com os direitos da população usuária e com o conjunto da classe trabalhadora, em sua diversidade de raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, geracionalidade e tantas outras dimensões.

Importante ressaltar que, para o entendimento e a apropriação do tema proposto, é fundamental se valer dos fundamentos teórico-políticos desenvolvidos nos outros textos que compõem o material didático desta terceira edição do curso de especialização em Serviço Social, com o tema: “Trabalho Profissional: Questão Social e Fundamentos Teóricos-Históricos



e Ético Políticos do Serviço Social”. Isso porque, nos limites de um artigo, não é possível estabelecer análise sobre as tendências mundiais da crise do capital e da ofensiva conservadora, e as particularidades da formação social brasileira, mediante a realidade do capitalismo dependente e periférico, do sistema cisheteropatriarcal e racista e suas implicações nos compromissos ético-políticos do Serviço Social. Então, a interação entre os conteúdos dos módulos é condição obrigatória.

2. A CULTURA CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL COMO ALICERCE PARA A DEFESA ESTRATÉGICA DOS DIREITOS E PARA A CRÍTICA DOS LIMITES DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

No contexto histórico após o final da ditadura empresarial-militar no Brasil, tivemos a constituição de vários sujeitos coletivos que, em interlocução no campo das esquerdas, contribuíram para a visibilidade política das agendas, dentre outras, em defesa da questão socioambiental, do feminismo, da diversidade sexual, da identidade de gênero, da questão étnico-racial e da luta anticapacitista. Do ponto de vista teórico, sobressaiu um campo de polêmicas sobre estas lutas e sujeitos. De um lado, reflexões fragmentárias hegemonizaram o debate e apreenderam estes sujeitos coletivos como novos movimentos sociais em contraposição e negação do universo partidário de esquerda, notadamente o espectro socialista e comunista, considerados equivocadamente como necessariamente averso às expressões no campo da defesa dos direitos e da diversidade humana. De outro lado, é importante considerar a análise crítica realizada sobre os novos movimentos sociais, as tendências de fragmentação que emergem em suas agendas políticas e a relação de determinação com as mudanças do capitalismo contemporâneo (Galvão, 2011; Braz, 2012; Ribeiro, 2014).

No campo marxista, temos diferentes interpretações dos movimentos sociais e suas reivindicações. Leituras economicistas simplificaram economia, política e cultura ao tratar, de forma superficial, as reivindicações postas. Bem diferente disso, sobressaiu, também, no campo marxista, a crítica aos postulados liberais e pós-modernos e a defesa da perspectiva de to-



talidade no entendimento da exploração e opressão da força de trabalho. Por este caminho teórico, foi possível apreender que as profissões atualizam suas agendas na interação com movimentos sociais, com outras profissões e sujeitos coletivos. Assim, as lutas por direitos ganharam historicidade na front da disputa das classes sociais. Trata-se de importante conquista teórico-política, pois possibilitou a superação do entendimento do direito como mero epifenômeno da economia capitalista ou, de outro modo, favoreceu a crítica à perspectiva liberal que concebe o direito exclusivamente no plano jurídico-político e como a principal dimensão, em termos sociais e políticos, do que é possível ser conquistado pelos indivíduos.

O Serviço Social, na direção do projeto ético-político, amadureceu o entendimento sobre o complexo do direito no decurso de mais de três décadas, após o marco do seu processo de renovação, instituído em 1979, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Na forma de síntese, podemos afirmar que se estabeleceu a crítica tanto às perspectivas reducionistas próprias do pensamento liberal e pós-moderno, como também às tendências simplificadoras no campo marxista. As interações com o pensamento de Marx, Gramsci e Lukács possibilitaram avanços significativos no debate do Serviço Social brasileiro sobre questões pertinentes à apreensão das relações sociais próprias da sociedade capitalista, sendo indiscutivelmente a mais importante: a apropriação teórico-metodológica da perspectiva de totalidade para a análise crítica da vida social. Mediante este aprofundamento teórico, o complexo social do direito passa a ser analisado em sua relação de determinação com a totalidade social, como um complexo parcial determinado historicamente.

A relação da questão do direito com o Código de Ética de 1993 ocorre na articulação de duas questões principais. Em primeiro lugar, o entendimento quanto à necessidade de apreensão das particularidades da formação sócio-histórica brasileira e das condições concretas de existência da classe trabalhadora. Ou seja, no ambiente da cultura crítica do Serviço Social emerge o discernimento entre as abordagens sobre o direito a partir dos fundamentos liberais e marxistas. Com isso, torna-se inaceitável do ponto de vista



do projeto ético-político tratar os direitos na formalidade abstrata do plano jurídico-político e dos acordos internacionais, como assinala o pensamento liberal. Aqui não reside nenhum desprezo por conquistas oriundas deste campo de atuação, que incidem satisfatoriamente sobre as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. A questão é operar na perspectiva de identificar o quanto tais conquistas são insuficientes para assegurar condições objetivas e subjetivas favoráveis ao atendimento das necessidades reais e do desenvolvimento dos indivíduos em sua diversidade. Não cair na armadilha liberal supõe entender que o complexo do direito, muito frequentemente, conduz à ilusão jurídica, como se fosse possível resolver, pela via jurídico-parlamentar, a desigualdade social, nos marcos da sociedade capitalista. Ao abordarmos esta questão hoje parece relativamente tranquilo o conhecimento da natureza ontológica que permeia o debate. Mas é preciso especialmente que as novas gerações do Serviço Social saibam que nossas conquistas teóricas se deram em um solo concreto de profundo investimento intelectual, ético e político, no universo da articulação entre formação e trabalho profissional e da incansável articulação política da categoria profissional sob direção do conjunto CFESS-CRESS, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em parceria estratégica com a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

A segunda questão que vincula o conteúdo do Código de Ética ao complexo do direito diz respeito ao reconhecimento da população usuária do Serviço Social como sujeito de direitos. Merece destaque que tal posicionamento carrega uma dimensão política de compromisso com a defesa dos direitos do trabalho. Isso porque, apesar da relevância histórica do Código de Ética de 1986, como expressão da ruptura com o conservadorismo, podemos identificar a ausência de mediações deste Código no tratamento dispensado à relação entre o exercício profissional, as classes sociais e a perspectiva de transformação social. Assim, a classe trabalhadora foi entendida de forma abstrata e a ética diluída fortemente no debate da política. No decurso do aprofundamento da cultura crítica e considerando o pluralismo presente nos debates, essa formulação de sujeito de direitos já recebeu críticas por reproduzir dimensões do ideário liberal. Na perspectiva do projeto ético-político, o que o



Código sentença, como sujeito de direitos, só pode ser entendido na realidade da sociedade capitalista, na disputa de projetos societários antagônicos.

Desse modo, sujeitos de direitos são, na verdade, os sujeitos que vivenciam a desigualdade social, a superexploração da força de trabalho, a violência em diferentes e perturbadoras dimensões, as implicações do desemprego, do racismo, do capacitismo, da misoginia, da LGBTFobia, da desproteção social e do individualismo próprio do mundo burguês. Vale, então, a lição sobre a necessidade do entendimento dos desafios e dilemas profissionais para além da formalidade da linguagem. É preciso se apropriar da processualidade histórica em que a profissão foi construindo sua “virada” teórico-metodológica e ético-política.

A defesa da emancipação política em sua distinção com a emancipação humana nos interessa na perspectiva marxiana, ou seja, não enquanto algo mecânico sem sujeitos, lutas e historicidade, mas em um ambiente teórico-político de problematização da realidade, de busca incessante pela superação de concepções reducionistas, sejam de caráter economicista, politicista, culturalista ou eticista. Neste denso e polêmico debate, a cultura crítica do Serviço Social, em um rico campo de interação teórico-política, forneceu e fornece os fundamentos para que a luta por direitos não seja interpretada como epifenômeno da economia capitalista, em um jogo de cartas marcadas, em que a classe trabalhadora só perde. Não se trata, também, de apreender estas lutas na vasta ilha da ilusão jurídico-política, que concebe o direito, especialmente por meio das conquistas legais, como o máximo de possibilidade que a classe trabalhadora pode alcançar. A assimilação da distinção entre emancipação política e emancipação humana na perspectiva marxiana abriu, assim, um caminho de superação de leituras reducionistas e fragmentárias. Neste sentido:

Toda emancipação é redução do mundo humano e suas relações ao próprio homem. A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoís-



ta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornando ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas ‘forces propres’ [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (Marx, 2010, p. 54).

Superando essas interpretações simplificadoras da complexa relação entre capitalismo e direito, a interlocução com o pensamento de Lukács tem sido importante para a introdução de um campo aberto de mediações e para a identificação de contradições, a fim de alcançar a função social do direito na sociedade capitalista e os possíveis ganhos oriundos da luta coletiva por emancipação política para a classe trabalhadora em determinados momentos históricos ou mesmo para identificar os limites da sociabilidade do capital até mesmo para assegurar os ganhos da emancipação política.

Na sociedade capitalista, o direito é fundamental como força reguladora e, em determinadas conjunturas, indispensável para garantir ganhos ao trabalho. Seu caráter contraditório nos permite pensar que o solo matrizador por onde se move é a luta de classes. No entanto, é preciso não perder do horizonte a crítica marxiana de que a emancipação humana não é tarefa política de mera substituição de uma classe pela outra no exercício do poder político. Trata-se de uma revolução com alma social, que significa um movimento de profunda alteração e transformação da esfera da produção, na perspectiva de que a classe trabalhadora assuma o comando da economia, da cultura e da direção ideológica da sociedade.

O grande desafio para as profissões que refizeram seu caminho e estabeleceram crítica ao conservadorismo impregnado em suas origens,



como é a realidade do Serviço Social, é entender contra quem e para que se luta em cada momento histórico. Rompe-se, portanto, com o ideário portador de um certo universalismo abstrato e heroico de pensar a classe trabalhadora. Compreender o lugar e o sentido do direito na vida social implica determinar o tipo de dependência/autonomia que esse complexo desenvolve frente à totalidade da vida social. Do nosso ponto de vista, o direito é um complexo social parcial, próprio das sociedades de classes. Desse modo, não se constitui numa dimensão insuprimível do ser social, mas responde e justifica uma determinada configuração societária que, ao se tornar cada vez mais complexa, encontra-se submetida às tensões e contradições classistas (Santos, 2005). Nesse sentido, a política e o direito são determinados pelas condições sócio-históricas de desenvolvimento do capitalismo. Assim, é importante considerar que a cultura crítica do Serviço Social se constituiu alicerce para a defesa estratégica dos direitos e, simultaneamente, para a crítica dos limites da emancipação política. Para adensar esse debate, é importante considerar as contribuições de Boschetti (2014) para o entendimento dos limites e inviabilidade do Estado Social para resolução da desigualdade social, aprimorando a distinção entre emancipação política e emancipação humana (Marx, 2010) e (Tonet, 2005).

3. O PROCESSO DE TORNAR-SE ASSISTENTE SOCIAL: VALORES E PRINCÍPIOS COMO COMPROMISSOS COLETIVOS

Por ocasião dos 30 anos do Código de Ética profissional de assistentes sociais em 2023, foi realizado em alguns periódicos da área de Serviço Social, a exemplo da Temporalis, revista da ABEPSS, em sua edição – número 48 – uma espécie de balanço histórico, teórico e político deste Código. Assim,

Sintonizar-se com esta direção ético-político implica a defesa e luta pela liberdade e autonomia dos indivíduos sociais, tendo como norte a emancipação humana reclamada por Marx. Nesse sentido, anima-nos a continuar defendendo os valores e princípios plasmados no CE/93, que em 2023 está com-



pletando 30 anos, por sua incontestada profundidade, consistência teórico-prática e filosófica, abrangência e atualidade, na certeza de que sabemos onde queremos chegar e de que temos estado nas trincheiras do lado certo da história. Os desdobramentos, implicações e aprofundamentos realizados a partir do CE/93 conduziu o CFESS e segmentos expressivos da categoria ao aprimoramento teórico-político sobre a concepção de ética, DH, individualidade e diversidade humana em uma perspectiva de totalidade e com interações fecundas com o pensamento de Marx, Gramsci e Lukács, enriquecendo imensamente a agenda profissional, sobretudo dos direitos humanos (DH) (Castilho; Silva; Ramos; Santos, 2023, p. 45)

Tal reconhecimento parte do pressuposto que o Código de 1993 (CE/1993) se insere em um processo de aprimoramento da renovação teórica, política e ética, iniciada na década de 1970, que possibilitou a elaboração de um novo currículo em 1982 e o Código de Ética de 1986. Com a superação dos limites identificados neste Código/86, amplamente abordado na literatura da área, dois aspectos merecem destaque. O primeiro entendimento é que a atualização do Código em 1993 não se trata de um processo de negação do CE/1986. Ao contrário:

(...) representou um extraordinário avanço ao expressar, no plano da reflexão ética, boa parte do acervo de conquistas que a categoria vinha realizando desde a consolidação do movimento de reconceitualização. A significação do Código de 1986 pode ser aferida, resumidamente, se se recordam as três dimensões substantivas que ele revela: a negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava “a ética da neutralidade”, enfim recusada; e a afirmação de um novo papel profissional, impli-



cando uma nova qualificação, adequada à pesquisa, à formulação e gestão de políticas sociais (PAIVA, B. *et al.*, 1996).

O segundo aspecto é que no Código de 1993 são explicitados os princípios ético-políticos que passam a se constituir como os valores norteadores do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Em artigo referência sobre o projeto ético-político, publicado no primeiro curso de especialização promovido pelo CFESS que, inclusive, ganhou capilaridade na categoria profissional, Netto (1999) ressalta que:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (Netto, 1999, p. 95).

Teixeira e Braz (2009), em artigo do II Curso de especialização promovido pelo CFESS em 2009, intitulado: “Trabalho Profissional: Questão Social e Fundamentos Teóricos-Históricos e Ético Políticos do Serviço Social” - destacaram os elementos constitutivos e os componentes do projeto ético-político, quais sejam: a explicitação de princípios e valores ético-políticos; a matriz teórico-metodológica em que se ancora; a crítica radical à ordem do capital e a organização política da categoria. Isto posto, podemos afirmar que em relação aos 11 princípios fundamentais estabelecidos no CE/1993, a perspectiva é que sejam entendidos em sintonia com os fundamentos teórico-políticos que possibilitaram a apreensão da profissão na totalidade concreta. Não se trata, portanto, nem da existência formal ou jurídico-política,



nem de defesa de princípios desistoricizados das determinações societárias. Sua efetivação no cotidiano dos indivíduos sociais depende das condições de materialidade, constantemente negadas ou violadas em uma sociabilidade fundada na propriedade privada e na lógica de óbice à socialização da riqueza socialmente produzida, que nega, portanto, como condição objetiva e não como problema de gestão do Estado, a possibilidade de priorizar respostas concretas e permanentes às necessidades humanas.

Sobre o entendimento teórico-político de cada um dos princípios assinalados no CE/1993, a produção intelectual da área de Serviço Social, em larga medida, já tratou das polêmicas, fazendo valer o pluralismo na abordagem, notadamente sobre o sentido atribuído, dentre outros: ao reconhecimento da liberdade como valor ético central; à defesa intransigente dos direitos humanos; à consolidação da cidadania e ao aprofundamento da democracia; à defesa da equidade e justiça social; ao empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e ao respeito à diversidade; ao compromisso com o constante aprimoramento intelectual, com a qualidade dos serviços prestados e com o exercício profissional sem ser discriminado/a nem discriminar; e ao compromisso com a construção de uma nova ordem societária sem exploração, opressão e dominação em conjunto com os movimentos e lutas das/os trabalhadoras/es. Ademais, as entidades nacionais (CFESS, ABEPSS e ENESSO e os CRESS e universidades em nível regional) promoveram/promovem instigantes debates para a atualização permanente e para contribuir na formação das novas gerações de assistentes sociais. Destacamos aqui quatro produções que têm um caráter coletivo e que se constituem em marcos importantes da reflexão crítica sobre princípios e valores do CE/1993: o livro *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*; os quatro livros do Curso organizado e promovido pelo CFESS desde 2000 - *Ética em Movimento: Curso de capacitação para agentes multiplicadores/as*; o livro organizado pelo CRESS/RJ intitulado - *Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*; e o livro *Código de Ética do/a assistente social comentado*, organizado pelo CFESS, de autoria de Lúcia Barroco e Sílvia Terra, e publicado em 2012, pela Cortez Editora. Trata-se, portanto, de desta-



car, de forma breve, em face dos limites do espaço, a dimensão que assumem no referido código: a liberdade, a democracia e os direitos humanos.

A liberdade, na perspectiva do CE/1993, é um valor ético central. Exatamente por isso é fundamental o entendimento de qual concepção de liberdade estamos nos referindo. Trata-se na perspectiva do projeto ético-político profissional de uma crítica à liberdade no ideário liberal, que, além de vinculá-la ao direito de propriedade, impôs ideologicamente um sentido formal, posto que esta não se efetiva concretamente na vida dos seres humanos enquanto garantidora da autonomia. É, nesse sentido, uma liberdade “típica de uma eticidade medida pela troca, a liberdade do contrato [...] é liberdade apenas em aparência, já que, em última análise, o homem está subordinado ao único sujeito desta sociabilidade – o capital, o sistema de sua autovalorização” (Oliveira, 1993, p. 232). Preservamos aqui o termo “homem” no sentido universal que é utilizado pelo autor, embora, em nossa escrita, seguimos as orientações do próprio CE/1993 e do movimento feminista de considerar a democratização da linguagem e a pertinente crítica ao termo “homem” no sentido universal.

A lógica que sustenta a sociedade capitalista necessita do conceito de indivíduo livre para atender aos anseios do mercado. Assim, os indivíduos precisam ser livres, pois as relações contratuais só ocorrem se os contratantes forem livres e iguais. Essa concepção de liberdade simboliza a falsa noção de que são livres para fazer o que necessitam, quando na realidade, a própria sociedade capitalista não propicia condições para a maioria dos indivíduos sociais exercerem tal liberdade, na medida em que aqueles(as) que pertencem à classe trabalhadora não possuem meios objetivos e subjetivos para se constituírem como sujeitos autônomos e livres.

Há, portanto, uma outra concepção de liberdade que se contrapõe a essa lógica e que é defendida por segmentos identificados com a construção de uma nova sociabilidade, dentre os quais se incluem segmentos de assistentes sociais que concordam com os princípios defendidos pelo projeto ético-político profissional. Nessa perspectiva, o desenvolvimento da liberdade está



relacionado à constituição do indivíduo “como ser prático, transformador ou criador, isto é, está vinculado ao processo de produção de um mundo humano ou humanizado, que transcende o mundo dado, natural, bem como ao processo de autoprodução do ser humano que constitui precisamente a sua história” (Vazquez, 1989, p. 111).

A liberdade, portanto, não é um estado de espírito nem se restringe a uma decisão subjetiva de ser livre ou a um estado puro, absoluto que se alcança. Daí o entendimento de que não há liberdade nem mesmo possibilidade de individuação fora da história, em um suposto mundo meramente subjetivo. Nessa concepção, liberdade e necessidade conciliam-se dialeticamente, na medida em que a liberdade supõe necessariamente a existência, o conhecimento e a ação no âmbito da necessidade e das possibilidades de escolher entre alternativas concretas. Segundo Marx (1998, p. 59):

A libertação de cada indivíduo singular será alcançada na medida em que a história seja totalmente transformada em história mundial. A riqueza real do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas conexões reais. Apenas isso libertará os indivíduos das barreiras nacionais e locais, os trará para a conexão prática com a produção (inclusive a produção intelectual) de todo o mundo e tornará possível a eles a aquisição da capacidade de desfrutar dessa multilateral produção de todo o planeta (Marx, 1998, p. 59).

Essa concepção de liberdade articula-se com o entendimento sobre a democracia e os direitos humanos. O debate sobre democracia é denso e conduzido em diferentes ambientes da sociedade e por distintas perspectivas teóricas. Aqui destacamos a distinção, elaborada por Cerroni e utilizada por Netto (1990), entre democracia-método e democracia-condição social. A democracia-método restringe-se à democracia política que é consentida e tolerada no sistema capitalista. Essa dimensão, embora importante, é extremamente limitada, pois não inclui a socialização da participação política



e da riqueza socialmente produzida como constituintes da construção democrática. A perspectiva de aliar a democracia política à dimensão econômica e social, defendendo a socialização da riqueza socialmente produzida identifica-se com a definição de democracia-condição social, na medida em que propõe a igualdade de acesso aos bens materiais, contribuindo, dessa forma, para que os indivíduos possam de fato se constituir como sujeitos e intervir nas decisões sociais.

Uma concepção mais abrangente de democracia engendra um questionamento à lógica do capitalismo, pois esse tipo de democracia “não cabe dentro dos objetivos e dos limites da sociedade burguesa, porque tal conteúdo social contraria o núcleo de relações fundantes da acumulação capitalista, a qual se estrutura a partir da exploração de uma classe sobre a outra” (Paiva e Sales, 1996, p.188). A estrutura econômica capitalista limita o desenvolvimento democrático. Nesse sentido, concordamos com a análise de Netto (1990) de que a democracia política, apresenta um aparente paradoxo, por ser “simultaneamente uma necessidade e um limite para o projeto histórico emancipador da classe operária enquanto agente primordial da emancipação das classes e camadas subalternas” (1990, p.124). Assim, não podemos negar a importância da democracia política para a consolidação democrática, mas isso não significa restringi-la apenas a essa dimensão permitida pelo capitalismo, sobretudo, na sua expressão neoliberal, na qual mesmo a democracia política vê-se ameaçada. Exemplo disso é que vivemos no Brasil recente, seja no período da ditadura empresarial-militar, seja durante o governo Bolsonaro (2019-2022), com a disseminação do bolsonarismo para o qual o Estado democrático de direito pode ser descartado em prol das práticas autoritárias, com caráter reacionário e até mesmo fascista. Importante considerar, também, que em uma sociedade humanamente emancipada serão outras mediações para além da democracia e dos direitos que servirão de sustentação das relações sociais.

A aproximação do Serviço Social com o pensamento de Lukács contribuiu para o entendimento da diferença ontológica entre os complexos que ordenam a emancipação política como a democracia e os direitos



e o que será possível construir em uma sociedade fundada na emancipação humana. Não se trata, portanto, de uma aposta na democracia como valor universal, mas do reconhecimento da imperiosa necessidade democrática para o enfrentamento e composição das lutas contra o capital. Na mesma perspectiva de análise, os direitos humanos são entendidos no campo da defesa da emancipação política e devem ser considerados no front da disputa dos interesses de classe, daquilo que as lutas agregam no processo nada linear de formação da consciência de classe. Assim,

(...) a história social dos Direitos Humanos é o resultado da luta de classes, da pressão popular, da organização dos trabalhadores e dos sujeitos políticos em face da opressão, da exploração e da desigualdade. Trata-se de uma história de lutas específicas progressistas que se conectam com outros tipos de luta: anticapitalista, revolucionárias, de libertação nacional etc., tendo por unidade a defesa da liberdade e da justiça social (Barroco, 2008, p. 12).

Na interação com o pensamento de Marx e de Lukács tem sido possível superar reducionismos e simplificações e, neste sentido, as interações com Santos (2005); Ramos (2005); Barroco (2008); Iasi (2013) e Ruiz (2013) contribuem para reposicionar, de modo dialético, a função social da liberdade, da democracia e dos direitos humanos na sociedade capitalista, apreendendo necessidade histórica, limites e contradições.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ADEÇÃO REAL AOS PRINCÍPIOS E VALORES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: É POSSÍVEL E NECESSÁRIO

Tivemos como primeiro grande desafio, no processo de renovação teórica da profissão, abraçar o compromisso de buscar, na análise de toda questão ou demanda profissional, o entendimento das determinações que geram a situação e o estado real da vida. No decurso de quase cinco décadas



após o marco histórico de 1979 com o III CBAS, percorremos uma verdadeira travessia na construção coletiva de uma cultura crítica no modo de pensar a vida social e a profissão, naquilo que registramos sob o signo de projeto ético-político. Temos, então, como patrimônio coletivo no Serviço Social brasileiro a construção de uma cultura crítica que exigiu e exige um intenso investimento teórico, ético e político. Isso significa que nossas conquistas profissionais além de terem sido construídas em ambientes coletivos, são aprimoradas de forma permanente, sendo o conjunto formado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) o espaço político-normativo, responsável pela condução democrática dos debates e das decisões referentes à legislação e à construção da agenda profissional.

Entender, portanto, o Serviço Social na história, na contramão da tendência de endogenia, tão em voga quando queremos conhecer algo, tem levado, segmentos da categoria profissional, ao exercício de apreender, de decifrar, por um conjunto de mediações, o Brasil, país colonizado, escravocrata, por um longo período histórico, e com um capitalismo dependente, solo favorável à reprodução do racismo, do machismo, do sexismo, da violação da diversidade humana e da subalternização ideológica da classe trabalhadora no front da luta de classes. A apropriação dos fundamentos para apreensão e reprodução do movimento do real requer uma processualidade histórica subjetiva. Nada é mecânico nem imediato. É necessário tempo de aprendizagem, de dedicação individual e vivência coletiva para que possamos nos tornar assistentes sociais e participarmos da construção e da internalização da cultura crítica de resistência da classe trabalhadora e estabelecer mediações com a profissão, em suas dimensões teóricas e de organização política.

A adoção de valores deve ser uma opção livre e consciente, que integre as várias dimensões da vida social numa postura ética coerente com determinada projeção social. Assim, um código não pode garantir de forma absoluta a realização dos valores e intenções



nele contidos, uma vez que isto remete para a qualidade da formação profissional, para o nível de consciência política e de organização da categoria, para o compromisso dos profissionais enquanto cidadãos e para as condições objetivas que incidem sobre o desempenho profissional” (Paiva et al., 1996, p.206)

Reafirmamos que na resistência do cotidiano profissional, em que tantas vezes nos insurgimos contra as implicações da barbárie capitalista, é possível e necessário a adesão real aos princípios, valores e compromissos do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, como opção livre e consciente, individual e coletiva.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

- 1. Quais as principais diferenças entre as concepções dos princípios e valores do projeto ético-político do Serviço Social e as defendidas pelo ideário neoliberal?**
- 2. Por que é possível e necessário, neste contexto histórico de avanço do conservadorismo reacionário da extrema direita, materializar os compromissos do projeto ético-político no cotidiano do trabalho profissional de assistentes sociais?**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, M.L.S. ***Ética e Serviço social***: fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

BARROCO, M.L.S. A Historicidade dos Direitos Humanos. In: **PUC Viva**. 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. São Paulo, ano 9, n. 33, 2008.



BARROCO, M.L.S.; BRITES, C.M. **Serviço Social e ética profissional**: fundamentos e intervenções críticas. São Paulo: Cortez Editora, 2022.

BRAZ, Marcelo. Mudanças no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das ciências sociais. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (orgs.) **Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos**: desafios atuais. São Paulo: Cortez, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. Cortez Editora. Edição do Kindle, p. 48.

CASTILHO, D. R.; SILVA, M.V.; RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M.M. Reflexões sobre o legado dos 30 anos do código de ética da/o assistente social. In: **Temporalis**, p. 38–54. ABEPSS, 2023.

CERRONI, Umberto. **Política: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições e categorias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília, CFESS, 2011.

CRESS/RJ (org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2013.

GALVÃO, Andréa. Marxismo e Movimentos Sociais. In: **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, n. 32, 2011.

IASI, Mauro Luis. O direito e a luta pela emancipação humana. In: FORTI, Valéria; BRITES, Cristina Maria (org.). **Direitos humanos e Serviço Social**: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LUKÁCS, György. O processo de democratização. In: **Socialismo e democratização**: escritos políticos 1956-1971. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.



LUKÁCS, György. **Notas para uma ética**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

MARX, Karl. **Glosas Críticas marginais ao artigo o Rei da Prússia e a reforma social**: de um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, J. P. **Democracia e transição socialista**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

NETTO, J.P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964 a 1985)**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

OLIVEIRA, M. A. **Ética e sociabilidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

PAIVA, B. A.; SALES, M. A. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez: CFESS, 1996.

PAIVA, Beatriz A. et al. Reformulação do Código de Ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **A nova ética profissional**: práxis e princípios. São Paulo: Cortez; CFESS, 1996. (Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis).

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A mediação da organização política na (re) construção do projeto profissional**: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.



RIBEIRO, Sambara Paula Francelino. Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo, Cortez, 2014.

RUIZ, J. L. de S. A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo. In: CRESS/RJ (org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2013.

SANTOS, Silvana M. M. **O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

TEIXEIRA, Joaquina B.; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Curso de especialização CFESS**. 2. ed. Brasília: CFESS, 2009.

TONET. Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Unijui, 2005.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BIBLIOTECA VIRTUAL

Livros e Teses

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social Brasileiro**. Tese de Doutorado, PUC/SP, 2006. Disponível em <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf>



BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e história**. Curso de capacitação para agentes multiplicadores. Módulo 1. CFESS, Brasília, 2017. Disponível em https://www.cfess.org.br/uploads/revista/4009/qTlbN7A88FBHck8bC7W-5fd_FT9HWQ7b8.pdf

BRITES, Cristina. **Ética e trabalho profissional**. Curso de capacitação para agentes multiplicadores. Módulo 2. CFESS, Brasília, 2016. https://www.cfess.org.br/uploads/revista/4007/hy320B_nJSNH1dpxTEvduEPnKG77gZa5.pdf

CRESS/RJ. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social. Os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Disponível em <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf>

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9640/1/arquivo9013_1.pdf

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Ética e Direitos Humanos**. Curso de capacitação para agentes multiplicadores. Módulo 3. CFESS, Brasília, 2017. Disponível em https://www.cfess.org.br/uploads/revista/4005/l_SvR1a7M-zPY3d54kKI67jWoPykrjKRH.pdf

Artigos e Capítulos de Livros

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. 30 Anos do código de ética do/a assistente social brasileiro/a!l. (2023). *Temporalis*, 23(46), 13-23. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/43320>



BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/532920281/Notas-Sobre-o-Projeto-Etico-Politico-Do-Servico-Social-Marcelo-Braz-m-Reis>

_____. O Brasil atual e tragédia bolsonarista: elementos históricos e conjunturais para pensar o projeto ético-político. In CFESS, Diálogos do cotidiano 2 – Assistente social: Reflexões sobre o trabalho profissional. Brasília, CFESS, 2022. Disponível em https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_DialogosDoCotidiano-Caderno2-Final.pdf

CASTILHO, D. R.; SILVA, M.V.; RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M.M. Reflexões sobre o legado dos 30 anos do código de ética da/o assistente social. (2023). Temporalis, 23(46), 38-54. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/42395>

GUEDES, Olegna de; FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade. A produção do conhecimento e o projeto ético-político do Serviço Social. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 25-33, jan./abr. 2020. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p25>

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony de. O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: unidade dialética entre a ética e a política. (2025) Revista Serviço Social e Sociedade, 148 (1) Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/vvVywZhkhBKqjF8MX5pVPk/?format=html&lang=pt>

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Disponível em <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticipolitico-do-servico-social-20160806041147630190.pdf>

RAMOS, Sâmia R.; SOUSA, Aione M. C.; VASCONCELOS, Iana; SOUZA, Larissa J.F. Ética e Direitos Humanos no trabalho de assistentes sociais na Saúde. Revista Em Pauta n. 42. Rio de Janeiro, UERJ, 2018. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/39432>

REVISTA TEMPORALIS , v. 23 n. 46 (2023): 30 anos do Código de Ética Pro-



fissional do/a Assistente Social. Vários artigos. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1610>

SANTOS, Silvana. M. M. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. Revista Trabalho Necessário, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, jan/abril, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/db97/0e17023708dc89ec7a705a31f353598aad20.pdf>

SANTOS, Silvana. M. M. Gênero humano e diversidade humana em tempos neoliberais. In: SOUSA, A.A. S. de; OLIVEIRA, A. C. O. de.; SILVA, L. B. Da; SOARES, M. (Orgs.). **Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em <https://auditoriadada.org.br/wp-content/uploads/2021/06/NUTSS-Livro-Trabalho-e-os-limites-do-Capitalismo.pdf>

SILVA, Marlise Vinagre. Diversidade Humana, relações sociais de gênero e lutas de classes: emancipação para além da cultura. Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea, 2011, (28), 51–64. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2933>

SOUSA, Adrianycy A. Silva de Sousa; SANTOS, Débora Rodrigues; MATOS, Maurílio Castro de; CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão Social e Diretrizes Curriculares: a ética e os direitos humanos como mediações necessárias. Temporalis, ano 21, n. 42, p. 304-319, jul./dez. 2021. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37237>

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. In: CFESS (org.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 185-200. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos;



SANT'ANA, Raquel; SANTANA, Joana Valente. A atualidade do Código de Ética do/a Assistente Social: 30 anos de construção coletiva. (2023) Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 146(2). Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/VzGZSXCCBFqthBWYbJctjGd/?lang=pt>

Publicações do CFESS

CFESS. **Ética em Movimento**. Curso para Agentes de Multiplicação. Cadernos 1 a 4. Disponíveis em https://www.cfess.org.br/publicacao/index?RevistaSearch%05Bid_revista_categoria%05D=4&page=3

CFESS. **Pareceres Jurídicos sobre Ética e o Direitos Humanos**, elaborados pela Assessora Jurídica do CFESS Sylvia Helena Terra, e-book disponível em <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3999/44BHI1IGtFb7jYgJt-C5EMmq6FHRCvwfS.pdf>

CFESS. **Sistematização e Análise de Registros da Opinião Técnica emitida pela/o assistente social em Relatórios, Laudos e Pareceres, objeto de denúncias éticas presentes em Recursos Disciplinares julgados pelo Conselho Federal de Serviço Social**. Relatório Final do GT composto por FÁVERO, Eunice Teresinha; Franco, Abigail Aparecido de Paiva; OLIVEIRA, Rita de Cássia Silva. Brasília, 2020. Disponível em <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3983/gVWHBuRXuR9dpdCD0BsUKS2UkFKD05TR.pdf>

CFESS, **CFESS MANIFESTA: 30 Anos do Congresso da Virada**. Projeto Ético-Político do Serviço Social: 30 ANOS NA LUTA EM DEFESA DA HUMANIDADE, 2009. Disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>

CFESS. **Série Assistente Social no combate ao preconceito**. Caderno 1 a 10. Disponíveis em https://www.cfess.org.br/publicacao/index?RevistaSearch%05Bid_revista_categoria%05D=4 Também disponibilizados na plataforma do Curso, na Sala de Coordenação no link <https://dead.uern.br/moodle/course/section.php?id=12075>



CFESS. **Agenda de 2026** (Conteúdo Digital). Disponível em <https://www.cfess.org.br/noticia/view/2276/conteudo-digital-da-agenda-2026>

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. 10ª. edição. Brasília, CFESS, 2012. Disponível em https://www.cfess.org.br/uploads/legislacao/3781/ohwUSnPUwVkUIVAQkYNXfqDA1fSh_E5p.pdf

Vídeos/Conferências/Debates/Entrevistas

ABEPSS. “**No dia em que o morro descer e não for carnaval**”: barbárie, direitos humanos e Serviço Social, 2021. Disponível <https://www.youtube.com/live/dwonNEYIPBo>

ABEPSS. **Interlocução da ética e dos direitos humanos no Serviço Social - perspectiva antirracista na formação profissional**, 2024. Disponível em <https://www.youtube.com/live/NgRZjCmqATs>

ABEPSS, “**ENESSO, formação e trabalho profissional: Fortalecendo o Projeto ético-político**”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=luntEXn19ok>

CFESS. Vários materiais alusivos aos **30 anos do Código de Ética**. Disponíveis em <https://www.cfess.org.br/pagina/view/17#Topo>

CFESS. **30 Anos do Código de Ética: o Reencontro**. Vídeo reunindo a equipe técnica que elaborou o Código de Ética de 1993. Disponível em <https://www.cfess.org.br/pagina/view/17#reencontro>

CFESS/CRESS-BA - **2º Seminário Nacional Serviço Social e Direitos Humanos**, 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/live/MjiNXJV4qyk>



Sites e Páginas Informativas

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). <https://www.cfess.org.br/>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). <https://abepss.org.br/>

Filmes e Documentários

Marte Um. Dir. Gabriel Martins, Brasil, 2022. Globoplay, Prime Video

Nise: O Coração da Loucura. Dir. Roberto Berliner, Brasil, 2016. Prime Video

Torre das Donzelas. Dir. Susanna Lira, Brasil, 2018. Prime Video

Eu, Daniel Blake. Dir. Ken Loach, Inglaterra, 2016. Prime Video

Que Horas Ela Volta? Dir. Anna Muylaert, Brasil, 2015. Netflix

12 anos de Escravidão. Dir. Steve McQueen, EUA/Reino Unido, 2014. Prime Video

Zuzu Angel. Dir. Sergio Rezende, Brasil, 2006. Prime Video

EMENTÁRIO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

DISCIPLINA I › TENDÊNCIAS MUNDIAIS DA CRISE DO CAPITAL E OFENSIVA CONSERVADORA

Aula 1 ›	Crise estrutural e impactos na produção e reprodução social
-----------------	--

Docente/autoria	› Elaine Rossetti Behring (UERJ)
------------------------	---

Ementa › Crise estrutural no contexto da decadência do sistema capitalista. Produção e reprodução da questão social. A ofensiva destrutiva do capital pela valorização do valor. Limites históricos e materiais do capitalismo. Principais manifestações contemporâneas da crise na ordem econômica mundial.

Aula 2 ›	Crise da democracia burguesa e avanço mundial da extrema direita
-----------------	---

Docente/autoria	› Ana Elizabete Mota (UFPE)
------------------------	------------------------------------

Ementa › A reação burguesa à crise do capitalismo. A crise do regime democrático-eleitoral burguês. O avanço mundial de forças organizadas da extrema direita. As políticas conservadoras e sua ofensiva às conquistas civilizatórias. A ascensão de partidos com discursos xenofóbicos.

Aula 3 ›	Impactos ideopolíticos da crise na organização dos movimentos populares e nos projetos societários
-----------------	---

Docente/autoria	› Marcelo Braz (UFRN)
------------------------	------------------------------

Ementa › A decadência ideopolítica da ordem burguesa. Os movimentos sociais e sua relação com as classes sociais e projetos societários. A expansão do irracionalismo e sua política contrarrevolucionária. Os ataques às lutas e conquistas sociais da classe trabalhadora. Sujeitos políticos e a luta pela emancipação humana.

Aula 4 ›	Ofensiva do capital sobre o Estado, os direitos e as políticas sociais
Docente/autoria	› Ivanete Boschetti (UFRJ)
Ementa › A reação burguesa à crise do capitalismo. A crise do regime democrático-eleitoral burguês. O avanço mundial de forças organizadas da extrema direita. As políticas conservadoras e sua ofensiva às conquistas civilizatórias. A ascensão de partidos com discursos xenofóbicos.	

DISCIPLINA 2 › FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: CAPITALISMO DEPENDENTE E PERIFÉRICO, SISTEMA HETEROPATRIARCAL-RACISTA E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Aula 1 ›	Particularidades da formação social no contexto do capitalismo dependente, heteropatriarcal e racista brasileiro
Docente/autoria	› Cristiane Luíza Sabino de Souza (UFSC)
Ementa › A lei do valor no modo de produção capitalista e a particularidade do capitalismo dependente heteropatriarcal e racista brasileiro. Elementos determinantes da formação social: colonização, dependência, escravização, superexploração, sexismo e racismo.	

Aula 2 ›	Fundamentos da questão social e suas particulares expressões no sistema capitalista dependente, heteropatriarcal e racista brasileiro
Docente/autoria	› Paulo Wescley Maia Pinheiro (UFMT)
Ementa › Fundamentos histórico-estruturais da questão social e suas particularidades na reprodução social no capitalismo dependente brasileiro. Trabalho, acumulação e superexploração. A unidade dialética entre exploração e opressões de classe, sexo-gênero e raça-etnia no sistema capitalista heteropatriarcal e racista brasileiro.	

Aula 3 ›	Autocracia burguesa e interdição democrática: Estado e classes sociais no capitalismo dependente e periférico
Docente/autoria	› Virginia Fontes (Fiocruz)
Ementa › Estado e dominação burguesa nas raízes do autoritarismo no Brasil. Particularidades da decadência ideológica da burguesia brasileira e interdição democrática. O Estado no capitalismo dependente e a restrição aos direitos democráticos. Estado autocrático e repressão às lutas sociais. Cidadania burguesa, emancipação política e os limites dos direitos sociais no Brasil	

Aula 4 ›	Particularidades da crise no Brasil, conquistas democráticas e limites da cidadania burguesa
Docente/autoria	› Juliana Fiuza Cislaghi (UERJ)
Ementa › Particularidades da crise no capitalismo dependente e periférico brasileiro. Manifestações e efeitos no contexto do desenvolvimento desigual e combinado e reprodução das desigualdades sociais. Luta de classes e conquistas democráticas. Ajuste Fiscal e dinâmica do fundo público e financiamento das políticas sociais.	

Aula 5 ›	O Serviço Social no Brasil: das origens conservadoras aos fundamentos do Projeto Ético Político Profissional
Docente/autoria	› Marilda Iamamoto (UERJ)
Ementa › Determinantes histórico-estruturais da emergência do Serviço Social no capitalismo dependente. Resistência classista e condições histórico-políticas e sociais que possibilitaram a construção coletiva do Projeto Ético-Político Profissional. As bases do Projeto Ético Político e compromisso com a emancipação humana.	

Aula 6 ›	Princípios, valores e compromissos do Projeto Ético-político profissional do Serviço Social brasileiro
Docente/autoria	› Silvana Mara de Moraes dos Santos (UFRN) › Sâmya Ramos (UERN)
Ementa › O sentido, dimensões e relevância dos princípios e valores estabelecidos no Código de Ética Profissional. Compromissos teóricos e ético-políticos com a diversidade humana, as lutas classistas e os direitos democráticos. O Projeto Ético Político, as críticas aos limites da cidadania burguesa e o horizonte de superação da questão social.	

DISCIPLINA 3 › O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL EM CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL

Aula 1 ›	Questão social e reprodução das desigualdades de classe, sexo/gênero e raça-etnia
Docente/autoria	› Josiane Soares Santos (UFRN)
Ementa › Expressões atuais da questão social no Brasil, em contexto de crise do capital e reprodução das desigualdades de classe, sexo/gênero e raça-etnia no Brasil. Principais demandas ao trabalho profissional, contradições e mediações vitais ao Projeto Ético Político Profissional e à garantia de direitos.	

Aula 2 ›	Conquistas democráticas e o projeto de seguridade social defendido pelo Serviço Social brasileiro
Docente/autoria	› Mossicleia Mendes (UFRJ)
Ementa › A Seguridade Social defendida pelo Serviço Social na Carta de Maceió e suas possibilidades na ampliação de direitos sociais. Os processos destrutivos da Seguridade Social no Brasil e impactos na expropriação de direitos. Os desafios e compromissos do Serviço Social na defesa da Seguridade Social.	

Aula 3 ›	Padrão de reprodução do capital no neoliberalismo, ofensiva sobre os direitos do trabalho e implicações para as condições de trabalho de assistentes sociais
Docente/autoria	› Raquel Raichelis (PUC/SP)
Ementa › Produção e reprodução do capital no neoliberalismo e ultraneoliberalismo. Ofensiva burguesa aos direitos do trabalho no Brasil e as contrarreformas destrutivas de direitos. Precarização do trabalho e desigualdade de classe, sexo/gênero e raça-etnia. Implicações para as condições de trabalho de assistentes sociais.	

Aula 4 ›	Dívida pública, usurpação do Fundo Público e consequências para a Seguridade Social e o trabalho profissional
Docente/autoria	› Giselle Souza (Unirio)
Ementa › Produção da riqueza e constituição do Fundo Público. Fundo Público e composição do orçamento público. Destinação do Fundo Público para remuneração dos juros e amortização da dívida pública e implicações na implementação das políticas sociais, particularmente na seguridade social. Impactos sobre o trabalho profissional nas políticas sociais.	

Aula 5 ›	O trabalho da/o assistente social em contexto de contrarreforma da previdência social
Docente/autoria	› Rivânia Moura (UERJ)
Ementa › Importância da previdência social pública na reprodução social da classe trabalhadora. Ofensiva burguesa, financeirização, contrarreformas da previdência social, redução de direitos e desigualdade de classe, sexo/gênero e raça-etnia. Demandas, atribuições, dificuldades e possibilidades do trabalho da/o assistente social na previdência social.	

Aula 6 ›	O trabalho da/o assistente social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Docente/autoria	› Abigail Torres (SP) › Kelly Melatti (SP)
Ementa › Contradições e significado da assistência social no capitalismo e na reprodução social da classe trabalhadora. Importância e condições de materialização do SUAS no contexto da Seguridade Social brasileira. Demandas, atribuições, dificuldades e possibilidades do trabalho da/o assistente social na Política de Assistência Social.	

Aula 7 ›	O trabalho da/o assistente social no Sistema Único de Saúde (SUS)
Docente/autoria	› Maurilio Castro Matos (UERJ) › Maria Ines Souza Bravo (UERJ)
Ementa › A relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil no contexto da Seguridade Social. Sucessivas investidas de privatização, contenção e empecilhos à sua universalização com qualidade. Lutas profissionais em defesa do SUS. Demandas, atribuições, dificuldades e possibilidades do trabalho da/o assistente social no SUS.	

Aula 8 ›	O trabalho da/o assistente social na Educação (escolas e instituições de ensino federais)
Docente/autoria	› Eliane Bolorino (Unesp/Franca)
Ementa › A importância e luta do Serviço Social pela inserção de assistentes sociais nas escolas públicas e privadas e nas instituições de ensino federais. Demandas, atribuições, dificuldades e possibilidades do trabalho da/o assistente social na educação.	

Aula 9 ›	O trabalho da/o assistente social no campo “Sociojurídico”
Docente/autoria	› Silvia Tejedas (RS)
Ementa › Os diversos espaços sócio-ocupacionais da/o assistente social do campo “sociojurídico”. Contradições e mediações entre o controle e a garantia de direitos. A relevância do trabalho profissional na mediação para acesso aos direitos. Demandas, atribuições, dificuldades e possibilidades do trabalho da/o assistente social no campo “sociojurídico”.	

DISCIPLINA 4 › EXPRESSÕES ATUAIS DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL, TRABALHO E COMPROMISSOS ÉTICO-POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL

Aula 1 ›	Questão ambiental e climática, expropriação dos bens comuns da natureza, impacto para os povos originários, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	› Maria das Graças e Silva (UFPE) › Iara Fraga (UECE)

Ementa › Questão ambiental como dimensão da questão social. Acumulação, expropriação e mercantilização dos bens da natureza e impactos na destruição da biodiversidade humana, de flora e fauna. Expressões atuais da questão ambiental, o racismo ambiental, ataques aos povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social no enfrentamento às expressões da questão ambiental.

Aula 2 ›	Questão racial, violência contra a juventude negra, encarceramento, e trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	› Márcia Campos Eurico (PUC- SP)

Ementa › Questão racial como determinação da questão social. Expressões concretas da questão racial no Brasil recente, com ênfase nas desigualdades vivenciadas pela população negra, destacadamente as mulheres, no acesso aos direitos, trabalho, emprego, educação, saúde, previdência, assistência social, lazer. Violência contra a juventude negra, encarceramento. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social nas lutas antirracistas.

Aula 3 ›	Questão urbana, degradação da vida da população em situação de rua, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	› Joana Valente Santana (UFPA)

Ementa › Questão urbana como dimensão da questão social. Expressões concretas da questão urbana no Brasil recente. A imposição de padrões de mercantilização, segregação e violência na produção do espaço urbano e a reprodução de desigualdades de classe, sexo/gênero e raça-etnia. A degradação da vida da população em situação de rua, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social na luta pelo direito à cidade.

Aula 4 ›	Conservadorismo familista, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social no acesso ao direito protetivo e à convivência familiar
Docente/autoria	› Solange Maria Teixeira (UFPI)
Ementa › Determinantes do sistema heteropatriarcal, racista e sexista na concepção familista conservadora no Brasil. Expressões concretas do familismo nas políticas sociais. A responsabilização da mulher na reprodução social e a feminização do cuidado. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social no acesso ao direito protetivo e à convivência familiar em sua diversidade.	

Aula 5 ›	Laicidade, intolerância religiosa, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	› Luciano Alves (SP) › Lucia Soares (RJ)
Ementa › Laicidade e Estado laico na defesa dos direitos e da igualdade na democracia burguesa. Distinção entre intolerância religiosa e racismo religioso. Expressões concretas de manifestações de preconceito, racismo e violências contra religiões afro-brasileiras ou de matriz africana no Brasil. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social nas lutas contra o preconceito, a discriminação, e pela igualdade.	

Aula 6 ›	Misoginia, relações de sexo/gênero, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	› Mirla Cisne (UERN) › Verônica Ferreira (UFRN)
Ementa › Determinantes estruturais da exploração e opressões das mulheres no sistema patriarcal e racista brasileiro. Fundamentos feministas sobre Reprodução Social. O significado político e teórico das relações sociais de sexo/gênero, raça-etnia e de classe nos estudos feministas. Expressões concretas de misoginia, violências e feminicídio no Brasil. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social nas lutas feministas contra o machismo, a misoginia e a violência.	

Aula 7 ›	LGBTQIA+fobia e diversidade humana, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	› Guilherme Almeida (UFRJ) › Bruna Irineu (UFMT)
Ementa › Determinantes estruturais da exploração e opressões da população LGBTQIA+ no sistema heteropatriarcal e racista brasileiro. Fundamentos e valores da diversidade humana e dos direitos humanos em contexto de decadência ideológica da democracia burguesa. Expressões concretas das diversas e violentas expressões de LGBTfobia no Brasil. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social nas lutas pela diversidade humana, pela igualdade e contra a LGBTfobia.	

Aula 8 ›	A luta antipacitista: trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	› Daiane Mantonoelli (SC)
Ementa › Direitos Humanos, diversidade e reprodução das desigualdades impostas às pessoas com deficiência no capitalismo. Expressões concretas das diversas expressões de capacitismo no Brasil. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social nas lutas antipacitista e na garantia de direitos.	

Aula 9 ›	Repressão aos movimentos populares, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social com as lutas contra a exploração e todas as formas de opressão
Docente/autoria	› Maria Lucia Duriguetto (UFJF) › Susana Maria Maia (UFF/Rio das Ostras)
Ementa › Ofensiva do capital às lutas da classe trabalhadora em contexto de crise. Expressões da criminalização e repressão aos movimentos populares no Brasil. Compromissos ético-políticos do Serviço Social com as lutas sociais anticapitalistas e de defesa de direitos nos movimentos sindical, indígena, mulheres, LGBT e antirracistas.	

Aula 10 ›	Ataques reacionários e críticas ao Projeto Ético-político do Serviço Social: expressões e desafios na formação e no trabalho profissional 10.1 › As lutas do Conjunto CFESS/CRESS 10.2 › As lutas da ABEPSS
Docente/autoria	› CFESS › ABEPSS
Ementa › O avanço do pensamento conservador e reacionário no Serviço Social brasileiro em anos recentes e seus ataques ao Projeto Ético Político do Serviço Social. A defesa da hegemonia dos princípios e valores do Projeto Ético Político Profissional no âmbito da formação e do trabalho profissional. Os desafios e frentes de lutas do Conjunto CFESS-CRESS. Os desafios e frentes de lutas da ABEPSS.	

DISCIPLINA 5 › SUBSÍDIOS À ELABORAÇÃO DO TRABALHO FINAL

Aula 1 ›	Importância do pensamento crítico na análise da realidade
Docente/autoria	› Hamida Assunção (UFAM)
Ementa › A produção de conhecimento na perspectiva crítica e articulada ao Projeto Ético-político profissional. A importância da atitude investigativa para a produção de conhecimento crítico e para o enfrentamento ao conservadorismo na formação e no trabalho profissional.	

DISCIPLINA 6 › TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: ARTIGO CIENTÍFICO OU PROJETO DE INTERVENÇÃO

Aula 1 ›	Orientações para elaboração de Artigo Científico
Docente/autoria	› GT Gestor do Curso
Ementa › Como formular um tema para abordar no artigo. Como articular os conteúdos vistos no curso e os interesses e experiências profissionais. Elementos fundamentais para relacionar o trabalho profissional à formulação teórico-crítica: totalidade, contradição, mediação. Síntese das normas técnicas da ABNT para artigo científico.	

Aula 2 ›	Orientações para elaboração do Projeto de Intervenção
Docente/autoria	› Eblin Farage (UFF/RJ)
Ementa › Importância do projeto de intervenção para o trabalho profissional. Fundamentos teóricos e sócio-históricos para reconhecimento das expressões da questão social no cotidiano profissional. Identificação das demandas sociais e institucionais no cotidiano profissional. Articulação entre demandas e competências e atribuições profissionais. Elementos instrumentais para estruturar um projeto de intervenção.	

LINKS PARA AS AULAS EM VÍDEO

AULA 1 | Particularidades da formação social no contexto do capitalismo dependente, heteropatriarcal e racista brasileiro

» Cristiane Luíza Sabino de Souza

<https://youtu.be/oATaVn0EwQQ>

AULA 2 | Fundamentos da questão social e suas particulares expressões no sistema capitalista dependente, heteropatriarcal e racista brasileiro » Paulo Wescley Maia Pinheiro

<https://www.youtube.com/watch?v=dQLRkxs8Pmo>

AULA 3 | Autocracia burguesa e interdição democrática: Estado e classes sociais no capitalismo dependente e periférico

» Virginia Fontes

<https://www.youtube.com/watch?v=h9gcxr5qQ6k>

AULA 4 | Particularidades da crise no Brasil, conquistas democráticas e limites da cidadania burguesa

» Juliana Fiuza Cislighi

https://www.youtube.com/live/-Kri_loNpew

AULA 5 | O Serviço Social no Brasil: das origens conservadoras aos fundamentos do Projeto Ético-Político Profissional

» Marilda Villela Iamamoto

<https://www.youtube.com/live/m6JCLYC3SKM>

AULA 6 | Princípios, valores e compromissos do Projeto Ético-político profissional do Serviço Social brasileiro

» Silvana Mara de Moraes dos Santos e Sâmia Rodrigues Ramos

<https://www.youtube.com/watch?v=y8lxKUV5rQs>



CURSO ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO PROFISSIONAL
QUESTÃO SOCIAL E FUNDAMENTOS
TEÓRICO-HISTÓRICOS E ÉTICO-POLÍTICOS DO
SERVIÇO SOCIAL



ISBN: 978-65-86322-22-4

CDL



9 786586 322224